

Maria da Conceição Marques Freire

ROSSIOS DO SIGNIFICADO URBANO

UM CASO ESTUDO. O ROSSIO DE ÉVORA

Dissertação de Mestrado em
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora, 1999

ROSSIOS DO SIGNIFICADO URBANO

UM CASO ESTUDO. O ROSSIO DE ÉVORA

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos à Professora Doutora Arquitecta Paisagista Aurora Carapinha e ao Professor Doutor Geógrafo Jorge Gaspar pela total disponibilidade, orientação científica e apreciação crítica com que acompanharam a elaboração da presente dissertação.

Agradeço ainda o contributo da Arquitecta Paisagista Margarida Cancela D'Abreu, que através da Comissão de Coordenação da Região Alentejo me facultou documentação gráfica dos aglomerados do Alentejo, e do Professor Doutor Arquitecto José Maria Barbosa, que me forneceu bibliografia e documentação gráfica relativa à cidade de Évora.

Os meus agradecimentos vão também para os amigos António João Marques e Júlio Mateus por todo o apoio informático, em especial ao nível do tratamento de imagem. No que diz respeito à revisão final do texto os meus agradecimentos vão para a minha irmã Isabel Freire.

Por último, agradeço aos familiares e amigos que sempre me incentivaram e apoiaram ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

A todos muito obrigado.

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	
Rossio/Espaço urbano	15
Características espaciais do rossio	17
A função	18
A localização	24
A forma	27
Os elementos inertes e vivos	32
O rossio, unidade morfológica urbana	42
Espaços equivalentes	47
Distribuição geográfica dos espaços rossio e equivalentes	51
CAPÍTULO II	
Tipos diferenciados de rossios no Alentejo	59
CAPÍTULO III	
Caso Estudo. Rossio de Évora	98
Da urbe	99
Caracterização do sítio onde se inscreve o aglomerado	99
Evolução da estrutura urbana e crescimento urbano	101
Dos rossios	105
O primeiro rossio	105
O rossio de S. Brás	108
O rossio actual	134
CAPÍTULO IV	
A importância do espaço aberto rossio na cidade actual. Ensaio conclusivo	147
Espaço aberto de valor patrimonial da Cidade Histórica	148
Espaço aberto público para fruição da comunidade actual	161
ANEXO	173
BIBLIOGRAFIA	175
ÍNDICE DE FIGURAS	185

INTRODUÇÃO

O nosso estudo recai sobre uma categoria de património que se inclui dentro do espaço não edificado - o rossio - área de intervenção, por excelência, da Arquitectura Paisagista formação básica que possuímos.

O rossio é um legado resistente e cobiçado como ilustram o significativo número de unidades, ainda hoje existentes, e as múltiplas intenções de alterações espaciais conhecidas, concretizadas ou não. Urge, por esse motivo, perceber as funções que desempenhou, e ainda desempenha, na estrutura urbana de forma a que possamos contribuir para a definição daquelas que poderão ser consideradas as suas actuais aptidões.

Determinantes para a criação do espaço rossio nos nossos aglomerados foram, necessariamente, o contexto urbano e rural em que foi gerado e as necessidades das respectivas comunidades. A esse processo não terá sido alheia a contribuição da essência mediterrânica da nossa paisagem e a relação que o homem com ela estabeleceu. Esta é uma paisagem de contrastes - determinada pelas características topológicas e fitoclimáticas do território e pelas diferentes civilizações que a ele acorreram - onde, a actividade agrária e a pastoril, o povoamento e a estrutura urbana dos aglomerados ocorrem mesclados, função desses determinismos.

Sobre a exploração agrícola do solo, o pastoreio, o regime de propriedade e os diversos tipos de povoamento que ocorrem no nosso território, alguns autores, entre os quais destacamos O. RIBEIRO, sublinham as grandes diferenças e influências que se cruzam, reforçam ou contrariam, em áreas territoriais distintas¹. Agro-sistemas diversos, muitas vezes multifuncionais, caracterizam assim distintas unidades da nossa paisagem cultural.

Sobre a estrutura urbana portuguesa, autores como A. BEIRANTE, J. GASPAR, A. OLIVEIRA MARQUES, T. SALGUEIRO, entre outros, referenciam-nos as modificações e evoluções operadas na cidade². Nestes povoamentos urbanos, por um lado, consolidou-se uma estrutura urbana mais marcada e, por outro, desenvolve-se uma maior sociabilidade e multifuncionalidade, aspectos que lhe determinam a morfologia e o carácter, este último ainda intimamente ligado ao mundo rural. Essa multifuncionalidade e sociabilidade é concretizada pelo conjunto diversificado de funções que a cidade acolhe e pela predisposição de vivência em sociedade que desenvolve. É local de residência, de produção e transformação de alguns produtos e de troca de quase todos, de culto religioso e de administração territorial.

¹ Cf. RIBEIRO, Orlando, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, «Nova Universidade», 5ª ed., n.º 13, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1987, p. 131.

² Apresenta-se aqui alguma da bibliografia consultada, referências essenciais, ainda que a distintos níveis de abordagem, na interpretação dos nossos espaços urbanos: BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/JNICT, 1995; GASPAR, Jorge, *et al.*, *Quatro Ensaios Sobre a Geografia em Portugal*, Lisboa, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, CEG/INIC, 1980; *Idem*, *Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*, in "Finisterra", vol. X, n.º 19, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1975, pp. 107-152; MARQUES, A. Oliveira, *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa* in "Bracara Augusta", Braga, vol. 35, n.º 92-93, Janeiro - Dezembro 1981, pp. 367-387; *Idem*, *Novos Ensaios da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988; SERRÃO, Joel (Dir.); MARQUES, A. Oliveira, *Nova História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Presença, 1987; SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, «Cidade em Questão», 2ª ed., n.º 8, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992.

Ao longo da história distintas formas urbanas foram geradas ou transformadas. Neste processo foram certamente determinantes as diferentes condições históricas, sociais, económicas e políticas, existentes nas diversas comunidades que produziram e habitaram o espaço urbano.

A imagem característica da cidade mediterrânea medieval, cristã ou muçulmana, corresponde a um sítio proeminente, de onde nasce um recinto muralhado circundado por uma área agrícola que abastece a urbe³. Nessa imagem participa, ainda, o espaço livre, periférico e adjacente ao recinto, junto a uma porta, onde se efectuavam actividades ou manifestações que o espaço urbano não comportava e onde se estabeleciam relações importantes entre o centro produtor, rural, e o consumidor essencialmente urbano. Este espaço livre não permaneceu sempre no mesmo local ao longo do percurso urbano dos aglomerados. Outras localizações espaciais devem-se à expansão urbana para fora do limite da muralha (situação que conduziu, frequentemente, ao alargamento da cerca englobando-se as novas expansões) com conseqüente concretização de outros recintos livres. As portas da muralha, que se incluem na proximidade daqueles, apresentavam uma localização certamente relacionada com as vias que ligavam cidades, regiões e mesmo circulações internacionais e ainda, quando presentes, com as pontes sobre as linhas de água e áreas portuárias.

³ Dentro dos traços mediterrânicos das nossas cidades destacam-se: os sítios eminentes ou escarpados e fáceis de defender; a separação brusca entre a área urbana e o campo circundante; e as casas apinhadas e ruelas tortuosas que protegem do sol e do vento; Cf. RIBEIRO, Orlando, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, «Nova Universidade», 5ª ed., n.º 13, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1987, pp. 96-97.

Na cidade cristã medieval esse espaço livre foi designado por **rossio**. Símbolo, por excelência, de urbanidade, uma vez que corresponde a uma unidade gerada pelo urbano, o rossio exprime ainda uma forte componente ruralista pela forma como evoca o contacto com o território e se abre ao mundo rural. Dualidade urbano-rural que advém do facto de nele coexistirem funções importantes ligadas à actividade agrícola comunitária (onde se cultiva e pastoreia o gado) e à actividade comercial (onde se trocam e comercializam produtos) subsidiária da vida agrícola. Para além destas funções que apresenta o rossio traduz-se ainda numa importante área de descompressão urbana, dadas as dimensões que o caracterizam e a localização de transição que apresentam entre o mundo urbano e rural.

Também no mundo muçulmano o referido espaço livre era ocupado por mercados onde se vendiam produtos oriundos da área rural envolvente⁴.

Todas estas ideias se encontram exploradas ao longo dos dois primeiros capítulos da dissertação, onde se sublinham as características espaciais do rossio e se procura desvendar o universo destes elementos existentes na região Alentejo⁵.

Através do estudo caso, o rossio de Évora, apresentado no terceiro capítulo, procurou-se exemplificar de forma mais pormenorizada essas características

⁴ Cf. BALBÁS, Leopoldo, *Plazas, Zocos y Tiendas de Las Ciudades Hispanomusulmanas in "AL-Andalus"*, vol. XII, 1947, pp. 437-476; O mercado permanente ou periódico (ar. *suq*) podia estar numa ou em várias ruas, numa praça ou numa parte exterior ao recinto urbano junto a uma porta (o sublinhado é nosso); *ibidem*, p. 446.

Os referidos locais desempenhavam eventualmente ainda outras funções como sejam aquelas que se prendem com práticas religiosas. A lei do Corão manda reservar, para as actividades ou manifestação que eram impróprias ou que não cabiam na mesquita, um lugar aberto junto às muralhas que pode, eventualmente, corresponder ao mesmo onde se realizava o mercado; Cf. RIBEIRO, Orlando, *Las Ciudades Ibericas Tradicionales y su Expansion Por el Mundo in "I Colóquio Ibérico de Geografia"*, Universidade de Salamanca, 1981, p. 215.

⁵ Ainda que centrados na região Alentejo procuraremos, sempre que possível, alargar algumas considerações a todo o país.

espaciais e ainda as vivenciais, o percurso urbano e as expectativas urbanísticas, que esta unidade morfológica urbana mais suscita.

As conclusões encontram-se ensaiadas no quarto e último capítulo, onde se procura explorar a importância deste espaço aberto na cidade actual.

A já conhecida riqueza de expressões e termos da língua portuguesa justifica uma abordagem introdutória da palavra *rossio*, sua etimologia, evolução terminológica e semântica

Acerca da origem da palavra *rossio*, Dicionários Etimológicos da Língua Portuguesa⁶ esclarecem-nos não haver acordo quanto à origem do étimo. J. MACHADO remete-nos para a hipótese levantada por J. L. VASCONCELLOS, que preconiza tal origem no adjectivo latino *residuus* (remanescente), derivado do verbo *resideo*, hipótese que outros autores parecem não aceitar. O. RIBEIRO diz-nos que a palavra aparece no sentido primordial de *reiduum* (terreiro vago)⁷.

Recio, recium, resaiu, resium, resio, rescio, ressiu, ressyu, ressaio, rexio, rissio, rocio, rosio, rossio, rossim, rossuada, rossiana, roxim, roxio são exemplos da grande diversidade e riqueza de termos que, desde a Idade Média, se associam ao significado de *rossio* e que exprimem uma mesma realidade - a de terrenos baldios;

⁶ MACHADO, José P., *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª ed., 5 vols., Livros Horizonte, 1977, (s.v.); CUNHA, A. Geraldo, *Dicionário Etimológico. Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994, (s.v.).

⁷ Cf. VASCONCELLOS, J. Leite, *Etnografia Portuguesa*. vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 345; RIBEIRO, Orlando, *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo, segundo A. Silbert.*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1970, p. 164.

variantes escritas e fonéticas, função do tempo e do espaço, foram, desde então, revestindo-se de variadas formas. J. L. VASCONCELLOS, com base nalguns documentos, ilustra-nos alguns exemplos: no século XIII, *rissio* e *ressio* (em Lisboa - *resium*) e *resaiu* (em Tarouca); no século XIV (no Porto - *resio* e em Beja - *ressio*); já no século XV (em Ponte-de-Lima - *ressyo*); no século XVI é *rocio* numa referência de D. Manuel e também *rossio*; dois séculos depois, *roxio* e *rosio* em Montreal e *rocio* na comarca de Castelo Branco⁸.

Em conclusão, as formas portuguesas medievais *ressio* e *rissio* são frequentes e os vocábulos com -c- são raros como o confirmam os exemplos anteriores. No século XX foi adoptado oficialmente a grafia com -ss-⁹.

O termo *rossio*, designação dada a vários espaços urbanos em Portugal e tão presente na nossa toponímia urbana, corresponde a um espaço aberto público, no limite entre a aglomeração urbana e campo circundante, onde se realizavam e ainda se realizam feiras¹⁰. Onde se cultivava e pastavam os gados da comunidade. Associam-se igualmente à definição de *rossio* as atribuições, já referidas, de

⁸ Cf. *Ibidem*, p. 344; VITERBO, Frei Joaquim, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases(...)*, Edição Crítica por Mário Fiúza, vol. II, Porto, Civilização Editores, 1983, p. 210.

⁹ Cf. MACHADO, José P., *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Editorial Confluência, «s/d.», (s.v.).

¹⁰ Os termos *rocio*, *rossio* e afins apresentam alguma diversidade de significados, os quais procurámos sistematizar com base em diferentes dicionários da língua portuguesa: orvalho, orvalhada, chuva miúda (*Rocio*); terreno que era roçado ou fruído em comum pelo povo, logradouro público, lugar espaçoso, terreiro, praça larga (*Rossio*, *Rossiada*, *Rossiana*, *Recio*, *Ressio*); terreiro junto a uma habitação (*Rossaio*); cavalo de pequena estatura, cavalo fraco, pileca (*Rocim*). Aplicado com significados diversos interessa-nos, ao longo do presente estudo, o que se prende com o espaço aberto público. Sintetizam-se em seguida alguns desses dicionários consultados: FIGUEIREDO, Cândido, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Bertrand, 1973; MACHADO, José P., *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 6 vols., Círculo de Leitores, 1991; VIEIRA, Frei Domingos, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 5 vols., Porto, Editores E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874; SILVA, António M., *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., vol. IX, Editorial Confluência, 1956.

terreno ou chão baldio e as de terreiro de pousio, bravio, devoluto, desaproveitado, comum, lugar espaçoso, terreiro e praça larga ou largo.

Acerca do sentido primitivo da palavra J. CASTILHO defende ter-se tratado de um adjectivo que significava baldio (*terreno rессio* ou *chão rессio* ou *terreiro rессio*), ao qual o povo posteriormente terá suprimido o substantivo e em vez de *terreno*, *terreiro* ou *chão rессio* apenas dizia *ressio*¹¹.

Espaço comunitário e plurifuncional, como teremos oportunidade de analisar, o rессio emprestou-se, ao longo do tempo, à mudança e ao desenvolvimento de numerosas e diversificadas actividades e necessidades da população urbana. A utilização agrícola é confirmada por J. MACHADO quando salienta a ocorrência de operações de desbaste e preparo desses terrenos, para posterior sementeira de cereais, hortas ou a pastagem de gados da comunidade. Actividade que se articula na sua génese com a actividade comercial e, posteriormente, resultado da apropriação de que foi alvo, com outras como as recreativas (jogos a cavalo, de canas, de péla, passeio, etc.) e as militares¹².

O significado de terreno baldio e de terreno comunitário é confirmado pela definição dada por J. MACHADO “(...)terrenos que eram utilizados em comum pelo povo, o que resta por cultivar ou fica para trás ou fora do terreno cultivado, o que

¹¹ O mesmo aconteceu com o vocábulo largo; campo largo, terreno largo, espaço largo, terreiro largo deixam o substantivo e simplifica-se para largo; Cf. CASTILHO, Júlio, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. X, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1937, p.28.

¹² MACHADO, José P., *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Editorial Confluência, Lisboa, «s/d». (s.v.).

*está para trás ou fora da povoação ou da casa em que se habita*¹³. Definição que nos aponta, também, a existência de duas situações muito distintas na localização do espaço rossio - junto a uma habitação e fora da povoação. Desta aparente divergência pensamos ser possível retirar as seguintes ilações:

- A primeira, e para a qual mais nos inclinamos, justifica a utilização primordial do termo como adjectivo de significação baldio, qualquer que seja a localização do espaço rossio, conforme defendido por J. CASTILHO;
- A segunda, prende-se com facto de estas localizações corresponderem sempre a uma mesma ideia de posição periférica e carácter rural, qualquer que seja o regime estatutário dos terrenos (baldio ou privado), significando simplesmente funções rurais em espaços abertos que se liguem a actividades variadas e apresentem exigências bem específicas¹⁴.

Relativamente à significação de rossio que, frequentemente, encontrámos na acepção de praça larga, ou somente de praça, ou largo, julgamos que esta se deve ao facto de alguns exemplos dessas tipologias terem na sua génese anteriores rossios. Como iremos analisar, estes espaços ao se envolverem na expansão

¹³ *Idem, Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 3ª ed., 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1977, (s.v.).*

¹⁴ O que pode ser confirmado através das várias designações que tomam os espaços que ficam junto à habitação: terrenos baldios, terrenos não cultivados próximos da habitação; rossios (nos "montes alentejanos"), terrenos marginais disponíveis para actividades individuais ou comunitárias; *ræxio* (em Guimarães, no início do século XX), terreno que fica atrás da casa, para a criação de animais; Cf. VASCONCELLOS, J. Leite, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 343.

urbana sofreram uma evolução formal e funcional que culmina na constituição de uma distinta tipologia de espaço aberto público, de que a praça e o largo são exemplos¹⁵.

O correspondente castelhano de rossio é o *ejido*, vocábulo que ocorre ainda nas formas alteradas de *lejido* e *lejo*. Segundo J. COROMINAS, a esse espaço corresponde o campo de saída de um aglomerado - terreno baldio, onde se reúnem os gados ou se estabelecem as eiras, onde se celebravam as feiras e mercados (nomeadamente as feiras de gado), e onde se encontravam os locais propícios para a localização de indústrias insalubres ou fedorentas¹⁶.

¹⁵ Referências a rossio no sentido de praça encontram-se em: Lisboa, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Alcobaça, Abrantes, Rossio de Abrantes, Alenquer, Mafra, Vila Nogueira de Azeitão, Portalegre, Elvas, Estremoz, Vila Viçosa, Évora, Alvito e Lagos; Cf. BARBOSA, José M., *Da Praça Pública em Portugal*, Tese de Doutoramento, vol. I, Universidade de Évora, 1993, p. 39 (policopiado).

¹⁶ Cf. COROMINAS, J.; PASCUAL J. A., *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, Madrid, Editorial Gredos, 1989, (s.v.); RIBEIRO, Orlando, *Las Ciudades Ibericas Tradicionales y su Expansion Por el Mundo*, in "I Colóquio Ibérico de Geografia", Universidade de Salamanca, 1981, p. 215.

Em Espanha, o termo *rocío* ocorre também na acepção de orvalho e o termo *rocío* como um caso particular de um santuário de grande devoção no Sul do país (N. Sr.ª del Rocío); Cf. MACHADO, José P., *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Editorial Confluência, «s/d.», (s.v.).

CAPÍTULO I

**ROSSIO /
ESPAÇO URBANO**

Os espaços abertos urbanos (hortas, hortos, pomares, jardins, largos, praças, ruas, alamedas, terreiros, cercas, rossios, etc..) foram, desde muito cedo, locais privilegiados de produção, de trocas comerciais, de encontro de gentes e/ou de convívio e lazer¹. Os seus diferentes carácter, função, contexto urbano e condicionantes paisagísticas conduzem a localizações, organizações e estruturas distintas destes espaços abertos no meio urbano e na sua periferia, levando à definição de tipologias diversificadas.

Em termos toponímicos² estas tipologias surgem, quase sempre, adjectivadas ou denominadas com elementos referenciais, o que nos informa acerca do uso e funções dominantes, das características físicas, do posicionamento no espaço e elementos tipológicos que caracterizam cada tipologia³. Esta valiosa informação ilustra-nos, para o caso do rossio, alguns destes aspectos, como o testemunham as denominações toponímicas de rossio da Feira, Curto ou Longo, de Cima ou de Baixo, do Carvalhal, do Calvário, do Espírito Santo, de Trás da Sé, a Sul do Tejo, das Eiras e dos Poços. Constatou-se, no entanto, uma maior ocorrência de designações que se relacionam com o universo religioso, de que são exemplos o rossio da Igreja, de S. João, da Trindade, da Piedade, do Calvário, de Sant'ana, de

¹ Nos espaços abertos urbanos públicos - qualquer que seja o tecido urbano ou época em que se inscrevem - observa-se uma forte vocação no encontro de gentes e no estabelecimento de relações humanas que se concretizam numa dada sociedade, conforme teremos oportunidade de ilustrar para o caso particular do rossio.

² A toponímia é instrumento de estudo de grande importância uma vez que nos permite imaginar a ocorrência, tipologia e localização destes espaços abertos.

³ A rua do laranjal, dos touros, da fonte, dos mercadores; a praça ou largo das hortas, das vacas, do mercado, das fontes; o largo, chão, terreiro ou campo da feira, das vinhas, das eiras, largo, de cima ou de baixo e de fora são exemplos, entre muitos outros, ao que nos referimos.

S. Paulo, de Sta. Clara, de S. Sebastião, do Carmo, do Mosteiro, de S. Brás, das Freiras, de S. Romão⁴.

Os pressupostos urbanos já referidos, de maior multifuncionalidade e sociabilidade no meio urbano, expressam-se de forma determinante no espaço rossio. A demonstrá-lo, encontram-se as funções multifacetadas que desempenhou, desde as agrícolas às comerciais e o seu carácter público. Lugar que a comunidade desenvolveu para o desenrolar de necessidades comunitárias. Trata-se, pois, de um espaço urbano com importante papel na organização e evolução das nossas urbes, identificável "(...)pela sua história, pelo seu significado e posicionamento no espaço, no tempo e na forma, e pela sua memória"⁵.

CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO ROSSIO

Para uma melhor compreensão das características espaciais do rossio, analisaremos aquelas que consideramos como seus elementos definidores. Assim,

⁴ Os exemplos apresentados tiveram por base uma recolha efectuada nos dicionários e estudos que em seguida sintetizamos: COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. X, Porto, Livraria Civilização, 1948, (s.v.); LOPES, J. Baptista, *Dicionário Postal e Chorographico do Reino de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, (s.v.); TORRES, João R., *Portugal. Dicionário Historico, Chorographico*, (...), vol. VI, Lisboa, Cª. Editores, 1912; *Reportórios Toponimicos de Portugal. Continente*, vol. I, II e III, Ministério do Exército. Serviços Cartográficos do Exército, 1967; VASCONCELLOS, J. Leite, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 344.

⁵ Estes critérios de identificação correspondem aos definidos por J. MORAIS para os «factos urbanos». Designação a que respondem os "(...)elementos físicos (em conjunto ou singulares), que traduzem pelas suas componentes formais singulares, irregulares ou únicas, uma individualização na forma e na imagem do tecido urbano(...)". Pelo exposto, considera-se o rossio um «facto urbano» uma vez que, ao posicionar-se de determinada forma no suporte físico, constitui um elemento definidor da estrutura urbana; MORAIS, João S., *Metodologia de Projecto em Arquitectura. Organização Espacial na Costa Vicentina*, «Referência», n.º 16, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 40-41.

procuraremos explorar aspectos como as funções e usos que preconizam, a localização e situação em que se encontram, a forma que apresentam, o contexto em que se inscrevem e a organização do espaço que expressam.

Tentar-se-á, simultaneamente, entender a evolução do rossio ao longo do tempo, a razão porque viu asseguradas vertentes distintas como a funcional, económica, recreativa e urbanística, as vocações que o caracterizam e as actividades nele desenvolvidas.

A FUNÇÃO

Porque o carácter primordial do espaço rossio se baseia em princípios produtivos e comerciais, consideram-se estas as suas funções principais. Contudo, parece indiscutível o seu papel preponderante como espaço de descompressão das urbes, pelo que somos levados a acrescentar esta função às que consideramos principais. Este conjunto de funções é revelador da função utilitária multifacetada e da plurifuncionalidade que o caracterizou o rossio ao longo do seu percurso urbano.

As funções produtivas comprovam-se pelas actividades agrícolas que a população da urbe nele desenvolvia. Era praticada uma agricultura ligada à produção de cereais e pastagens e nele se efectuavam actividades agrícolas, decorrentes dessa produção. Assim o testemunham as conhecidas eiras, que neles se encontraram, a toponímia de algumas unidades e as descrições que se

conhecem desses lugares⁶. Esta aptidão ou vocação agrícola não foi uma constante no rossio, ao longo do tempo, ainda que sempre o tenha caracterizado.

Ligado a essas funções produtivas, acrescenta-se o facto do rossio ser local de pastagem para os animais que os habitantes do aglomerado possuíam, bem como para aqueles que os viajantes e mercadores transportavam. J. MATTOSO dá-nos alguns exemplos: em Viseu, *“A pastagem reservada para o gado era nos rossios da cidade, onde, inesperadamente, em 1605, proíbem andar rebanhos”*; em Braga, a propósito de locais onde frequentemente se pastava o gado, refere *“As tentativas de cerrar as terras não poupavam sequer os bens concelhios(...)em 1569, há queixas de se ter feito uma «grande tomada no recio do concelho»(...)o procurador(...)requer o seu derrube imediato”*; e em Tomar, para os bois de lavra se amanharem, fixaram-se rossios e canadas⁷. Pelo referido concluí-se terem existido interesses distintos relativamente ao modo de utilização deste grande espaço comunitário, confirmando-se, no entanto, a sua importância como local de pastoreio.

Dentro destas funções temos também a de reunião de gados (em permanência ou não) e a sua comercialização nesse mesmo local. A elucidar-nos acerca destas funções encontra-se a seguinte determinação régia de D. Manuel, em 16-12-1500, *“(...)em volta da cidade e contíguo ás muralhas, se abra um rocio*

⁶ Sobre a toponímia são exemplos as designações de Rocio das Eiras e Rocio da Eira do Quarto, no concelho de Avis. Das descrições: nos rossios de Elvas *“(...)junto das muralhas, por fóra, os quais servem de eiras, para malharem trigo pessoas que têm searas pequenas”*; o rossio de Alter do Chão *“(...) tem um grande rocio, a que chamão do espirito santo, todo coberto de viftofa(...)”*; VASCONCELLOS, J. Leite, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 344; CARDOSO, P^{de}. Luís, *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica de Todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas(...)*, tomo I, Lisboa, Regia Silvana e da Academia Real, 1747, (s.v.).

⁷ Cf. MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 268, 273 e 275.

comum, da largura de 2 tiros de bésta, onde os gados e animais de carga, que vêm á cidade, se possam accomodar⁸. J. MATTOSO confirma-nos também essa utilização como local onde permanecem gados, “Já nas cortes de 1498 os concelhos tinham pedido a D. Manuel que só os bois de lavoura pudessem entrar nos rossios e coutos concelhios”⁹.

Ponto de ajuntamento de gados quando estes iam pastar noutras terras, no rossio localizava-se ainda, frequentemente, o curral do concelho. Por exemplo, em Évora, um dos mais antigos currais ficava no local da actual Praça do Giraldo, ou seja no primeiro rossio da cidade; outro, em período posterior, localizou-se no Rossio de S. Brás. Em Montemor, o curral onde se guardavam os gados que estivessem de passagem, situava-se no extremo Norte do rossio.

Tomado como espaço necessário à satisfação das necessidades da actividade mercantil, nele sempre ocorreram feiras e mercados. V. RAU confirma-nos essa utilização a propósito dos locais onde se realizavam as feiras na Idade Média “(...)«no chão da corredeira», na cerca, no rossio e noutros largos ou praças(...)”¹⁰. A toponímia empírica destacou, frequentemente, essa função como o denotámos no estudo mais particular do Alentejo, provavelmente por se tratar de uma função dominante, o que se reafirma pelas denominações toponímicas conhecidas de Rossio da Feira, por exemplo em Ourique e em Ponte de Lima.

⁸ Citado por J. Leite VASCONCELLOS, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 343.

⁹ MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 275.

¹⁰ Citado por Jorge GASPAR, *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, «Espaço e Sociedade», 2.ª ed., n.º 5, Livros Horizonte, 1986 (1.ª ed. 1970), p. 79.

As actividades comerciais, em grande parte dos casos, ainda hoje lá permanecem, à excepção das feiras de gado, desde há algumas décadas em decadência¹¹.

Estes acontecimentos comerciais - reflexo da dinâmica mercantil gerada no meio urbano - envolvem grandes vultos de mercadorias e aglomerações de consumidores, facto que lhes determina exigências espaciais muito específicas. Os espaços amplos e livres são assim, os mais vocacionados para o desenrolar dessas actividades mercantis.

Encontram-se, portanto, as razões pelas quais a cidade teve que desenvolver um espaço amplo, livre, disponível, e conseqüentemente periférico, utilitário a um conjunto de funções por si desempenhadas.

Apropriações posteriores do espaço reforçaram a plurifuncionalidade do rossio acrescentando-lhe outras funções. Estas apropriações, por nós consideradas como secundárias dada a sua variação temporal, são mais uma vez reveladoras da sociabilidade do espaço e da sua capacidade de adaptação a novos usos e funções. Referimo-nos àquelas que se inscrevem num âmbito mais cultural e recreativo ou às utilitárias especiais. As características espaciais do rossio privilegiaram, uma vez mais, os grandes ajuntamentos e a multiplicidade de utilizações.

¹¹ Das feiras de gado que lá se realizavam são exemplos: a «Feira do 23» em Coimbra, a «Feira dos 14 e 28» em Aveiro e a «Feira mensal dos 19» em Tentugal; *Ibidem*, p. 82. E no Alentejo em quase todos os rossios, sendo exemplos as realizadas em Évora (Rossio de S. Brás), Montemor, Grândola, Monforte, Escoural, Assumar e Montoito.

As funções culturais e recreativas manifestam-se nas festas e outros acontecimentos de carácter mais extraordinário que nele ocorreram, nomeadamente entradas e recepções régias, autos-de-fé e execuções e ainda actividades de diversão como jogos, corridas de touros, cavalgadas, touradas ou simplesmente o passeio. Acerca das actividades recreativas vejamos uma descrição, de D. SOTTO MAIOR, sobre o rossio de Portalegre *“Tem este arrabalde um rossio que se chama do Espírito Santo, muito espaçoso e alegre, onde os moradores da terra vão espaiar-se as tardes de Verão. Nele correm cavalos e jogam canas e fazem muitas outras festas”*¹².

Dentro das funções utilitárias especiais incluem-se as práticas militares e as insalubres, de vazadouro público. As primeiras, que se prendem com o facto de se tratarem de espaços amplos, confirmam-se com os exemplos dos rossios de Évora e de Estremoz, locais procurados pelos militares para realização de várias manobras¹³. As segundas são determinadas pela localização, como veremos em seguida, tratam-se de espaços periféricos, baldios, frequentemente utilizados como depósito dos lixos que o aglomerado produzia.

¹² Citado por José M. BARBOSA, *Da Praça Pública em Portugal*, Tese de Doutoramento, vol. I, Universidade de Évora, 1993, p. 37 (policopiado).

¹³ O de Évora, segundo T. ESPANCA, era local onde tiveram práticas as grandes manobras militares das heróicas milícias de Évora; e no de Estremoz muitas vezes se juntaram os exércitos; Cf. ESPANCA, Túlio, *Património Artístico Municipal. Imóveis. A Ermida de S. Brás*, in *“A Cidade de Évora”*, n.º 1, Ano 1º, Dezembro 1942, p. 81; *Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Estremoz*, GTL, Câmara Municipal de Estremoz, 1993.

Todas as características anteriormente apontadas ao rossio, como a sociabilidade, a plurifuncionalidade e fácil adaptação a novas funções, tornam o rossio um pólo a partir do qual as cidades se vão desenvolver. Envolvido na expansão da cidade, tornou-se num espaço central tendo dado origem, com alguma frequência, a um praça - evolução que resultou da dinâmica urbana associada ao rossio. Nestas circunstâncias foram mantidas as funções comerciais e cresceram-lhe outras, como o ilustram as situações de espaço habitacional, de comércio predominantemente fixo e de serviços.

Às referidas funções correspondem usos diários, periódicos e ocasionais. Esta diversidade é uma característica que sempre permaneceu constante no rossio. Mesmo actualmente, podemos observar usos de periodicidade variável nestes espaços, ainda que as funções tenham mudado de forma substancial. Veja-se, mais uma vez, os exemplos do rossio de Évora e de Estremoz, actuais locais de estacionamento diário, com mercados e feiras periódicas, festas, reuniões e acontecimentos culturais ocasionais.

Dadas as funções que o rossio desempenhava e o estatuto comunitário dos terrenos, estes espaços eram apreciados e requeridos naturalmente por todos, desde a população da urbe, ao município e ao rei, todos o tomaram e dele usufruíram. Do interesse real, vejamos um exemplo de Afonso III, *“A fixação da Corte em Lisboa determinaria, neste monarca autoritário e ambicioso, o desejo de mandar na cidade e de extrair dela mais rendas. Um dos processos de auferir*

receitas e de ao mesmo tempo dar incremento ao comércio era instalar feiras e mercados sob jurisdição real e aproveitar terrenos vagos, comunais, dentro das cidades ou nos arrabaldes (ou rossios) para aí construir suas tendas que posteriormente fossem arrendadas”¹⁴.

Porque se tratavam de bens considerados de utilidade pública, os rossios encontravam-se a cargo do concelho, como o fundamenta A. BEIRANTE baseando-se em carta de 1311 de D. Dinis¹⁵.

A LOCALIZAÇÃO

A localização do rossio é ditada pelas funções primordiais exercidas por esta tipologia de espaço. Desta forma, as suas características plurifuncionais já analisadas - lugar de trocas comerciais, práticas agrícolas (especialmente as vocacionadas para a criação e permanência de gados) e as de descompressão da cidade - determinam-lhe uma localização adjacente à malha densa e fechada que constitui o centro urbano.

O carácter primordialmente funcionalista do rossio determina-lhe essa marginalidade, mas também a situação que se elege para a seu posicionamento. Nesse processo de escolha do lugar são naturalmente determinantes os factores que se prendem com as acessibilidades e a topografia. Por outro lado, o sítio de

¹⁴ CAETANO, Marcelo, *A Administração Municipal de Lisboa Durante a Primeira Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Horizonte, 1990, p. 29.

¹⁵ Cf. BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/JNICT, 1995, p. 443.

implantação do aglomerado determina, de alguma maneira, a forma como a urbe se desenvolve e, conseqüentemente, adopta um lugar para estabelecimento do seu rossio. A confirmá-lo encontra-se a multiplicidade de ocorrências de rossios numa situação fisiográfica na base da encosta ou numa zona menos declivosa da mesma, situação que se relaciona com os lugares mais comuns de implantação dos aglomerados em Portugal, ou seja, sítios proeminentes (Fig. 1). Nos sítios próximos a uma superfície de água, o rossio dos aglomerados ocorre nas proximidades do porto ou da ponte e, naturalmente, de uma porta que nessa direcção se desenvolve, localização que lhe reforça o carácter de troca¹⁶ (Fig. 2). Esta localização dos rossios, frequentemente na margem oposta à que se implanta o aglomerado que o gera, encontra provavelmente justificações em razões topográficas (porque as situações mais frequentes ocorrem em aglomerados que se implantaram em colinas junto a esses cursos de água), na vitalidade económica do aglomerado e na facilidade de transposição do elemento água. Nos aglomerados de interior, apoiados quase sempre nas vias de comunicação ou numa estrutura defensiva, os rossios encontram-se em situações de fácil relação com essas vias e assim, também nas proximidades das portas da muralha que encerra o recinto urbano.

As múltiplas situações de ocorrência dos rossios - lugares próximos de linhas de água, das vias de comunicação principais e portas das muralhas, mas também lugares com pouco declive, preferencialmente planos - são igualmente determinadas pelas funções primordiais que desenvolvem.

¹⁶ São exemplos os rossios de Leiria (Rossio Novo e Velho), Coimbra (Rossio de Sta. Clara) e de Abrantes (Rossio ao Sul de Abrantes ou Rossio ao Sul do Tejo).

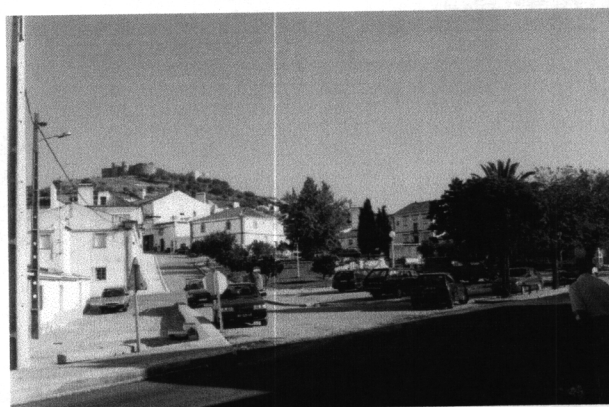


Figura 1 - Portalegre e Évora Monte.
 Aglomerados implantados em sítios proeminentes, com consequente desenvolvimento do rossio na zona menos declivosa da encosta ou na sua base.

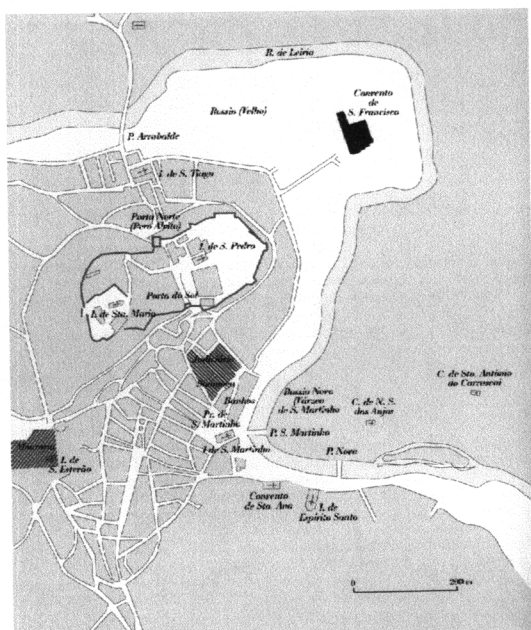


Figura 2 - Leiria e Ponte de Lima.
 Aglomerados implantados em sítios próximos a uma superfície de água, com consequente desenvolvimento do rossio na sua proximidade e, também, da porta e/ou ponte que nessa direcção se desenvolvia. (J. Mattoso, 1993)



Consideramos provável que razões de outra ordem como o vento dominante num dado quadrante, pode também ter determinado a localização do rossio - aspecto que favorecia, com certeza, o posicionamento das actividades insalubres ou fedorentas, portanto as funções pecuárias e de vazadouro público.

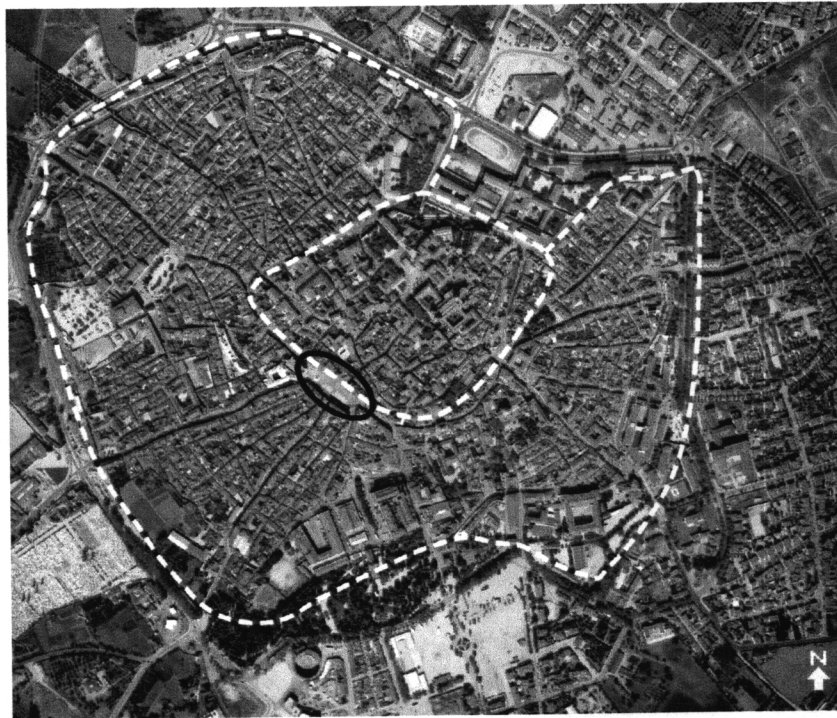
Localizados de forma periférica aos aglomerados urbanos, como já referimos, os rossios viram-se ao longo do tempo integrados em posições relativamente centrais, em resultado do crescimento das urbes e do aumento da sua área, quase sempre nessa direcção. Factores que transformaram uma posição de periferia numa posição de centralidade¹⁷ (Fig. 3).

A FORMA

No que se refere à forma o rossio engloba-se na categoria de espaços irregulares e amplos, dado tratar-se de um espaço anómalo, significativamente extenso e predominantemente livre. Forma que se encontra indissociavelmente ligada às características do lugar, à vida comunitária dos cidadãos, à vitalidade económica do aglomerado e às funções e posteriores apropriações espaciais.

Os limites, componentes básicos da forma, constituem importantes elementos de composição espacial que, para além de conterem o espaço, também o definem.

¹⁷ Centrais nos casos do espaço englobado pelas cercas novas e também pelas mais modernas expansões da cidade. Forneceram-nos dados sobre esta temática alguns estudos monográficos sobre cidades e povoações medievais portuguesas.



(J. Mattoso, 1993)

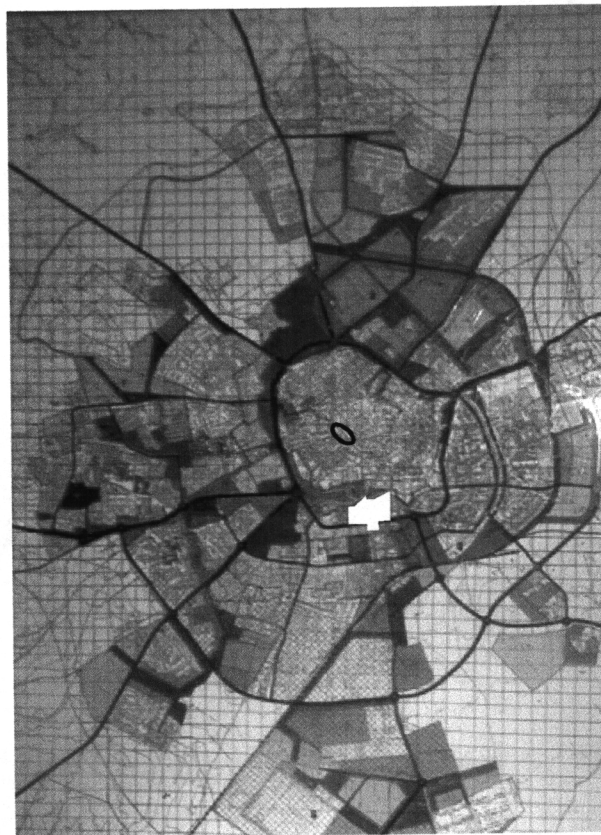


Figura 3 - Évora.
A integração dos rossios em posições centrais; o mais antigo a Poente da primeira cerca e o sucedâneo a Sul da segunda.

Nesta definição, a permeabilidade visual e física pode ser considerada bastante variável dada a natureza dos limites. Constituídos por elementos vivos e também inertes, apresentam, ao longo do tempo e em função do espaço, variadas formalizações que podem ser enquadradas nas seguintes tipologias (Fig. 4):

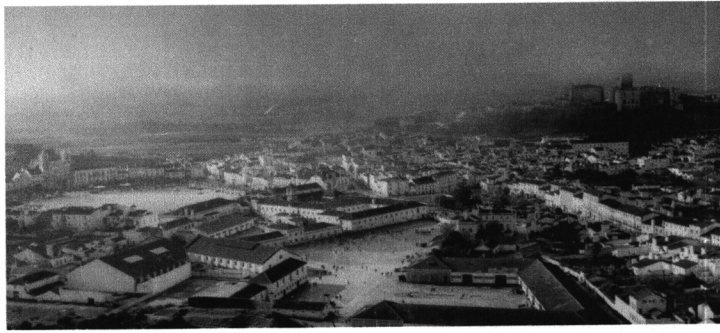
- Espaços totalmente fechados;
- Espaços pontuados por alguma abertura visual (portanto, onde se assegura alguma permeabilidade);
- Espaços totalmente abertos;
- Espaços, ainda que abertos, contidos parcialmente por algum tipo de obstrução mais física do que visual¹⁸.

Dentro desta diversidade salienta-se, contudo, a dominante presença de limites abertos na definição do espaço rossio, o que reforça a multidireccionalidade espacial e reflecte a abertura à cidade, ao campo e às múltiplas funções que desempenha.

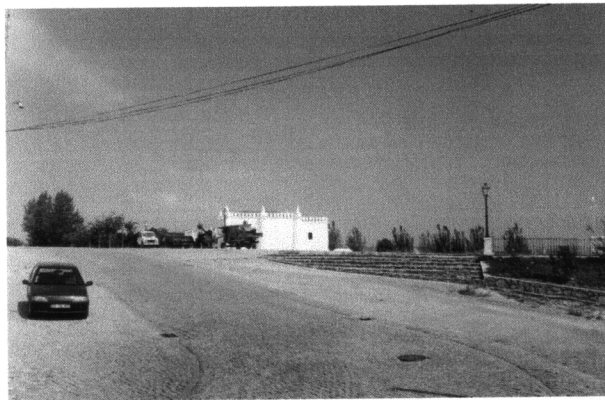
Dada a grande diferença de composições dos limites, podemos, então, falar de alguma diversidade formal no espaço rossio, que nem sempre é muito clara devido à natureza dos espaços limítrofes.

As razões da formalização do espaço rossio encontram-se, assim, essencialmente ligadas às características físicas do lugar, nomeadamente às suas características topográficas, mas também, à vitalidade económica do aglomerado que lhe determina a dimensão. Admite-se existirem, eventualmente, outras

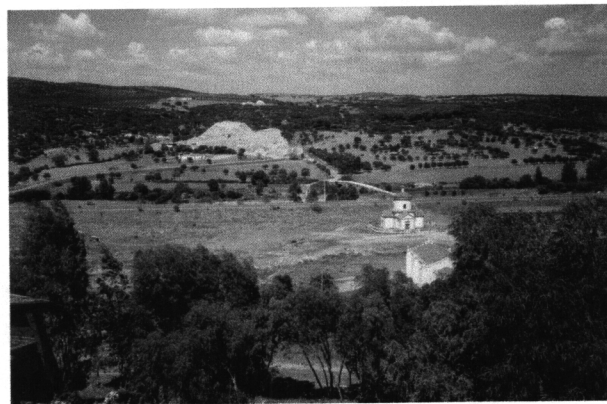
¹⁸ Sobre as tipologias dos limites do espaço não edificado veja-se Manuela MAGALHÃES, *Morfologia da Paisagem*, Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa / ISA, 1996, pp. 297-300 (policopiado).



Rossio de Estremoz. Espaço totalmente fechado e delimitado por edificado (no plano intermédio).



Rossio de Alvito. Espaço parcialmente aberto; a extremidade aberta à paisagem rural.



Rossio de Monforte. Espaço totalmente aberto; a ausência de limites edificados na definição da área.

Figura 4 - As características da forma.
Espaços amplos e livres. Distintos tipos de delimitações espaciais.

justificações para essas características formais, como seja a dimensão da propriedade onde se vem a instalar o futuro rossio e o regime estatutário do terreno em que se implanta¹⁹.

As amplitudes do espaço rossio, o seu posicionamento e funções polivalentes que preconiza, conduzem-nos à identificação daquela que julgamos ser a identidade deste lugar urbano. A essas características associa-se ainda uma outra particularidade; o rossio parece pressupor uma adaptação contínua às alterações e transformações do contexto correspondendo, portanto, a algo que permanece, ainda que a atmosfera que o caracteriza seja transformada. O que nos reporta, conseqüentemente, para o contexto onde o espaço rossio se foi desenvolvendo. Na sua génese, este é essencialmente rural para depois se transmudar em urbano, transformação esta que resultou do facto da urbe se ver envolvida numa maior vitalidade económica e social.

Do referido processo decorre a delimitação do rossio com edificações, que concretizam não só alterações de carácter, mas também a emergência de uma nova tipologia de espaço aberto a partir da tipologia de rossio. C. NORBER-SCHULZ esclarece-nos acerca das razões desta percepção ao considerar que o carácter e as propriedades espaciais de um lugar artificial são determinados pelas diversas formas que delimitam esse lugar²⁰. As características espaciais do rossio são, portanto, substancialmente alteradas devido à significativa redução da área, à

19 Se terrenos baldios ou propriedade privada.

20 Citado por Aurora CARAPINHA, *Da Essência do Jardim Português*, Tese de Doutoramento, vol. I, Universidade de Évora, 1995, pp. 49-50 (policopiado).

transformação progressiva da forma e à configuração do espaço através de limites edificados. Nesta sucessão espacial tem continuidade o carácter público que caracteriza o lugar mas também a sociabilidade e multifuncionalidade que, desde a sua génese, o identificam. Conclui-se que as funções que exercia e as apropriações posteriores modelaram, no tempo e no espaço, a sua forma (Fig. 5).

Os elementos inertes e vivos

A organização e estruturação do espaço rossio é ditada pela pontuação ou polarização, concretizada através dos elementos vivos e inertes nele presentes.

Dentro dos elementos que pontuam o espaço encontram-se constantemente edifícios religiosos, a saber, igrejas, ermidas e conventos (Fig. 6). A testemunhá-lo encontra-se esse tipo de edifícios, ainda hoje observável ou registado, e o número significativo de ocorrências que tomaram o topónimo relacionado com essa presença²¹. Esta aliança entre o religioso e o profano presente no rossio não é exclusiva deste espaço. A comprová-lo encontra-se a estreita correlação entre feiras e festas religiosas, bem como, entre as feiras e o local de cerimónias de culto e conventos. Estas ocorrências correspondem a ligações que permitiam responder

²¹ Conforme já referimos são exemplos, entre outros, o rossio de S. João, da Trindade, da Piedade, do Calvário, de S. Brás, de Sant'ana, de S. Paulo, de Sta. Clara, de S. Sebastião, das Freiras, de S. Romão, do Santo, de Sto. António, do Espírito Santo e do Convento. Multiplicidade de ocorrências e repetições, que nalguns casos se concretizam, que nos sugerem uma possível linha de investigação futura - perceber qual o(s) Santo(s) que se associam ao rossio.

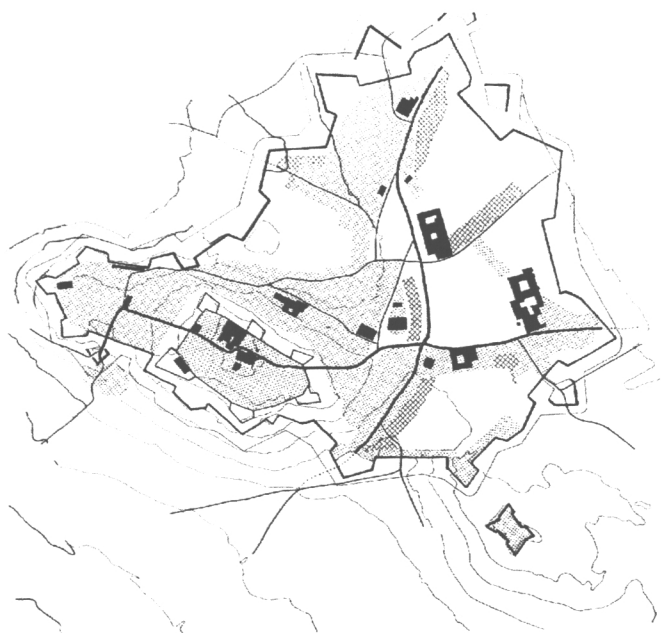
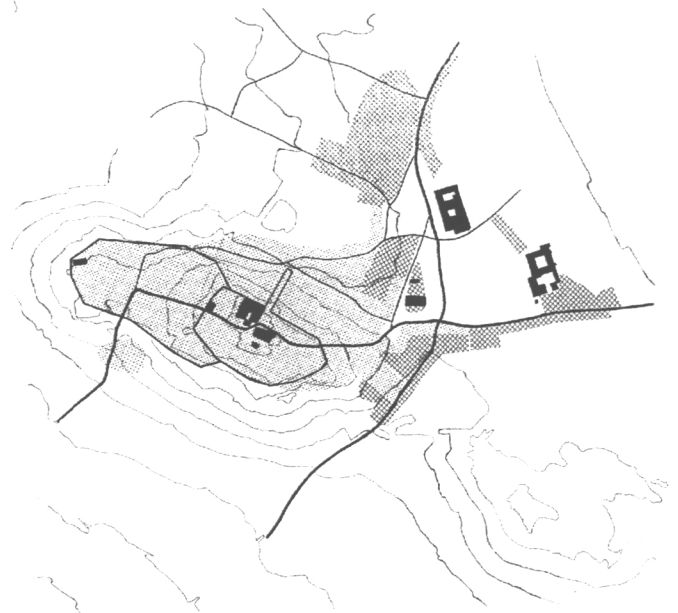
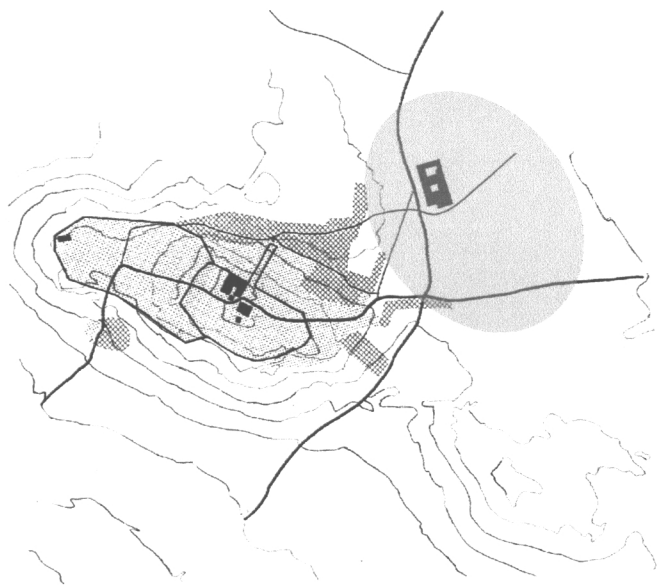


Figura 5 - Rossio de Estremoz.
O processo de delimitação do espaço com
edificações. (Plano de Salvaguarda, 1993)



Rossio de Alvito.
A ermida de S. Sebastião.



Rossio de Cuba.
A ermida de S. Sebastião no primeiro plano e,
no último, a igreja de N.ª Sr.ª da Rocha.



Rossio de Estremoz.
O convento de S. Francisco.

Figura 6 - Os edifícios religiosos que pontuam o espaço rossio.

simultaneamente às necessidades religiosas e profanas de uma sociedade, pelo que é natural que no rossio esse fenómeno também se verifique.

Igualmente a referenciar o espaço encontram-se, com frequência, uma ou duas das portas da muralha (Fig. 7). Esta permeabilidade que concretizam contribui, em muito, para a vivência e utilização do espaço, para além de reforçarem a ideia de ponto de encontro entre o mundo rural e urbano, e o carácter urbano que aí se colhe. Aberturas que são ainda responsáveis pelas deslocações preferenciais que ocorrem no rossio, dado a sua localização se relacionar com vias de circulação que estabelecem ligações entre cidades e regiões.

Dentro dos elementos que pontuam o espaço encontram-se, também, os elementos vivos, ainda que de forma reduzida (Fig. 8). Situação justificada pela necessária ausência de obstáculos, imprescindível ao desenvolvimento das múltiplas actividades.

Não estranhando a fraca presença ou total ausência da vegetação no rossio, somos levados a considerá-los como espaços predominantemente expostos (porque vazios), só às vezes parcialmente ensombrados ou ornamentados com vegetação. A atestar esta ideia de utilização de vegetação por motivos de embelezamento e de sombra, encontra-se um Alvará Régio (de 01.09.1619) onde, a propósito de um pedido da Câmara de Lisboa de embelezamento das entradas e caminhos públicos, se ordena que *"(...)façam poer e plantar nos rosios publicos dos arrabaldes(...)desta dita cidade aruores frescas, fayas, alemos pretos, freixos e outras semelhantes,*

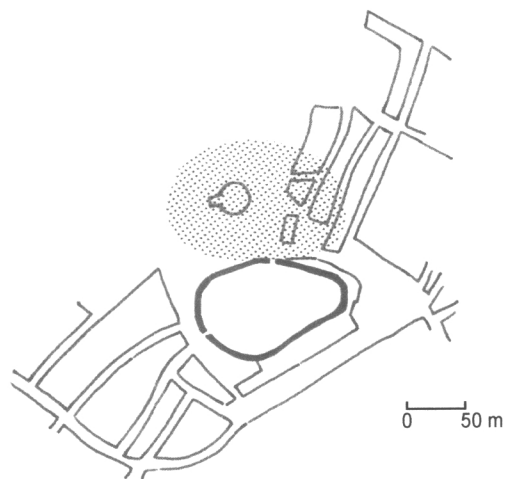


Figura 7 - Rossio do Alandroal.
A localização do rossio junto a uma porta do recinto amuralhado.



Rossio de Portalegre. O Plátano.



Rossio de Cabeção. O Pinheiro manso.

Figura 8 - Os elementos vivos que pontuam o espaço rossio.

pera ornato público, as quaes aruores senam poderam cortar sem licença da dita camera(...)"²².

As situações em que a vegetação ocorre reflectem, quase sempre, as características naturais do lugar onde se implanta o rossio. Assim sendo, as zonas aplanadas ou de base da encosta encontram-se frequentemente marcadas pela presença de linhas de água ou de drenagem natural, que condicionam naturalmente a ocorrência ou utilização de determinado tipo de vegetação, ou seja, árvores de zonas mais frescas e húmidas²³ - árvores que, também, se podem considerar mais frescas devido às suas características morfológicas. Situação que é confirmada, por exemplo, no rossio de S. Brás em Évora, pela mancha de choupos e amoreiras que se desenvolvia a Sudoeste do mesmo (zona mais baixa onde ocorria uma linha de drenagem natural) e no rossio do Espírito Santo, em Alter do Chão, onde se desenvolvia uma alameda de faias mas, também, no que sugere o Alvará Régio anteriormente citado²⁴.

O determinismo mencionado condiciona ainda uma possível existência de outras espécies vegetais. Referimo-nos à presença de espécies características de uma dada formação vegetal (espécies espontâneas) de que são exemplos as azinheiras e sobreiros presentes nalguns rossios do Alentejo.

A manutenção de todos esses exemplares vegetais ou a utilização posterior de outros pode, eventualmente, encontrar razões na necessidade de alguma

²² OLIVEIRA, Eduardo F., *Elementos Para a História do Município de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1942 (1ª ed. 1882), p. 433.

²³ No universo de rossios analisado constatou-se, com frequência, os referidos sistemas de drenagem; são exemplos o rossio de Estremoz, que era atravessado por uma linha de água e o de Vila Viçosa, que era delimitado por uma ribeira.

sombra para o gado que ao rossio acorria ou que lá permanecia e na aprazibilidade que concretizam.

A vegetação, quando presente, desempenha portanto um papel de pontuação do espaço e nunca o da sua polarização, o que se justifica dadas as funções com que é utilizada. Desta forma, encontramos-la frequentemente numa posição periférica, naturalmente a mais conveniente, uma vez que se trata de uma posição que faculta a sombra e que deixa o espaço livre para as multifacetadas actividades que lá se desenvolvem.

A imagem de aridez, ainda que permanecendo constante no espaço ao longo do seu percurso, é algumas vezes atenuada, como tivemos oportunidade de verificar nalguns rossios do Alentejo. As razões desta alteração pensamos encontrá-las, mais uma vez, nas apropriações posteriores do rossio, que concretizam alterações na forma como se usa a vegetação e nas espécies utilizadas. A selecção encontrada é marcada por espécies predominantemente ornamentais, inerente ao processo de embelezamento, e a sua disposição no espaço parece, frequentemente, querer justificar o enquadramento do mesmo através da sua delimitação com árvores de arruamento²⁵ (Fig. 9).

A polarização do rossio ocorre simplesmente com os utilitários poços, fontes e chafarizes, constantemente presentes e determinantes para o desenrolar de actividades de que era objecto. Por este motivo somos levados a considerá-los

²⁴ Cf. LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1873 (em 21 de Julho), p. 52v; CARDOSO, P.^o Luís, *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica de Todas as Cidades e Villas, Lugares e Aldeas(...)*, tomo I, Lisboa, Regia Silviana e da Academia Real, 1747, p. 368.



Rossio de V. Viçosa



Campo da Feira de Ponte de Sor

Figura 9 - A atenuação da imagem de aridez; o uso de vegetação ornamental.



Rossio de Alvíto. O chafariz e a fonte (junto ao castelo).



Rossio de S. Brás em Évora. A fonte e o tanque.



Rossio de Assumar.
O chafariz (no primeiro plano)

Figura 10 - Os elementos tipológicos que polarizam o espaço rossio.

como elementos tipológicos do rossio (Fig. 10). Tratavam-se, portanto, de elementos que asseguravam o bem precioso à vivência humana nesse espaço e às práticas agrícolas e pecuárias de que era alvo. Disponibilizavam água aos forasteiros, aos comerciantes e consumidores em dias de feira e mercados, ao gado que nele pastava ou permanecia e às culturas que até uma dada altura lá se praticaram. A eles ainda se associam os locais de maior apazibilidade.

Poços, fontes e chafarizes, portas da muralha e o património religioso, direccionam o espaço e determinam, pelas funções que desempenham, o comportamento dos cidadãos no espaço e o tipo de uso que os mesmos fazem dele.

Em conclusão, a imagem que se recolhe nos rossios é um espaço amplo e livre, sem quaisquer limites físicos a definirem a sua área, enquadrado pelo centro urbano e a área agrícola envolvente.

A sua ampla dimensão dá-lhe, aquele que foi talvez o seu mais importante componente estético, a grandeza. Esta característica concretiza-se não só ao nível do grande espaço físico, receptáculo das múltiplas actividades humanas, mas também ao nível sensitivo, dadas as importantes repercussões que a sua dimensão provoca nos nossos sentidos e equilíbrio emocional.

Luz, cor e céu abundam no que foi o mais espaçoso lugar público urbano. Exposto à luz, à paisagem rural e à vida em sociedade é lugar de metamorfoses

²⁵ Enquadramento que reforça os limites do espaço, principalmente nas situações em que se manteve a imagem do recinto amplo e livre; são exemplos os rossios de S. Brás em Évora e os de Estremoz e de Lisboa.

várias. Sem obstáculos à passagem dos raios solares, pela dominante ausência de sombra, é local de grande luminosidade e aridez.

Quando cultivado, a imagem seria a de um campo vasto, fértil, colorido, ameno, sinónimo de vida e fertilidade. Se não cultivado, reveste-se de imagens que acusam a efemeridade e polivalência do espaço: o movimento e vida, dos animais, dos homens e da natureza emergem desses espaços vastos e “inóspitos”.

Às referidas percepções sensoriais, recebidas através da visão e do tacto, há que juntar as que se relacionam com o olfacto: os odores do gado, dos lixos, do cultivo, das aglomerações de gentes e dos produtos, que lá se comercializavam, evocam a transitoriedade dos mundos urbano e rural.

Conceptualmente os rossios respondem à concretização do que podemos chamar diálogo entre o urbano e o rural, situação que resulta das funções e características espaciais que o caracterizam. Estes aspectos muito próprios determinam-lhe não só a permanência no espaço urbano, resultado da importância das funções por ele desempenhadas, mas também a mobilidade espacial. Resultado das exigências espaciais que o rossio apresenta, essa mobilidade conduz-nos a considerá-lo como um importante componente de renovação do tecido urbano.

A perpetuação desta estrutura urbana foi ainda acompanhada de alterações significativas na sua forma e carácter. Alterações que encontram justificação na satisfação de necessidades várias de sociedades muito distintas, que as

perpetuaram e transformaram ao longo do tempo. A sua consolidação encontrou-se, naturalmente, dependente das necessidades e valores da própria comunidade e da sua memória colectiva²⁶.

O ROSSIO, UNIDADE MORFOLÓGICA URBANA

Pelas características espaciais que o caracterizam, pelas funções que preconizou, ou ainda preconiza, pela sua permanência e capacidade de adaptação contínua às mutações do contexto histórico, somos levados a defini-lo como uma das unidades morfológicas do espaço urbano em Portugal.

A ocorrência destas unidades urbanas nos aglomerados é variável sendo dominante a existência, num mesmo aglomerado, de um só exemplar ainda que se possa considerar, com algum significado, a presença de elementos múltiplos. A ocorrência múltipla acontece em aglomerados que atestam uma maior vitalidade

²⁶ A título de exemplo vejamos o rossio de Lisboa. Entrada principal do sector Norte da cidade, foi local que sempre desempenhou importantes funções sociais e económicas, nomeadamente de encontro de cidadãos e de ajuntamento de multidões em situações diversificadas como, feiras, mercados, espectáculos públicos como touradas e outras festividades, acções de cumprimento da justiça pública e manifestações perante o rei. A configurar um espaço rectangular, ainda que um pouco irregular, encontrava-se a Casa do Senado e os Paços da Inquisição, a Igreja de S. Domingos e a Ermida de N.ª Sr.ª da Escada, casas de habitação construídas sobre uma arcaria, o Hospital de Todos os Santos, uma estalagem e um chafariz. Depois do terremoto a sua forma é regularizada e deixa de lá se fazer a feira semanal. No final do século passado é embelezado com a estátua e as fontes e, mais tarde, ocorrem os passeios e as vias de circulação viária; alterações fruto de necessidades várias de cada momento que, pouco a pouco, o foram desqualificando como espaço de tradicional função social; Cf. CASTELO-BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1957, pp. 45 e segs.; GASPAR, Jorge, *Do Pelourinho ao Centro Comercial*, in "A Cidade em Portugal: onde se vive", n.º 2, Universidade Católica, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, pp. 245-246; BARBOSA, José M., *Da Praça Pública em Portugal*, Tese de Doutoramento, vol. II, Universidade de Évora, 1993, pp. 288-314 (policopiado).

económica, mas também noutros, provavelmente resultado de alguma especialização de que foram alvo. Os exemplos dos rossios da cidade de Lisboa e os do aglomerado da Granja testemunham-nos isso mesmo: em Lisboa conhecem-se vários, o maior e mais conhecido, a actual Praça de D. Pedro, o de S.ta Clara, o dos Olivais, o da Charneca e o de Sta. Bárbara; e na Granja encontram-se dois espaços desta tipologia, aos quais correspondem distintas funções²⁷.

A significado do rossio no desenho urbano não é somente reflectido na sua constante presença e continuidade nem, tão pouco, na multiplicidade de ocorrências. Ele é essencialmente demarcado nas importantes estruturações físicas que se estabelecem entre o rossio e o centro da urbe, o que nos conduz à sua valoração como elemento estruturador na formação do tecido urbano.

A conhecida «Rua Direita» encontra-se envolvida nesse processo. Eixo importante de circulação e principal centro de comércio, a «Rua Direita» efectua a ligação do espaço público periférico (rossio) com o centro político e religioso da cidade²⁸. A designação com que se identifica justifica-se no facto de colocar em

²⁷ Cf. GASPAR, Jorge, *Do Pelourinho ao Centro Comercial*, in "A Cidade em Portugal: onde se vive", n.º 2, Universidade Católica, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, pp. 243-260; CASTILHO, Júlio, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. X, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1937, pp. 25 e 28; COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. X, Porto, Livraria Civilização, 1948, (s.v.); VASCONCELLOS, J. Leite, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 342.

²⁸ Cf. SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I a IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971, pp. 60-65 (vol. II); RIBEIRO, Orlando, *Las Ciudades Ibericas Tradicionales y su Expansion Por el Mundo*, in "I Colóquio Ibérico de Geografia", Universidade de Salamanca, 1981, pp. 214-215; SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, «Cidade em Questão», 2ª ed., n.º 8, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992, p. 328.

Veja-se, a título de exemplo, na cidade das Caldas da Rainha o antigo pólo constituído pelo hospital termal e posteriormente pelo paço real, igrejas, ermidas e pequeno núcleo habitacional, que se encontrava ligado ao rossio da cidade através da Rua Direita. Como o estudou J. MORAIS este conjunto revelou-se, ao longo dos tempos, um elemento estruturador na formação do tecido urbano; Cf MORAIS, João S., *Metodologia do Projecto em Arquitectura. Organização Espacial na Costa Vicentina*, «Referência», n.º 16, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 35-36.

comunicação directa dois dos pólos mais importantes da urbe - o centro, símbolo de urbanidade, e a periferia igualmente símbolo de urbanidade, mas também de ruralidade.

Em Espanha encontram-se equivalentes unidades morfológicas do espaço urbano, às quais correspondem locais igualmente periféricos, localizados extramuros junto a uma das portas da muralha e livres. Neles se efectuavam as trocas entre a cidade e o campo. Tratavam-se, portanto, de locais de feiras (onde se incluem as de gado) mas, também, de localização de indústrias insalubres e de eiras²⁹. Tomam a designação de «*ejido*».

O percurso urbano destas unidades parece apresentar algumas semelhanças com o do rossio português. Para L. BALBÁS as novas expansões urbanas centram-se, por motivos de atractibilidade do lugar do mercado, nesses espaços e assim acontece a formação de uma praça que representa o centro do arrabalde. Posteriormente, ocorrem modificações que convertem essa primeira praça na «*Plaza Mayor*», como refere L. AVIAL fundamentado-se em T. BALBÁS, *“Torres Balbás estima que el origen da las plazas mayores debe buscarse en el mercado periódico que(...), se celebraba en geral fuera del tejido urbano en zona extramuros, junto a una de las puertas de la muralha(...)El paso siguiente en la formación de una plaza más o menos urbanizada, centro del arrabal, se produce com el asentamiento de gentes atraídas por el foco que representaba el lugar de mercado. Posteriores*

²⁹ Cf. RIBEIRO, Orlando, *Las Ciudades Ibericas Tradicionales y su Expansion Por el Mundo*, in “I Colóquio Ibérico de Geografia”, Universidade de Salamanca, 1981, p.215.

cambios y modificaciones habrían de convertir estas primitivas plazas en plazas mayores"³⁰.

Enquanto que em Espanha o processo evolutivo culmina na «*Plaza Mayor*»³¹, centro da aglomeração urbana, no caso do rossio português verifica-se que a expansão urbana, ainda que lá centrada, não corresponde sempre à criação de uma praça com funções de centro da aglomeração urbana. Divergência que encontra provavelmente razões no facto da ideia de centro se parecer fragmentar nas nossas estruturas urbanas - através da ocorrência de praças múltiplas - como o defendem autores como J. M. FERNANDES e O. RIBEIRO³².

O processo evolutivo em Portugal contempla, frequentemente, outras tipologias de espaços abertos públicos nos anteriores rossios. No entanto, há situações em que deles decorrem áreas meramente expectantes.

Nesta sequência interessa-nos analisar quais as tipologias de espaços abertos públicos que, ao longo dos tempos, surgiram a partir da de rossio sempre que ele se revelou um elemento estruturante na génese e/ou evolução da estrutura do aglomerado. Resultaram a partir de rossios, praças, largos, alamedas ou

³⁰ AVIAL, Luis, *Zonas Verdes y Espacios Libres en la Ciudad*, Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1982, p. 32.

³¹ À «*Plaza Mayor*» corresponde o local de poder religioso e político e de intensa actividade urbana. Lugar de comércio (quase sempre praça de mercado) e de cenário de manifestações e espectáculos variados (como música, saltimbancos, corridas de touros, torneios, cavalgadas, procissões, danças, jogos, certames poéticos e literários, representações teatrais, autos-de-fé e sacramentais, enforcamentos, etc.); Cf BALBÁS, Leopoldo, *Plazas, Zocos y Tiendas de las Ciudades Hispanomusulmanas*, in "AL-Andalus", vol. XII, 1947, pp. 437-476.

³² FERNANDES, José M., *O Lugar da Cidade Portuguesa* in "A Cidade em Portugal: onde se vive", n.º 2, Universidade Católica, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, p. 106; RIBEIRO, Orlando, *Las Ciudades Ibéricas Tradicionales y su Expansion Por el Mundo* in "Colóquio Ibérico de Geografía", Universidade de Salamanca, 1981, pp. 214-215.

«carreiras» públicas, passeios e jardins públicos³³. Diversidade de tipologias que pode, em nosso entender, justificar-se com base nos seguintes factores:

- Escala do rossio.

Factor certamente determinante para as tipologias que origina dadas as variáveis dimensões que o caracterizam;

- Vitalidade económica, social e política dos aglomerados.

Determinante pelas solicitações inerentes à evolução da organização do espaço urbano nesses domínios, e que assim implica transformações ou novas produções de espaço físico;

- Contexto histórico.

Pelo facto das intervenções no espaço se encontrarem dependentes do contexto temporal em que são geradas ou transformadas.

A sucessão tipológica a que nos referimos foi, algumas vezes, um pouco mais complexa dada a ocorrência, no mesmo local e ao longo do tempo, de diferentes tipologias; são exemplos: em Braga, assiste-se no século XVI ao surgir da Alameda ou Campo Sant'ana e à sua transformação, três séculos depois, em Passeio Público; em Guimarães, no mesmo século, dá-se a criação do Largo do Toural, Campo da Feira e Largo da Carreira e passagem a Passeio Público do Largo do Toural no século XIX; em Lamego, o bispo D. Fernando manda fazer um grande Terreiro e Carreiras e fenómenos semelhantes em Barcelos, Chaves e Bragança³⁴.

³³ As alamedas e carreiras foram os primeiros espaços públicos arborizado que surgem, extra-muros, durante os séculos XVI - XVII; Cf. ARAÚJO, Ilídio, *Problemas da Paisagem Urbana*, Lisboa, DGSU/CEU, 1961, pp. 25-26.

³⁴ *Ibidem*, p. 26.

ESPAÇOS EQUIVALENTES

De forma complementar ao estudo que vimos a desenvolver sobre os rossios, realizou-se uma pesquisa acerca de outros espaços que podem ser considerados seus equivalentes. Por estes entendemos todo um conjunto de espaços com características espaciais, usos e funções semelhantes, se não idênticas à de rossio, mas cuja terminologia é distinta³⁵ (Quadro 1).

Quadro 1 - Espaços equivalentes³⁶

Adua	Entre outros significados apresenta o de terras comunitárias (onde se reúnem os porcos dos habitantes da povoação), o de rebanho comunitário e o de divisão de baldios para pastagem. O objectivo para que foram constituídas é, segundo J. MATTOSO, o da defesa das terras coutadas.
Campo	Superfície de terra arável, plana e em geral cultivável (com pouca ou nenhuma vegetação arbórea) sempre fora do aglomerado mas próximo deste; também lugares sem edificado dentro ou junto a uma povoação. Fr. J. VITERBO esclarece-nos acerca desta diversidade de situações, " <i>Os antigos dividiam as províncias em regiões, estas em lugares, estes em territórios e estes em campos</i> ".
Corredoura	Rua larga e direita própria para corridas de gado, lugar de passagem de gado. No Alentejo, com o significado de lugar, na feira, destinado ao gado cavalariço, muar e asinino e às cavalgadas.
Devesa/ Defesa³⁷	A devesa correspondem terrenos defendidos e proibidos. O termo é aplicado, mais tarde, com os sentidos de terreno ou propriedade murada, interdito e, também, a porções de terreno arborizado ou florestado (alamedas, no limite da propriedade; mata de quinta ou serrado; souto; coutada; quinta; tapada; e campo fértil na margem de um rio).

³⁵ Foi efectuada uma pesquisa baseada em dicionários, enciclopédias, literatura diversa e no que a toponímia tradicional nos informa; MACHADO, José P., *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Editorial Confluência, «s/d.», (s.v.); *Idem*, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 6 vols., Círculo de Leitores, 1991, (s.v.); FIGUEIREDO, Cândido, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. I e II, Lisboa, Bertrand, 1973, (s.v.); MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 276; VITERBO, Frei Joaquim, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases (...)*, Edição Crítica por Mário Fiúza, vol. II, Porto, Civilização Editores, 1983, (s.v.); *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, «s/d.»; VASCONCELLOS, J. Leite, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 344; RIBEIRO, Orlando, *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo, segundo A. Silbert*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1970, pp. 131 e 170; *Idem*, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, «Nova Universidade», 5ª ed., n.º 13, Lisboa, Livraria Sá Costa Editores, 1987, p. 63.

³⁶ Os significados que se apresentam correspondem a todos aqueles que, de alguma maneira, se relacionam com a tipologia do espaço rossio.

	Por defesa, entende-se uma grande propriedade ou propriedade rústica; ou ainda terras reservadas aos gados da povoação.
Exido ³⁸	Terreno inculto ou baldio, de localização fora das aglomerações, para compáscuo ou logradouro comum.
Terreiro	Espaço de terra plano e largo, sítio ao ar livre onde há folgedos, cantos e bailados, lugar onde antigamente se exercitavam em atirar a besta mas, também, porção de terra cultivável, campo e terreno.
Toural/Touril	Significam currais ou locais onde permanece ou se vende o gado vacum. Em ambos os casos, também relativo a touros; no caso particular de touril, lugar anexo à praça de touros, onde estes se guardavam antes da corrida

Após esta análise terminológica procuraremos compreender quais as características espaciais e funcionais destas tipologias, qual a sua localização relativamente ao aglomerado e quais as transformações que nelas ocorrem quando se revelam como espaços mais vocacionados para um uso agrícola, pecuário ou ainda quando, cumulativamente, ocorrem funções recreativas e comerciais ou outras.

Pela sua definição o objectivo principal destas áreas de terreno associa-se ao mundo rural. Interessa-nos, pois, fazer a distinção acerca do tipo de utilização dominante dessas unidades de terreno, se essencialmente agrícola, como parecem ser os casos das devesas, dos campos e também dos terreiros, se pecuária, como são exemplo as aduas, as corredouras e os tourais.

³⁷ Designação analisada devido ao facto de encontrámos o topónimo na região Alentejo em situações de grandes espaços abertos, públicos e periféricos ao aglomerado; são exemplos a devesa em Galveias e em Alpalhão. Prováveis anteriores devesas, donde ainda permanece o topónimo, eventualmente terão sofrido uma evolução no sentido comunitário e para usos e funções semelhantes às do espaço rossio.

³⁸ Com o mesmo significado encontram-se os termos: eixido, enxido, eido e exidos.

Estas unidades de produção traduziam-se, certamente, na economia do aglomerado, uma vez que eram responsáveis pela produção de alimentos (primores, cereais, carnes e derivados) que a população urbana consumia e comercializava.

Espaços de grande ruralidade, pertença do pólo citadino urbano, são-lhe marginais devido à função que desempenham podendo estar contíguos à cintura de muralhas ou um pouco mais afastados. Nesta localização periférica acresce, ainda, uma ocupação de locais mais planos. Ao afastamento também se liga o uso - se agricultados, os terrenos são possivelmente os mais férteis, enquanto que quando relacionados com usos pecuários, os locais afastam-se mais do centro urbano por uma questão de salubridade.

Os termos adua e touril exprimem a mesma realidade. Recinto onde permanecem os gados dos habitantes do aglomerado e ainda, para os segundos, locais onde o mesmo se comercializa. Trata-se, portanto, de espaços com funções mais restritas, comparativamente ao rossio.

Os campos e terreiros correspondem, igualmente, a espaços abertos que apresentam características espaciais e vocações, nalguns aspectos, comuns às do rossio. Ainda que aos campos se associem geralmente terras cultivadas, a terminologia é aplicada, com as devidas distinções, a outros espaços onde se desenvolvem diferentes actividades (o campo da feira e campo do curral são disso

exemplo). A terreiros, associa-se mais a ideia de espaço amplo e livre, onde se desenrolam actividades de carácter mais extraordinário.

Pelo referido, não estranhamos que nalguns casos, a toponímia empírica use simultaneamente estas designações com a de rossio. Constituem exemplos, no Crato, Rossio de S. Pedro ou Campo 1º de Maio e em Santiago do Cacém, o Rossio ou Campo de S. Maria.

À corredoura, topónimo bastante comum no Alentejo, correspondem também alguns atributos funcionais e utilitários, bem como características espaciais semelhantes às do espaço rossio. A corredoura aparece-nos igualmente com outras designações simultâneas como sejam as de rossio, de arraial do gado e de campo ou largo da feira. Tratam-se de denominações toponímicas às quais se associa a presença de gado ou a sua comercialização. O rossio ou corredoura de Portalegre, de Mourão e de Évora Monte, o arraial ou corredoura do Torrão e o campo da feira ou corredoura de Alvalade são alguns exemplos das referidas denominações.

Se no sentido de local de passagem, próprio para as corridas ou passagem de gado, então a corredoura aparece-nos articulada com o espaço rossio (lá passando ou terminando) não o sendo, é um espaço amplo e periférico ao aglomerado³⁹. Vejam-se os seguintes exemplos: em Évora, a «*corredoira*» era o caminho que saía da Porta de Alconchel em direcção a Sul (correspondendo parcialmente às actuais Praça do Giraldo e Rua da República), mas também, nessa

³⁹ À semelhança do que acontece com as corredouras, observou-se igual relação com as, ainda existentes, ruas dos touros, em Évora e em Beja (ruas onde passavam os touros para correr na praça).

direcção e já na periferia da cidade, ocorria um lugar conhecido por «*outeiro da corredoura*» (área que veio a ser incluída no segundo rossio da cidade)⁴⁰; em Évora Monte, a *corredoura* correspondia à zona de relevo mais suave, nas proximidades da vila (portanto no sopé da colina onde se implantou o aglomerado), zona sobre a qual se efectuou a expansão urbana mais recente; em Portalegre, à *corredoura* correspondia a zona do rossio mais a Sul do aglomerado (também designada por Rossio de S. Bernardo, Rossio de S. Mateus e Rossio de S. Sebastião, provavelmente devido aos elementos religiosos aí presentes constituírem uma referência espacial) ou simplesmente a esse lugar correspondia a passagem do percurso dos animais que desembocava na zona central do rossio; o mesmo nos aglomerados de Serpa, Portel e Vimieiro, conforme a toponímia ainda hoje o ilustra.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ESPAÇOS ROSSIO E EQUIVALENTES

Efectuou-se uma análise para o território português sobre a distribuição dos topónimos (rossio e espaços equivalentes) com o objectivo de se pretender concluir quais os factores conducentes à distribuição geográfica (Quadro 2).

A pesquisa efectuada teve por base a informação disponível no *Reportório Toponímico de Portugal*. Porém, dado estarmos conscientes das limitações inerentes a uma procura de espaços urbanos e rurais (num documento onde são

⁴⁰ Conhece-se ainda outra Rua da Corredoura nesta cidade; topónimo que neste caso foi perpetuado até aos nossos dias. Com desenvolvimento a Norte, passava numa das portas da primeira cerca (Arco de D. Isabel) e a ela correspondia possivelmente o percurso que levava os gados ao açougue, que era no Templo Romano.

reduzidas as referências aos espaços urbanos dos aglomerados), procurámos atenuar tal lacuna, exclusivamente para o caso particular dos rossios (porque o que mais nos interessa), com a consulta simultânea em Dicionários Corográficos e Geográficos⁴¹.

Quadro 2 - Distribuição de topónimos por regiões⁴²

REGIÕES	TOPÓNIMOS	Adua	Campo	Corredoura	Devesa / Defesa(*)	Eido	Rossio	Terreiro	Toural/ Touril(**)
Minho		-	175	42	180	64	17	20	11
Trás-os-Montes		-	51	7	47/1(*)	-	2	12	3
Beira Transmontana		-	2	1	12/1(*)	-	1	1	-
Beira Alta		-	15	6	4	-	7	1	-
Beira Litoral		-	9	1	-	-	6	-	-
Beira Baixa		-	11	2	8	-	4	3	5
Estremadura		-	39	7	2	-	27	2	1(**)
Ribatejo		-	8	7	-	-	4	3	-
Alentejo		4	15	8	33(*)	-	34	-	14(**)
Algarve		-	-	2	4(*)	-	3	1	4(**)

(*) Corresponde somente ao topónimo Defesa

(**) Corresponde somente ao topónimo Touril

Os campos e terreiros distribuem-se, sobretudo, no território a Norte do Tejo e em particular na faixa mais litoral. Os exidos, e também os campos, concentram-se de forma bastante intensa em toda a região do Minho e, ainda, no caso dos segundos, em zonas de relevo mais suave (Trás-os-Montes e Estremadura) mas, com muito menor significado. Distribuição que muito se relaciona com a actividade

⁴¹ BAPTISTA, João M., *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, vol. V, Lisboa, 1876; CARDOSO, P.º Luís, *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica de Todas as Cidades e Villas, Lugares e Aldeas(...)*, tomo I, Lisboa, Regia Silvana e da Academia Real, 1747; COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. X, Porto, Livraria Civilização, 1948; FRAZÃO, A. Amaral, *Dicionário Corográfico de Portugal*, Porto, Domingos Barreiro, «s.d.»; LOPES, J. Baptista, *Diccionario Postal e Chorographico do Reino de Portugal*, Lisboa, 3 vols., Imprensa Nacional, 1891; TORRES, João R., *Portugal. Diccionario Historico, Chorographico (...)*, vol. VI, Lisboa, C.º Editores, 1912.

⁴² A divisão territorial utilizada é a de O. RIBEIRO (1945); GIRÃO, Amorim, *Atlas de Portugal*, 2ª ed., Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, 1958.

A localização dos topónimos foi efectuada sobre um mapa de Portugal que inclui a divisão em folhas das Cartas Militares e divisão concelhia.

agrícola e com o associado povoamento disperso que nessas regiões se desenvolve.

Trata-se de um território de contrastes - devido, entre outros factores, à natureza do solo e fertilidade das terras - a que se associa uma intensa disseminação de culturas e, conseqüentemente, de povoamento, resultado da íntima relação que nestes regimes intensivos de exploração da terra se estabelece entre a casa e a área agricultada. Donde decorrem as múltiplas unidades de exploração agrícola designadas vulgarmente por campos. Importantes componentes agrários, estes exprimem as características do território, mas também, as necessidades económicas da região.

As defesas ocorrem no Sul e as devesas, de forma significativamente expressiva, no Minho, onde no século XV já se podia encontrar a sua utilização com as funções do rossio - "*(...)nesses reguengos estão devesas abertas como ressyos*"⁴³. Repartição, mais uma vez, reveladora dos contrastes já notados: no Norte, uma paisagem mais fragmentada e compartimentada, a que se associa um regime de exploração da terra mais intensivo; no Sul, as explorações extensivas, a grande propriedade e, assim, as tendências latifundiárias.

As corredouras distribuem-se por todo o território, ainda que se observe uma ocorrência mais expressiva na região do Minho. Os tourais têm igualmente maior

⁴³ P.^o C. BRITO a propósito de Ponte-de-Lima em 1482. Citado por J. Leite VASCONCELLOS, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, p. 343.

expressão nessa região, e os touris no interior do território, numa faixa que tem início na cordilheira central até às terras do Nordeste Alentejano, onde os espectáculos tradicionais com touros mais se acentua.

As aduas, por seu lado, aparecem exclusivamente no Alentejo.

Decorrente do tipo de exploração agrícola, assim encontramos o tipo de actividade pastoril:

- O gado vacum, não sendo um animal de percurso, oscila, na região mais a Norte, entre os campos (onde se alimenta) e os currais (onde permanece estabulado). Pelo que não se estranha os múltiplos espaços que se relacionam com a sua estabulação ou venda;
- Os porcos, pelo contrário, predominantemente criados em regime extensivo, alimentam-se nos montados da região Sul, onde constituem uma parte importante da actividade pastoril, o que se pode confirmar com a presença exclusiva das aduas no Alentejo.

A conhecida importância da actividade pastoril na actividade agrícola portuguesa é reforçada, uma vez mais, pela ocorrência frequente, e em todo o território, de lugares de passagem de animais dentro dos aglomerados. Seja nas situações de mera deslocação dos animais ou de permanência temporária, para posteriormente serem comercializados, como acontece no Alentejo.

Os rossios apresentam uma distribuição mais concentrada no território Litoral (desde a região do Minho até à Estremadura) e no Alentejo (Norte Alentejano, Alentejo Central e Baixo Alentejo, nesta última sub-região com particular incidência na faixa mais Litoral). Distribuição que nos confirma o seu grande significado na

estrutura urbana dos aglomerados o que reforça, portanto, a ideia de O. RIBEIRO: “Um dos traços mais característicos da estrutura urbana portuguesa”⁴⁴. Nesta distribuição é ainda interessante constatar-se a saliente presença no Alentejo, região de forte tradição urbana e onde os lugares são marcadamente mais urbanos.

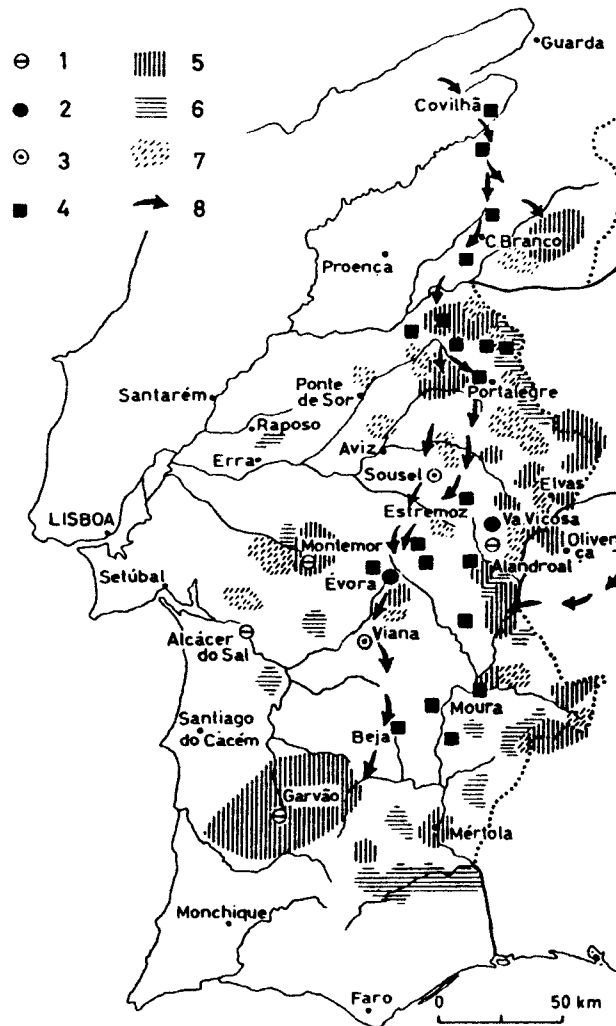
Dadas as funções que o rossio desempenhava no desenvolvimento de actividades comerciais, a incidência referida sugere-nos uma possível correlação entre essa mais significativa presença e a existência de centros produtores e comerciais importantes na região, ou na sua proximidade⁴⁵. A figura seguinte ilustra-nos, para o Alentejo, essas possíveis correlações relativamente à produção pecuária (Fig. 11).

Conclui-se ser no Norte Alentejano e na faixa interior da região Alentejo, onde ocorrem as zonas com maior significado na produção de gados e, já com menor expressão, no Alentejo Central e Baixo Alentejo. A confirmar essa tendência distribuem-se as feiras mais importantes, que numa faixa mais ou menos paralela desde o Norte ao Sul do Alentejo (mas com muito maior concentração no Norte do Alentejo), podem ser vistas como um elemento representativo da ocorrência dos rossios nos aglomerados urbanos.

Em estreita ligação com este sistema encontram-se as canadas de feira - a que correspondem os circuitos que estabeleciam ligações entre as áreas de criação

⁴⁴ SERRÃO, Joel, *Dicionário da História de Portugal*, vols. I a IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971, p. 65 (vol. II).

⁴⁵ Esta correlação poder-se-á, igualmente, experimentar com alguns espaços equivalentes. Veja-se, por exemplo, os campos da feira de Ponte de Sor, Reguengos e de Alcácer do Sal - tipologia que os aglomerados necessitaram de desenvolver sempre que os espaços abertos públicos existentes não apresentavam dimensões suficientes para a realização dessas actividades, ou quando a dinâmica das mesmas assim o exigiu. Assim, espaços vocacionados para as actividades comerciais e, também, apropriados por outras actividades bem variadas (como o comprova a situação actual em que se encontram) que os aglomerados tiveram que desenvolver resultado das mais recentes exigências urbanas.



Feiras importantes de: bovinos (1), lã (2) e porcos (3);
 Lanifícios de 1756 a 1808 (4);
 Áreas importantes de criação de ovelhas (5), cabras (6) e porcos (7);
 Percursos de transumância de Inverno (8).

Figura 11 - Criação e comércio de gado.
 Áreas importantes de criação de gado e feiras importantes de bovinos, porcos e lã.
 (O. Ribeiro, 1970)

de animais (e, eventualmente, áreas de produção de outros produtos agropecuários) e os locais onde esses se comercializavam. Estes circuitos, que se organizaram entre os mais importantes centros produtores e as áreas onde os produtos se comercializavam, culminavam, certamente, nos rossios dos aglomerados uma vez que nestes se desenvolviam as actividades comerciais, igualmente, mais importantes. Assim o ilustra J. MORAIS com a canada de ligação, entre Aguiar e Évora, de condução de gados para as feiras do rossio de S. Brás e para S. Sebastião⁴⁶. Ao traçado desses percursos não foi, com certeza alheia, a localização dos chafarizes D' el Rei e da Fonte Nova (situados nas extremidades do rossio de S. Brás), dado os mesmos constituírem importantes pontos de fornecimento de água aos animais.

Se essa ligação ao rossio é verificável, como o confirma J. MORAIS, com as canadas de feira ou mesmo com as de ligação entre aglomerados e de ligação interfeiras, o mesmo não acontece com as canadas transumantes⁴⁷. Distinção que se baseia nos pressupostos subjacentes à definição destes percursos de ligações entre regiões. Traçados que procuram as ligações mais curtas, requerendo, simultaneamente, os relevos mais fáceis de transpor e o mais curto espaço de tempo de percurso. São aspectos que justificam, assim, a sua não passagem pelos aglomerados⁴⁸. Pelo contrário, parece-nos até provável que nesses traçados se

⁴⁶ Cf. MORAIS, João, *A Transumância de Gados Serranos e o Alentejo*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 3, Câmara Municipal de Évora, 1998, p. 33.

⁴⁷ Às canadas transumantes correspondem os percursos efectuados entre regiões, por gado ovino.

⁴⁸ Para maior pormenorização sobre o tema veja-se MORAIS, João, *A Transumância de Gados em Portugal* (...) in "Anais da Universidade de Évora", n.º 6, Évora, 1996, pp. 133-162; *Idem*, *A Transumância de Gados Serranos e o Alentejo*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 3, Câmara Municipal de Évora, 1998.

O. RIBEIRO também nos confirma essa deslocação de canadas à margem das culturas da povoação; RIBEIRO, Orlando, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, «Nova Universidade», 5ª ed., n.º 13, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1987, p. 19.

tenha procurado manter um certo afastamento ao aglomerado, para que os gados em trânsito não prejudicassem as áreas cultivadas que se estabelecem na sua proximidade.

Dados os objectivos a que nos propusemos nesta análise e o tema preferencial do nosso trabalho, pensamos justificar-se a seguinte síntese que aponta para a existência de alguma correlação entre a distribuição dos topónimos e as distintas unidades de paisagem do nosso território:

- A intensa ocupação humana da faixa mais litoral dá-nos uma distribuição mais concentrada de todos eles, por oposição ao território mais interior e mais a Sul do Tejo em que, não deixando de ocorrer apresentam-se em número mais reduzido;
- Retira-se ainda dessa distribuição, uma relação muito directa com os agro-sistemas presentes. Estes, porque se relacionam com o tipo de povoamento, com o regime de propriedade e com as condições naturais do território, oscilam entre uma exploração agrícola intensiva e uma extensiva e, também, entre o predomínio de determinadas espécies de gados e o seu regime de pastoreio.

CAPÍTULO II

**TIPOS DIFERENCIADOS
DE ROSSIOS
NO ALENTEJO**

No capítulo anterior procurámos, com base em diferentes espaços abertos públicos, determinar a tipologia de rossio. À escala da cidade preocupámo-nos com o seu desempenho estruturador e organizador do tecido urbano e com as suas características espaciais.

Pretende-se, com o presente capítulo, dar a conhecer o universo de espaços da mesma natureza no Alentejo, para que possamos exemplificar as características que os identificam e classificam como rossio, mas também, analisar como o mesmo atendeu às exigências da vida comunitária e se emprestou à mudança evoluindo para outras tipologias de espaço aberto. Para isso necessitamos de compreender a posição e sítio onde se implantam os aglomerados e a evolução da sua estrutura urbana. Por último, analisaremos o rossio dessas estruturas urbanas, dando particular destaque ao mais recente espaço desta tipologia.

Metodologicamente tivemos a preocupação de analisar os rossios desde a faixa mais interior e fronteiriça, onde se verifica uma maior existência de aglomerados urbanos, à mais litoral e a Sul onde aqueles aparecem com menos expressão. Para tal seleccionaram-se todas as sedes de concelho e ainda outros centros urbanos dentro do mesmo concelho. Sem critérios específicos de selecção, estes últimos foram escolhidos em número representativo da sua densidade de ocorrência por concelho¹ (Fig. 12).



FONTE: CNA, CNIG-Última actualização: 31 de Dezembro de 1997
 CCRA/DROT/SNIG-29 de Março de 1999

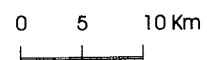


Figura 12 - Centros urbanos analisados no Alentejo.

Numa breve análise da localização dos aglomerados no Alentejo, confirma-se a íntima relação que se estabelece entre a posição que apresentam e a função original por que se caracterizaram. No interior, com destaque para o distrito de Portalegre, a grande ocorrência prende-se com razões defensivas, enquanto que nos distritos de Évora e Beja a razão de ser dos aglomerados relaciona-se essencialmente com a vida de relação e troca².

A escolha do sítio, ainda que possa relacionar-se com a função original do aglomerado, é essencialmente ditada por razões práticas como a defesa da população, a facilidade de abastecimento, a disponibilidade de materiais de construção, a melhor exposição ao sol e a protecção de ventos³. Desta forma, consideram-se as características topográficas e geológicas do território as mais determinantes na implantação do aglomerado num dado local concreto.

Nos aglomerados com função defensiva, o sítio onde se inscrevem corresponde sempre a pontos altos, donde se domina visualmente o território envolvente, portanto, sempre locais estratégicos de defesa. Por outro lado, a importância da função administrativa e comercial dos aglomerados justifica, como o refere T. SALGUEIRO, “(...)a escolha de sítios bem colocados na rede de transportes, concretamente na encruzilhada de caminhos, pontos de rotura de carga, portos e locais de atravessamento de rios, etc.”⁴; de que são exemplos,

¹ Efectuámos a referida análise *in loco*, durante o ano de 1997, e recorremos ainda a alguma pesquisa em estudos monográficos.

² Mas também com outras funções específicas, como a riqueza do subsolo de que são exemplos os aglomerados de Aljustrel e Almodôvar.

³ Cf. SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, «Cidade em Questão», 2ª ed., n.º 8, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992, p. 149.

⁴ *Ibidem*, p. 153.

respectivamente, os aglomerados de Nisa, Évora, Alcáçovas, Estremoz e Beja, e os Alcácer do Sal, Mértola e Odemira.

Região de forte tradição urbana - evidenciada pela existência de um número significativo de lugares de ocupação anterior à época medieval - o Alentejo é nesta altura, objecto de uma verdadeira explosão urbana. A demonstrá-lo encontra-se a ocupação de lugares, geralmente com preexistência de ocupação humana e próximos a importantes vias de circulação⁵, e a fundação de outros. Implantaram-se castelos e cercas de protecção, deu-se o seu povoamento interior e consequentemente desenvolveram-se novas áreas urbanas.

Razões de ocupação efectiva e de defesa do território e/ou comerciais determinaram a fundação e crescimento de alguns aglomerados. Dentro das primeiras constituem exemplos os fronteiriços, Alandroal, Arronches, Assumar, Castelo de Vide, Fronteira, Marvão, Monforte, Monsaraz, Moura e Veiros e das segundas os aglomerados de Nisa, Estremoz, Ourique e Alcáçovas.

Sobre a estrutura urbana dos aglomerados e sua evolução, tem-se assistido recentemente ao surgimento de estudos variados que nos confirmam a existência de unidades morfológicas distintas e a ocorrência de áreas urbanas e elementos pontuais de diferentes épocas⁶.

⁵ Entre outros, são exemplos os aglomerados de Arraiolos, Viana do Alentejo, Estremoz, Évora Monte, Redondo e de Vila Viçosa.

⁶ Veja-se, por exemplo: BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/JNIC, Lisboa, 1995; ABEL, António, *Vilas de Fundação Medieval no Alentejo. Contributos para o estudo da morfologia urbana*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995 (policopiado); CAEIRO, Elsa, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995 (policopiado); FALCÃO, José, *Património Construído e Urbanístico de Santiago do Cacém. Subsídios para um Ensaio de Enquadramento Histórico*, 1991 (policopiado).

A expansão para fora das muralhas, concretizada devido ao desenvolvimento da urbe, ocorreu com os arrabaldes. Localizados em lugares que atestavam o fervilhar de actividades económicas ou nas suas proximidades, os arrabaldes surgem, quase sempre, junto a uma das portas da cerca. É nestas circunstâncias que o primeiro rossio das urbes se vê envolvido no seu crescimento.

O desenvolvimento dos arrabaldes e/ou os loteamentos posteriores nesse local deixam, quase sempre, uma distinta tipologia de espaço aberto público. A ocorrência de arrabaldes nas situações referidas e a concretização de espaços abertos da tipologia de praça ou largo nesses anteriores rossios, é apontada por A. ABEL, em grande parte dos aglomerados que analisou no Alentejo (são exemplos em Veiros, o Largo da Matriz, em Redondo, a Praça D. Dinis, no Alandroal, o Largo da Matriz, em Estremoz, o largo junto à porta ocidental da primeira cerca, em Fronteira, a Praça do Município, em Moura, a Praça Sacadura Cabral, em Marvão, o largo próximo da porta da barbacã da primeira cerca) e por J. BARBOSA no estudo tipológico de praças que efectuou a nível nacional ⁷. Evolução que foi provavelmente determinada pela necessidade de aí se manterem algumas das anteriores funções, sobretudo, as de troca e de relação. À continuidade referida, não foi certamente alheia a posição em que o rossio se encontra na malha urbana - entre o interior urbano e a periferia em expansão, próximo a uma porta. O novo espaço aberto público, agora delimitado com edifícios e com dimensões significativamente reduzidas comparativamente ao primeiro, apresenta características espaciais bem

⁷ Cf. ABEL, António, *Vilas de Fundação Medieval no Alentejo. Contributos para o estudo da morfologia urbana*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995 (policopiado); BARBOSA, José M., *Da Praça Pública em Portugal*, Tese de Doutoramento, vol. II, Universidade de Évora, 1993 (policopiado).

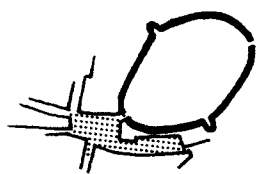
distintas a que se associam novas funções. Constituem exemplos os espaços da tipologia da praça ou de largo como a Praça Velha em Campo Maior, a Praça D. Dinis em Redondo, o Largo de S. Luís em Viana do Alentejo e a Praça do Giraldo em Évora (Fig. 13).

A estrutura urbana nesta área de expansão mais recente desenvolve-se em função das portas da muralha e em articulação com as principais vias de trânsito. O sítio onde se desenvolve o aglomerado determina-lhe, ainda, a orientação. É geralmente em direcção às zonas mais planas e às de melhor exposição que se observam essas expansões preferenciais, o que algumas vezes parece possibilitar a manutenção de uma parte considerável do anterior espaço rossio.

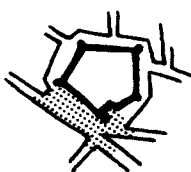
A existência de uma única unidade do espaço rossio, por aglomerado e ao longo de todo o seu percurso urbano, ou pelo contrário a existência de várias unidades, justifica-se, essencialmente, no tipo de crescimento e de desenvolvimento urbano por que se caracterizou o aglomerado.

Assim uma só presença não se parece fundamentar exclusivamente no reduzido crescimento e desenvolvimento urbano, ou mesmo na sua retracção, também parece estar relacionada com a orientação tomada no crescimento do aglomerado, como o sugerem os rossios de Vila Viçosa, Alvito, Portalegre, Crato e de Nisa.

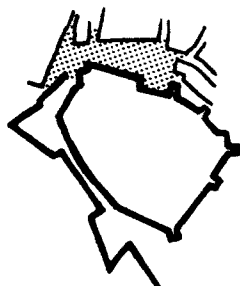
Nas ocorrências múltiplas foi certamente determinante o maior crescimento e desenvolvimento urbano dos aglomerados, o que determinou a necessidade de acréscimo sequencial de novas unidades. Nesta sucessão espacial foram determinantes as sucessivas definições de perímetros urbanos, quer os



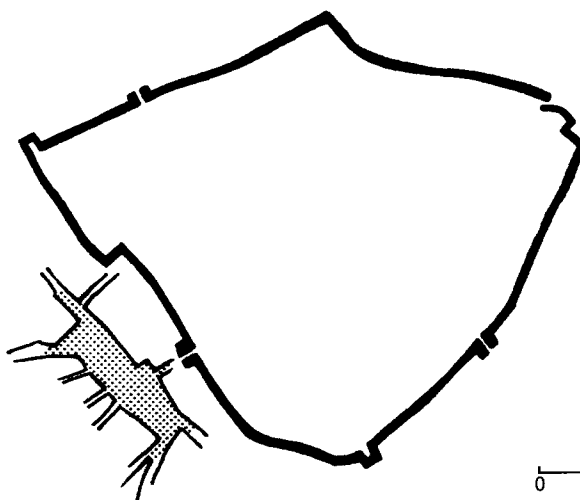
Praça D. Dinis em Redondo.



Largo de S. Luís em Viana do Alentejo.



Largo ou Praça Velha em Campo Maior.



Praça do Giraldo em Évora.

Figura 13 - O novo espaço público que surge a partir do primeiro rossio das urbes.

concretizados por muralhas (sejam medievais ou modernas) quer os resultantes dos novos núcleos de habitações. Dos primeiros constituem exemplos o Rossio de S. Brás em Évora, que ocupa no século XIV uma área a Sul do aglomerado junto à cerca nova, o Rossio do Calvário em Elvas e o Campo da Feira em Campo Maior, localizados, igualmente, junto à cerca nova (Fig. 14 e 15). Dos segundos, o Rossio da Boavista em Fronteira e o Rossio das Freiras em Viana do Alentejo (Fig. 16).

Procurando explicar algumas das situações anteriormente referidas, ou outras que observámos, descrevem-se seguidamente os rossios de alguns aglomerados que as exemplificam.

O rossio de Nisa, único ao longo de toda a história do aglomerado, parece sugerir existir uma correspondência entre a manutenção da espacialidade que sempre o foi caracterizando ao longo do tempo e a inexistência de quaisquer outras unidades. Responsável pela permanência na situação referida, considera-se a orientação tomada pela expansão arrabaldina no século XVI, que deixou o rossio livre para a manutenção das suas funções, bem como para o desempenho de outras, a que se adaptou mais recentemente. O espaço amplo inicial, localizado junto a uma das portas da muralha, ainda que certamente suprimido com a expansão do arrabalde para Oriente, permaneceu até muito tarde com as dimensões e características espaciais próximas da sua génese (Fig. 17). Progressivamente ocupado e delimitado por equipamentos e edifícios residenciais e comerciais, o rossio traduz-se actualmente num importantíssimo espaço aberto público, dada a dinâmica cultural e localização que apresenta. Presentemente o espaço exprime

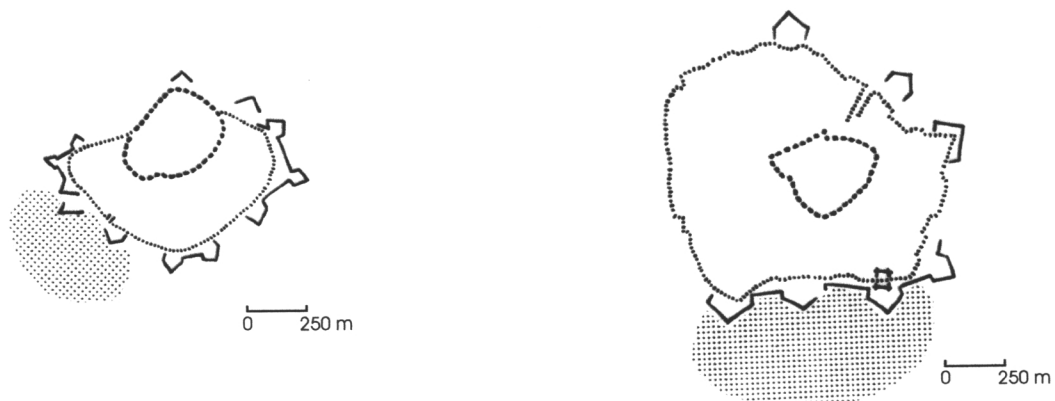


Figura 14 - Os rossios mais recentes de Évora e de Elvas.
 Unidades resultantes da definição dos perímetros urbanos concretizados pelas muralhas medievais e modernas.



Figura 15 - O campo da feira em Campo Maior.
 Tipologia que, à semelhança do rossio, foi localizada extra-muros, junto à cerca nova e próximo a uma porta.



Figura 16 - Rossio das Freiras em Viana do Alentejo.
 Actualmente um espaço totalmente ocupado e descaracterizado.

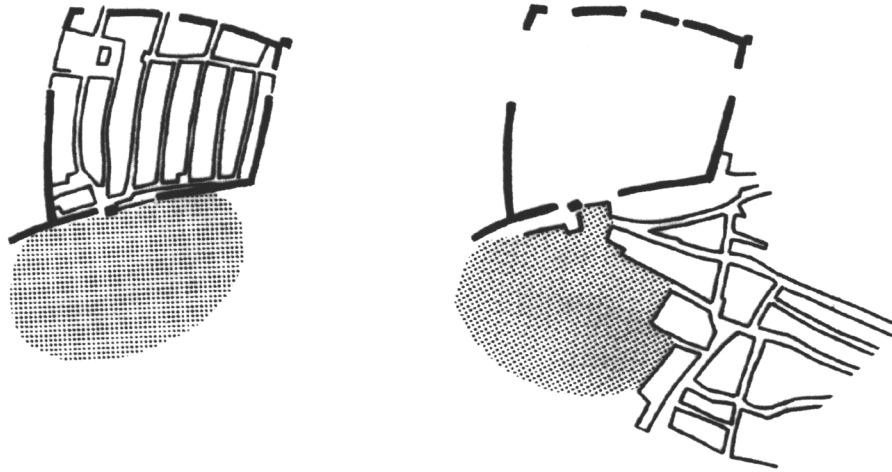


Figura 17 - Rossio de Nisa.
A localização periférica ao recinto amuralhado, junto a uma porta, e a área ocupada pela expansão arrabaldina do século XVI.

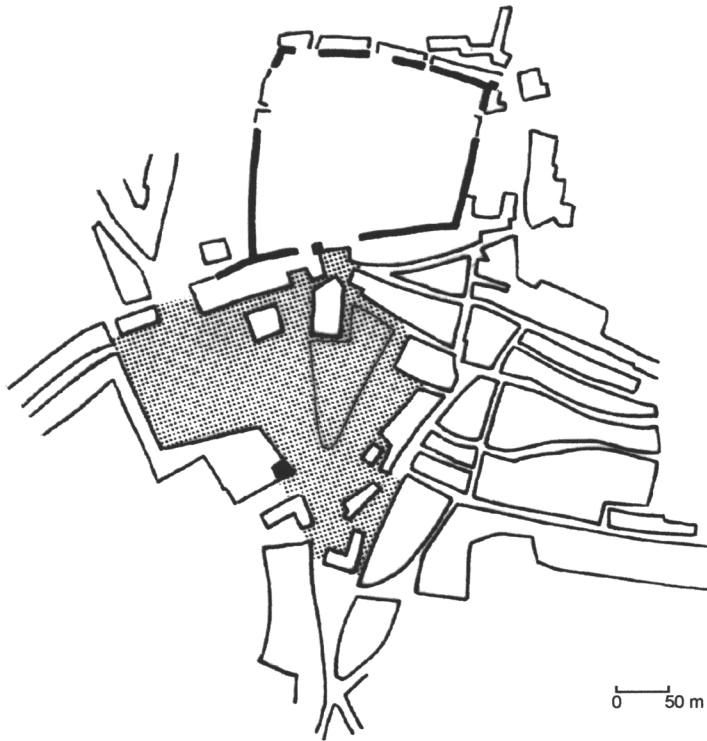


Figura 18 - Imagens da situação actual do rossio de Nisa.



contornos muito irregulares e apresenta uma área significativamente reduzida, comparativamente às dimensões por que se foi caracterizando (Fig. 18).

Igualmente a confirmar a relação anteriormente referida, o rossio de Vila Viçosa, também o único conhecido, caracterizou-se como uma unidade urbana de extrema importância no desenvolvimento do aglomerado. De localização a Sul da colina onde se implantou o castelo, numa zona baixa junto a uma linha de água e da via Estremoz-Alandroal, o rossio de S. Paulo aí se localizou e permaneceu também ao longo de toda a história do aglomerado⁸. Situação que se deve, provavelmente, ao facto do crescimento do aglomerado ter ocorrido no sentido Poente, através de ruas paralelas à direcção do atravessamento dominante (Estremoz-Alandroal), portanto, de forma também paralela à encosta do castelo, constituindo o rossio, o limite da expansão a Sul (Fig. 19).

A área ampla que caracteriza o rossio assim permaneceu até à recente expansão do nosso século, altura em que se iniciou a sua ocupação e delimitação com equipamentos, unidades industriais e loteamentos residenciais (Fig. 20).

Dentro dos aglomerados que apresentaram mais do que um rossio ocorrem casos de manutenção simultânea dos mesmos. Razões que se prendem com uma certa especialização funcional estão, certamente, na origem deste facto e, eventualmente, ainda outras como as que se relacionam com a orientação tomada no crescimento e desenvolvimento do aglomerado e sua relação com as vias de

⁸ Cf. PEREIRA, Luís, *Transformações Urbanísticas em Vila Viçosa* in "Monumentos", n.º 6, Março 1997, pp. 54-58.

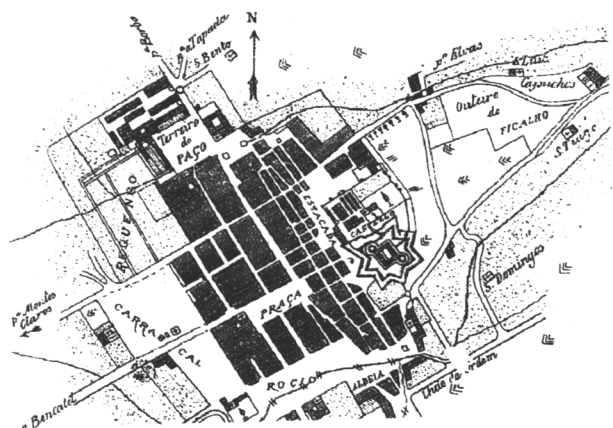


Figura 19 - Rossio de Vila Viçosa.
Planta de 1892. (N. Portas, 1997)



Planta mais actual. (L. Pereira, 1997)



A expansão residencial e o mercado fixo
(no primeiro plano) .



O jardim público.



A industria S. Paulo implantada no antigo convento.

Figura 20 - Imagens da situação actual do rossio de Vila Viçosa.

circulação e canadas de feira. Os rossios de Viana do Alentejo demonstram isso mesmo. O de S. Luís, junto à porta Sul do Castelo, que ligava à estrada de Beja, de carácter mais lúdico, era local de festas, de feira, de eiras e de chegada de gados. O das Freiras, situado num ponto de cruzamento de vias, já numa área plana e periférica à expansão urbana a Norte, era local de passagem dos gados que transitavam de pastos e de estacionamento, quando estes eram levados a transaccionar na feira franca; dele ainda se extraía barro⁹.

Também em Arraiolos coexistiram dois rossios até ao século XIX. O de St. António localizava-se a Norte do castelo, junto à ermida desse nome, e nele ocorriam festas e romarias e se realizava a feira de gado. O de S. Romão, a Sul da povoação e junto à via que ligava a Évora, era local de mercado e passagem de pessoas e gados¹⁰.

A referida especialização funcional foi igualmente encontrada noutros aglomerados, como os de Aguiar e Granja. Com rossios localizados nas extremidades, quase sempre opostas ao aglomerado, constituem locais de eiras, de vazadouro público, de depósito de lenha da comunidade ou ainda locais onde se juntava o gado da população, antes e depois da pastagem nas terras circundantes - utilizações que reforçam a função comunitária que o caracteriza. Nestes, as funções

⁹ Cf. CAEIRO, Elsa, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora*. Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995, pp. 2.66-67 (policopiado).

O aproveitamento dos rossios como locais de extracção de materiais de construção, portanto como recurso económico, não é exclusiva deste rossio. Encontram-se nas Posturas Municipais de Évora a proibição de tais acções, o que nos leva a crer tratar-se de uma prática eventualmente comum nestes espaços. No Rossio das Freiras, pelo contrário, eram concedidas licenças para a extracção do barro; Cf. *Posturas Municipais do Concelho de Évora*, (Postura n.º 42), Ano 1836..

¹⁰ Ocorria no rossio de St. António uma Feira Franca (datada de 1714) que foi transferida para o rossio de S. Romão (em 1825), devido a se localizar muito afastada do aglomerado; Cf. CAEIRO, Elsa, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995, pp. 2.66-67 (policopiado).

comerciais não ocorrem dada a proximidade e importância de outros aglomerados onde aquelas tinham mais expressão.

Encontraram-se, ainda, outros casos semelhantes de sucessão e diversidade de espaços rossio. O aglomerado de Fronteira, com o seu primeiro rossio junto à porta Sul da muralha, apresentou ao longo do tempo variados espaços dessa tipologia. O mais antigo, localizado na zona da actual praça do município, foi progressivamente ocupado. Os seguintes foram-se localizando na periferia das áreas em expansão, sempre em articulação com as vias regionais e ainda um deles, o mais periférico, junto à cerca do convento de St. António - donde posteriormente se estruturou um conjunto urbano, de desenvolvimento linear, em direcção e com ligação ao núcleo urbano¹¹.

No universo estudado denota-se ser comum esta ocorrência de conventos nos espaços rossios ou, noutra possível leitura, desenvolverem-se apropriações utilitárias e funcionais de espaços, que na sua génese não correspondem à tipologia de rossio, mas à de terreiros de conventos, tendo essas apropriações posteriores assim justificado a designação toponímica que tomaram. Pensamos que ambas as hipóteses podem ser válidas, como o demonstram os casos encontrados:

- A primeira hipótese encontra-se patente, por exemplo, nos rossios de Montemor, Vila Viçosa, Viana do Alentejo, Arraiolos e de Estremoz onde

¹¹ A localização de rossios na proximidade de conventos justifica-se, provavelmente, na atracção regional que alguns exerciam ao promoverem peregrinações, feiras e festas e ainda nas trocas comerciais que desenvolviam.

se implantaram, um ou mais, conventos numa posição limítrofe aos mesmos;

Em Montemor os primeiros conventos da vila surgem no século XVI, na periferia do rossio e em locais de anteriores ermidas: o de S. Francisco, sobre a de N.^a Sr.^a das Graças - a Norte, e o de S. Domingos, sobre a de St. António - a Sul. Em Vila Viçosa o convento de S. Paulo, do século XVI, é inscrito no extremo Sul do rossio, tendo tal implantação sido igualmente condicionada pela cerca nova que nessa direcção se desenvolvia. Em Viana do Alentejo o convento do Calvário, do século XVI, corresponde ao primeiro convento da vila (depois fundado como convento de Jesus), de localização no limite Norte do rossio das Freiras; o segundo, o convento de S. Francisco, ao que parece ainda do século XVI, foi localizado no limite Sul da vila, próximo do rossio de S. Luís. Em Arraiolos o convento de S. Francisco, do século XVII, foi implantado sobre um outeiro (designado por S. Romão, porque local sobranceiro à ermida deste nome) que se desenvolvia no limite Sul do rossio de S. Romão. Em Estremoz o primeiro a ser fundado é o de S. Francisco, do século XIII, no limite Nordeste do rossio e, mais tarde, nomeadamente a Nascente e a Sul, surgem os conventos de S. João da Penitência e da Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri¹² (Fig. 21).

¹² Cf. CAEIRO, Elsa, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995, pp. 1.36 e 2.64 (policopiado); *Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Estremoz*, GTL, Câmara Municipal de Estremoz, 1993; ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito e Concelho de Évora*, n.º VII, Academia Nacional de Belas - Artes, Lisboa, 1966, p. 146; *Ibidem*, n.º VIII, 1975, p. 19; *Ibidem*, n.º IX, 1978, pp. 435 e 677-681.

O rossio de Lisboa também o ilustra, como o demonstra J. CASTILHO "(...)depois de construída por el-Rei D. Afonso III a igreja do convento de S. Domingos de Lisboa, fundação de el-Rei D. Sancho II, fez aquêlo soberano doação à comunidade de muitos chãos em volta do mosteiro, os quais n'aquelle tempo, diz frei Luiz de Sousa, eram terras devolutas, de que o povo se servia sem haver dono particular d'ellas; e continua mais abaixo, insistindo na mesma ideia: esta mercê, que então se aceitou por ser de terra desaproveitada e baldia, e sem olho a interesse, veio depois a importar muito". Tratavam-se, como refere o autor, de parte das terras do rossio onde se implantou o convento; CASTILHO, Júlio, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. X, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1937, p. 27.

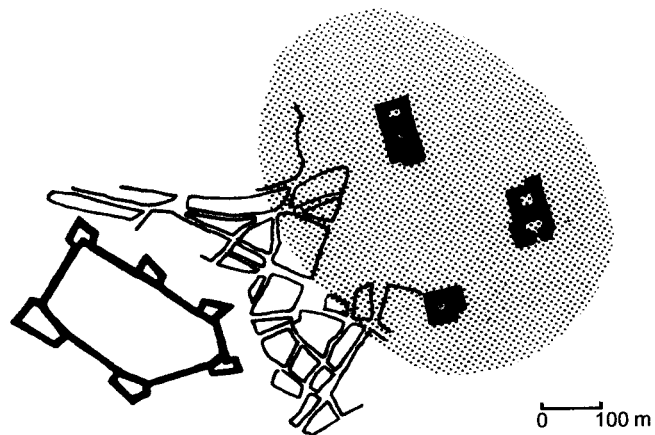


Figura 21 - A implantação de conventos no espaço rossio.
 O rossio de Estremoz: conventos de S. Francisco, de S. João da Penitência
 e da Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri.

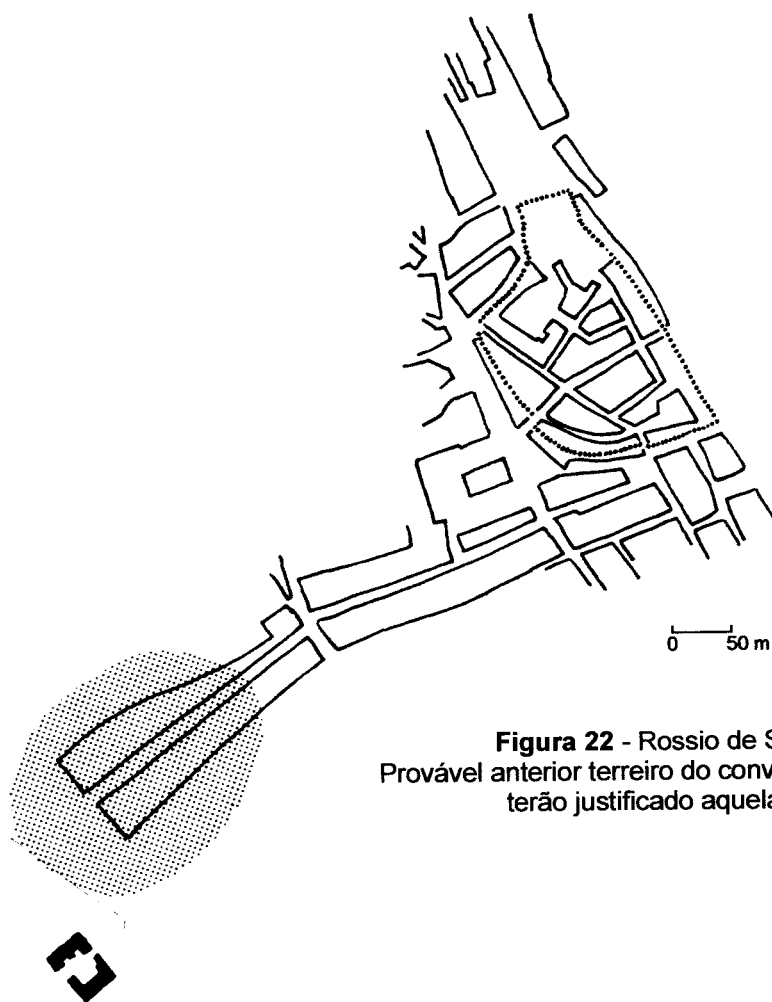


Figura 22 - Rossio de S.º António em Fronteira.
 Provável anterior terreiro do convento que apropriações posteriores
 terão justificado aquela designação tipológica.

- A segunda hipótese parece encontrar-se no rossio de St. António em Fronteira, anteriormente referido (Fig. 22).

Igualmente tomados como espaços apropriados para o desenrolar de outras actividades, nomeadamente as comerciais - que tão bem se ligam às grandes aglomerações - alguns terreiros de santuários de grande devoção e de peregrinação, viram-se envolvidos num semelhante processo de apropriação espacial. Pensamos enquadrarem-se nesta situação o rossio da Sr.^a da Piedade, em Elvas, e o lugar da Sr.^a de Aires, em Viana do Alentejo, ambos lugares de romaria e de peregrinações ligadas ao culto, mas também locais de feiras importantes (Fig. 23). O lugar da Sr.^a D' Aires era, também, local de encontro de gados da região e dos que passavam em transumância e do seu transacionamento. A reforçar essa importância encontra-se a Feira Franca de gados, que data de 1751.

Dentro deste património religioso encontram-se, ainda, alguns terreiros de ermidas, igrejas ou capelas que se localizam numa zona significativamente afastada do aglomerado. Tratam-se de espaços que se viram envolvidos num processo de apropriação utilitária e funcional, próxima à que caracterizou o espaço rossio, de que são exemplos os assim denominados Rossios de Monforte e Castro Verde e o de St. António, em Arraiolos. De comum, estes espaços apresentam a localização em plena paisagem rural e as funções que desempenhavam, neles ocorriam eventos religiosos e festivos ligados aos edifícios religiosos presentes e lá se realizaram feiras de gado (Fig. 24 e 25).



Figura 23 - Rossio da Sr.^a da Piedade em Elvas e lugar da Sr.^a de Aires em Viana do Alentejo.

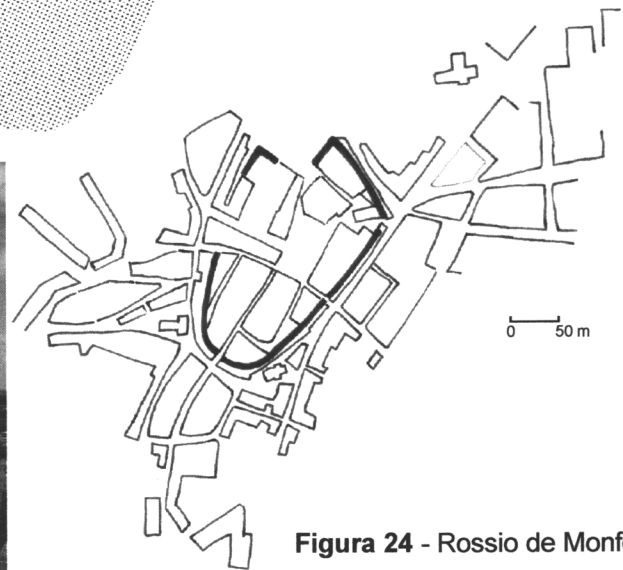
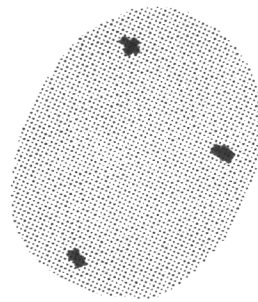


Figura 24 - Rossio de Monforte.



Figura 25 - Rossio de Castro Verde.

A dinâmica que todos esses terreiros envolveram, leva-nos a considerá-los como importantes pólos de desenvolvimento dos centros urbanos a que estão associados.

O rossio de Marquês de Pombal em Estremoz, constitui um outro tipo distinto a destacar. De localização relacionada com a expansão do arrabalde, efectuada a Norte e a Nascente no século XIV, e com o eixo de comunicação viária, no sentido Évora-Portalegre, ocupa uma área aplanada na base da encosta onde se desenvolvia uma linha de água, portanto, uma localização em tudo determinada pelas funções que o caracterizam.

O início da delimitação do espaço com áreas urbanas dá-se no século XVI, vendo-se no seguinte século incluído no interior do perímetro urbano definido pelas fortificações modernas. Inclusão que nos demonstra o seu grande sentido de urbanidade, o que é igualmente evidenciado por outros casos, onde são exemplos os rossios D. Pedro V em Lisboa e o de Vila Viçosa. À semelhança do primeiro, também estes se viram protegidos pela última cintura de muralhas. A situação actual do rossio de Estremoz, ainda um imenso espaço aberto no interior da cidade muralhada, confirma-lhe e reforça-lhe o sentido de urbanidade até aos nossos dias.

Este tipo de rossio apresenta como particularidades a generosa dimensão de espaço aberto, deixado no interior do perímetro urbano e a forma como foi delimitado por elementos urbanos de determinada tipologia. A localização dos três conventos na definição do seu limite poderá ter contribuído, à partida, para a concretização da grande dimensão. A que acresce, ainda, o facto das fortificações modernas terem abarcado uma área significativa de território - na altura ainda não

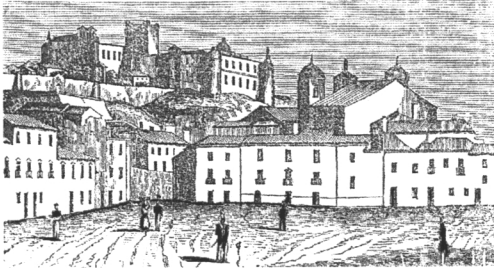
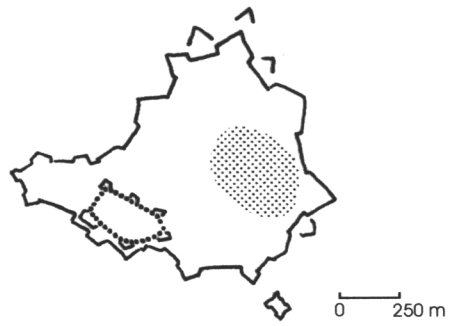
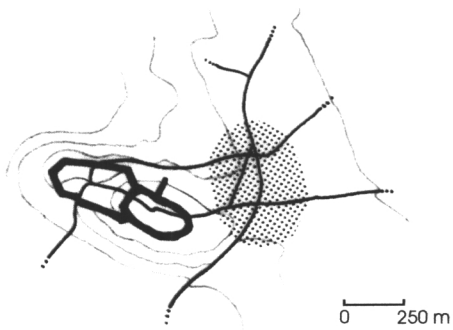
ocupado por expansões urbanas - o que se justifica provavelmente nas funções militares que o rossio apresentava.

Quer a sua área, quer o papel que desempenhava, não só para a vila como para o reino - lugar onde se juntaram exércitos e se efectuavam exercícios militares - transformaram-no num local privilegiado de encontro de gentes, tendo assim permanecido até à actualidade¹³ (Fig. 26).

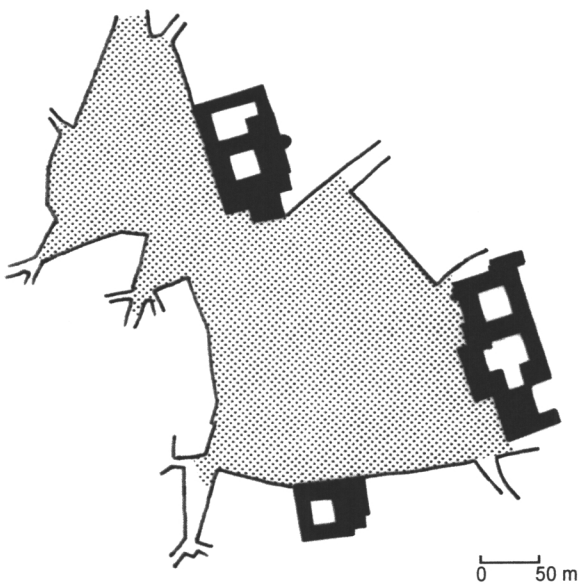
Ao analisarmos o rossio mais recente dos aglomerados e, iniciando esta análise pela sua localização, concluí-se que a relação que se estabelece entre este e a área urbana desenvolvida pelo aglomerado, assenta naquele que foi o processo original de localização dos rossios nos núcleos urbanos. Confirmou-se, desta forma, a já conhecida necessidade da sua implantação em áreas periféricas. Áreas que, como já tivemos oportunidade de referir, são tendencialmente planas, ou com ligeira pendente, resultado da preferencial expansão do aglomerado para essas situações e ainda do determinismo das funções do rossio na escolha do local.

A grande parte deles, actualmente já envolvidos no crescimento urbano, encontram-se predominantemente em áreas urbanas, mais ou menos consolidadas ou, ainda, noutras bastante fragmentadas; como constituem exemplos, respectivamente, os rossios de Évora (Rossio de S. Brás), Estremoz (Rossio do Marquês de Pombal), Alcáçovas e de Cabeço de Vide e os rossios de Montemor, Arronches, Cuba, Vimieiro e Montoito.

¹³ Isso o testemunham as conhecidas feiras de Estremoz. Segundo J. MATTOSO, entre 1747-1833, lá ocorriam mercados de praticamente todo o país; Cf. MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 370. Actualmente o rossio é palco anual da maior Feira de Artesanato do Alentejo e, simultaneamente, da Feira Internacional de Agropecuária mas, também, de mercado diário e semanal.



A localização e inclusão do rossio no interior da cerca nova.



A delimitação do espaço com os três conventos e com outros edifícios.



A generosa dimensão (Postais "Estremoz Antigo").

Figura 26 - Rossio de Marquês de Pombal em Estremoz.

Com início no nosso século - altura em que ocorre uma expansão urbana para fora dos limites físicos oferecidos pelas muralhas – assim se inicia o processo de ocupação das áreas agricultadas ou simplesmente livres, que envolviam os aglomerados¹⁴. Neste contexto o rossio constitui uma área expectante, pouco a pouco, alvo de expansões urbanas a que correspondem urbanizações totais ou parciais. De que são exemplos, respectivamente, o rossio de Avis e Portel e os Rossios de S. Brás em Évora, do Calvário em Elvas e da Boavista em Fronteira (Fig. 27).

O envolvimento dos rossios em processos de loteamentos urbanos pode assim encontrar justificações na grande área livre e localização excepcional que ofereciam, ao que certamente não terá sido alheio o facto de se tratarem de espaços públicos, propriedade do concelho. A que se associa nessa localização a possibilidade de a mesma poder proporcionar uma importante fonte de receita aos municípios. A confirmá-lo encontra-se a seguinte justificação a propósito de um loteamento, proposto por um vereador, no ano de 1909, para uma parte do Rossio de S. Brás *“(...)compreendido entre a estrada que da cidade conduz para a estação da CP e a que da Praça de Touros vai até à Fonte Nova(...)a construção desse novo bairro, a realizar-se, seria incontestavelmente um grande e formoso melhoramento para Évora, toda antiga, além de representar uma grande fonte de receita proveniente não só da venda dos terrenos, mas ainda das contribuições lançadas sobre as novas edificações(...)”*¹⁵.

¹⁴ Referimo-nos àquele que pode ser considerado o segundo momento do envolvimento dos rossios no processo de expansão urbana. O primeiro momento, como já tivemos oportunidade de referir, corresponde ao crescimento concretizado pelas expansões efectuadas exteriormente às mais antigas cinturas de muralhas.

¹⁵ Cf. LIVRO DE ACTAS das Sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1909 (em 16 de Dezembro).

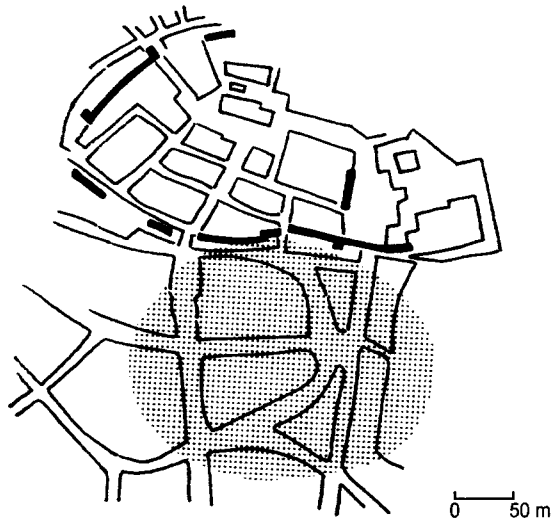


Figura 27 - Rossio de Avis.
Espaço totalmente urbanizado.

Quase sempre sem planos de ocupação, nele se implantaram loteamentos urbanos residenciais, unidades industriais e equipamentos nos domínios da educação, cultura, recreio e das actividades de tempos livres, mas também, áreas comerciais e serviços¹⁶. Estas múltiplas ocorrências - que nos confirmam, mais uma vez, a multifuncionalidade do rossio - ao se apresentarem em simultâneo num mesmo espaço, ilustram a tendência de manutenção do carácter público e a capacidade que apresenta de adaptação às mais recentes exigências urbanas.

As associações observadas nem sempre são desejáveis, dadas as dimensões e características de algumas das unidades que se vêm envolvidas num mesmo espaço. Donde se salienta o facto de frequentemente o rossio se ver comprometido ao extremo de dele restarem simplesmente fragmentos livres, portanto áreas sobrantes, resultantes desse processo de ocupação. Por outro lado, a presença de unidades com características particulares, sobretudo algumas industriais, nem sempre é compatível com a dignificação do carácter público urbano do espaço, como constituem exemplos algumas das indústrias significativamente poluentes (moagens e matadouros)¹⁷.

Se por um lado a referida implantação, quase sempre anárquica, de edifícios e equipamentos vai comprometendo a área livre que caracteriza o espaço rossio, por outro, vias principais e secundárias são, pouco a pouco, rasgadas e como

¹⁶ Dentro dos equipamentos são exemplos: os jardins de infância, as escolas primárias, de ensino básico e secundário e as profissionais, os museus, os centros culturais, as galerias, as sociedades recreativas e desportivas, os cinemas, os lares de terceira idade, os polidesportivos e campos de futebol, as praças de touros, os lavadouros públicos, os parques infantis, os jardins públicos e áreas ajardinadas, os hospitais e centros de saúde, os bombeiros e os mercados fixos.

¹⁷ Estas unidades estão felizmente, na maioria dos casos, abandonadas ou em vias de alteração de funções.

resultado observa-se, na grande maioria dos casos, a fragmentação do espaço agora receptáculo de novas funções e actividades.

O rossio de Montemor espelha bem esse tipo de apropriação, com consequente destruição e fragmentação do espaço, e ainda a vocação pública continuada até aos nossos dias. A partir de uma área ampla – pontuada por ermidas e igrejas e delimitada, a Norte e a Sul, por conventos, quintas e ferragiais e, a Oeste, pelo casario da vila - inicia-se o processo de ocupação da área livre do rossio (Fig. 28). Múltiplos e variados equipamentos colectivos, de iniciativa pública ou privada, foram-se gradualmente instalando e ocupando, em definitivo, quase todo o espaço. No século passado ocorrem as Sociedade Pedrista e Carlista, o Jardim Público, o Hospital, a Praça de Touros e o Cemitério (no convento e cerca de S. Francisco); já no nosso século, o Teatro Curvo Semedo, vários equipamentos desportivos e escolares, um “Centro Cultural” com museu, biblioteca, auditório e galeria de exposições (no convento de S. Domingos) e actualmente, em execução, o Parque Urbano da cidade, no lugar onde se realizavam as feiras e mercados¹⁸.

Se na implantação dos conventos na periferia do rossio podemos adivinhar preocupações de os orientarem para o grande espaço aberto, o mesmo não aconteceu com a instalação posterior das habitações e associações que, ao se posicionarem, se viraram de costas para o mesmo. A acompanhar a referida apropriação, estabelecem-se gradualmente novas vias e esquarteja-se todo o espaço.

¹⁸ Cf. CAEIRO, Elsa, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora*. Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995, pp. 1.24 e 2.64/66 (policopiado).

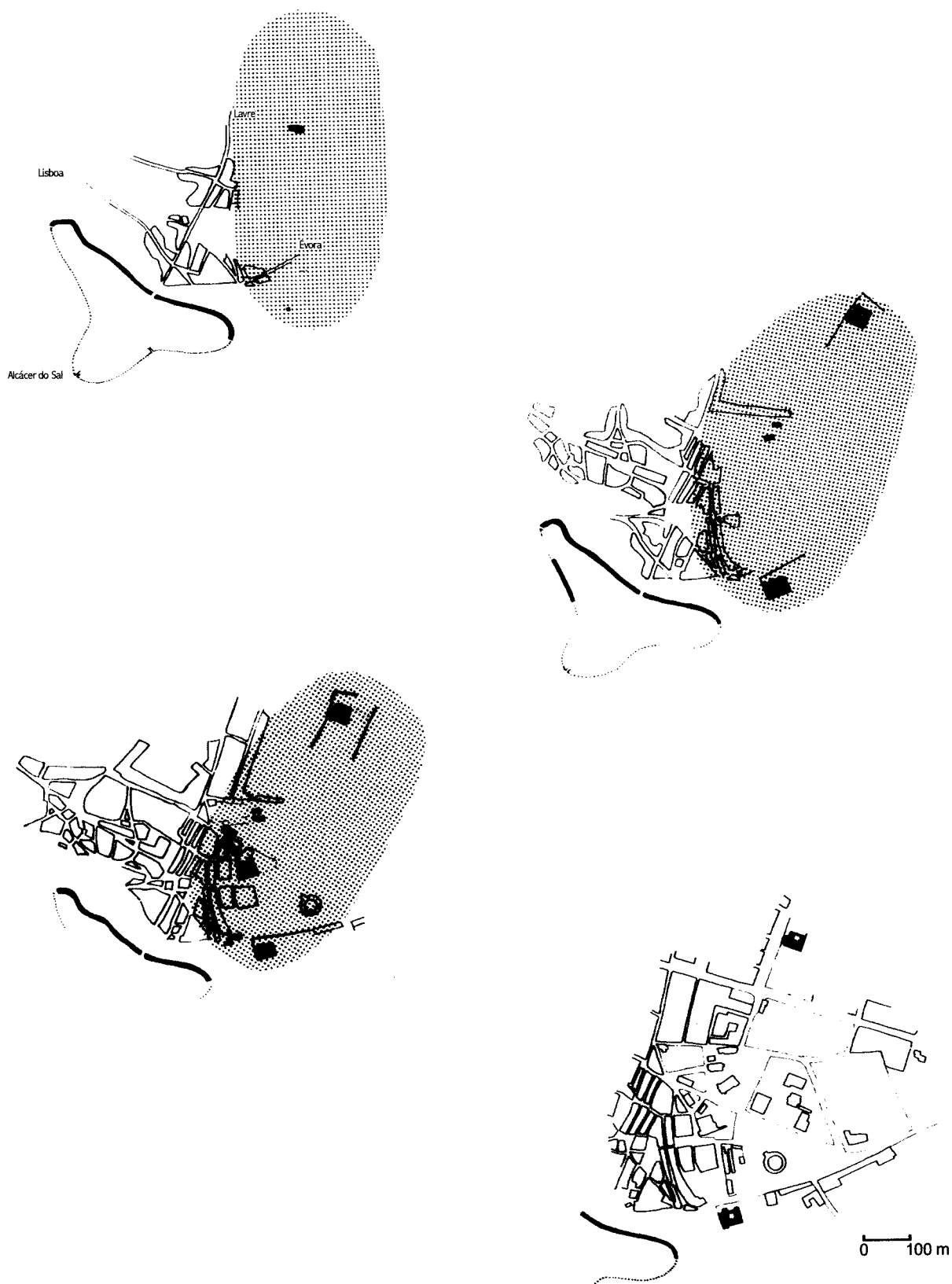


Figura 28 - Rossio de Montemor. A ocupação gradual do espaço. (Plantas adaptadas a partir de E. Caeiro, 1995)

Em destaque, os referidos, conventos e equipamentos mais antigos.

Pelo exposto, parece-nos óbvio adivinhar-se a imagem fragmentada que o foi caracterizando até ao ponto da sua actual descaracterização total (Fig. 28).

O rossio de S. Romão em Arraiolos, assim designado devido à presença da ermida de S. Romão ou de S. Romeiro (o padroeiro dos viajantes) o que sugere a importância do local como entrada da vila e apoio aos viajantes, foi progressivamente ocupado com construções habitacionais, desde Norte a Sul, até próximo do convento de S. Francisco. Expansão que teve continuidade, no nosso século, nas áreas mais declivosas a Sul, com a construção de unidades industriais, a moagem e o matadouro, e de equipamentos, como o hospital e o parque infantil, e ainda a Norte, numa maior proximidade ao núcleo urbano, o cine-teatro e o jardim (Fig. 29).

À semelhança do rossio de Montemor, este é ocupado com equipamentos, porém, são os edifícios residenciais e industriais que maior expressão apresentam neste processo de apropriação espacial e funcional. O que nos ilustra a ocupação diversificada, anteriormente referida.

A ocupação dos rossios com equipamentos colectivos é comum a todos eles. Dentro daqueles encontram-se, predominantemente, os de iniciativa pública donde sobressaem os equipamentos educacionais e os que podem ser considerados no âmbito do recreio e actividades dos tempos livres. Predominantemente escolas primárias, jardins ou ajardinamentos públicos e equipamentos desportivos. Como exemplos encontram-se ou encontraram-se:

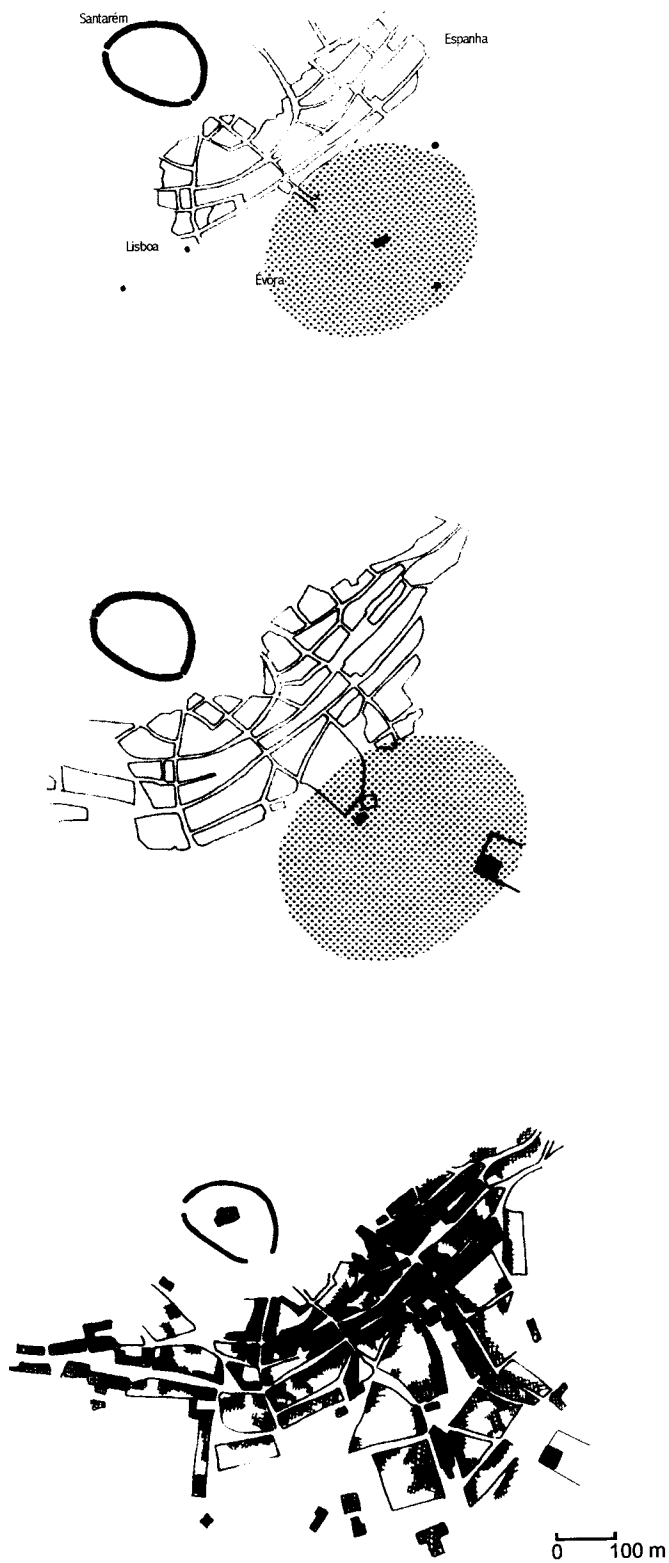


Figura 29 - Rossio de Arraiolos.
A ocupação gradual do espaço. (Plantas adaptadas a partir de E. Caeiro, 1995)

Em destaque, os referidos, ermida de S. Romão e convento de S. Francisco.

- Escolas primárias nos rossios de Portalegre, Évora, Fronteira (Rossios da Boavista e de St. António), Vila Verde de Ficalho, Montoito, Serpa, Nisa, Vila Nova de S. Bento, Veiros, Alcáçovas, Borba, Cabeção, Escoural e Arronches, para não os referirmos quase todos, nas devesas de Alpalhão e Galveias e no campo da feira de Alvalade;
- Jardins e/ou ajardinamentos públicos nos rossios de Serpa, Arraiolos, Portalegre, Alcáçovas, Évora Monte, Estremoz, Viana do Alentejo, Cuba, Montemor, Crato e Vila Viçosa e nos campos da feira de Ponte-de-Sor e de Reguengos;
- Equipamentos desportivos nos rossios das Alcáçovas, Almodôvar, Arraiolos, Portalegre, Arronches, Assumar, Mourão, Cabeção, Cuba, Crato, Viana do Alentejo, Vimieiro e Montemor, nos campos da feira de Ponte-de-Sor e Reguengos e nas devesas de Alpalhão e Galveias. Também, com alguma expressão, os equipamentos que se enquadram nos domínios da saúde e da cultura.

Da iniciativa privada salientam-se as praças de touros. Encontram-se, por exemplo, nos rossios de Évora, Montemor, Mourão, Alter do chão, Assumar, Veiros, Arronches e Portalegre e no campo da feira de Reguengos.

A ocupação com loteamentos industriais é menos comum, ainda que a possamos considerar bastante representativa. Encontram-se edifícios industriais, predominantemente ligados à produção de cereais que caracteriza a região, como silos e moagens, e ainda outros entretanto desaparecidos, como antigos matadouros, refinações de azeite, fábricas de gás, de cortiça e de rolhas. Dos primeiros, é

exemplo a presença das unidades “EPAC’s”¹⁹ nos rossios de Vila Viçosa, Vila Nova de S. Bento, Arronches, Arraiolos, Cuba e Ermidas e dos segundos, as diversificadas unidades de matadouro em Arraiolos, refinação de azeites em Vila Viçosa, fábricas de gás em Évora e de cortiça e rolhas, também em Évora e em Portalegre.

A forma como se foi efectuando, ao longo do tempo, a apropriação do rossios e a tipologia dos edifícios e instituições aí implantados determinaram, regra geral, a forma como se dignificou e qualificou esse espaço ou, pelo contrário, como se foi destruindo²⁰.

Da mais recente apropriação restam-nos hoje, daquele que foi um importante pólo do espaço público, imagens de total destruição do seu carácter e das suas vocações. O espaço aberto, entretanto não ocupado, apresenta formas predominantemente irregulares e limites físicos edificados de tipologias distintas, que raramente o dignificam.

A forma como os elementos edificados se instalaram, frequentemente de costas viradas para o mesmo, e a supressão espacial que concretizaram conduziram à desqualificação das suas vocações primárias ilustradas no seu percurso urbano – de verdadeiro centro urbano periférico à aglomeração.

Relativamente à presença de elementos patrimoniais, esta é, quase sempre, atestada por ermidas ou igrejas. Elementos que correspondem, na grande parte dos

¹⁹ EPAC – Empresa Para Agroalimentação e Cereais, SA.

²⁰ De que são exemplos, respectivamente, os já analisados rossios de Estremoz e de Montemor.

casos, aos poucos ou únicos resquícios do anterior espaço que ainda lá permanecem; situação que não é de estranhar dada a mais fácil e conveniente permanência e continuidade de elementos construídos, comparativamente à manutenção do espaço livre público.

A ocorrência de conventos e muralhas no seu limite, é já pouco representativa naqueles que ficaram como os mais recentes rossios dos aglomerados.

Ainda como elementos patrimoniais, os chafarizes e fontes, quase sempre presentes, acusam a já defendida classificação como elementos tipológicos do espaço rossio. Estes elementos utilitários, inicialmente determinantes ao desenrolar das principais funções desempenhadas pelos rossios, a partir de dada altura deixam de assim se justificarem, facto que não possibilitou a sua supressão, conforme o demonstra o vasto património ainda existente. Encontraram-se, pelo contrário, preocupações de manutenção destes elementos, o que se revela na forma como o contornam, vias e expansões urbanas, frequentemente, desvalorizando os elementos em questão; são exemplos o chafariz do rossio das Feiras, em Viana do Alentejo, o chafariz e fonte do rossio de Alvito e o chafariz do de Montemor.

A referida manutenção encontra certamente justificações, já não utilitárias, mas essencialmente patrimoniais ou simplesmente lúdicas e ornamentais, que se relacionam com o clima que caracteriza a região e a vivência no espaço aberto público.

Quanto à vegetação presente nos rossios, confirma-se a sua pouca representatividade, o que determina que o espaço se apresente predominantemente exposto à radiação solar.

Actualmente, a utilização dominante observa-se no enquadramento de vias, que delimitam, contornam ou atravessam o espaço, através do emprego de árvores de arruamento. A presença de manchas com dimensão de conjunto vegetal ocorre, essencialmente, nas situações em que se verificou implantação de áreas verdes urbanas da tipologia de jardim público, ajardinamentos ou áreas de enquadramento a edifícios.

A presença de elementos simbólicos, como esculturas em alusão a determinado acontecimento ou personalidade não é representativa.

A utilização actual dos rossios prende-se, por um lado, com as ocupações a que foram sujeitos e, por outro, com as funções comerciais e festivas que lá tiveram continuidade. São ainda, em grande parte dos casos, locais de feiras ocasionais e/ou de mercado semanal ou mensal e, frequentemente, locais onde se instalaram os mercados fixos (Fig. 30 e 31). Desta recente ocupação são exemplos os rossios de Vila Viçosa e de Arraiolos, a devesa de Alpalhão e o campo da feira de Reguengos²¹. Nalgumas situações, locais de recreio passivo e activo, mas sobretudo, locais de estacionamento.

Este tipo de utilizações não se esgota, contudo, nas necessidades comunitárias actuais da população; elas retratam, igualmente, a vocação pública inerente ao espaço rossio, ainda que, quase sempre, se tenham também

²¹ O rossio de Lisboa também o exemplifica dado o grande mercado abastecedor da cidade se ter localizado, após a reconstrução pombalina, na Praça da Figueira substituindo, assim, a função de feira e de mercado do rossio.



Figura 30 - A permanência das feiras e mercados semanais e/ou mensais.
Rossios de Veiros e do Alandroal.



Figura 31 - A presença de mercados fixos.
Rossio de Vila Viçosa e a devesa de Alpalhão.

emprestado à concretização de áreas residenciais, de que ainda constitui exemplo o loteamento, em execução, no rossio de Cuba.

Para finalizar procuraremos a definição das tipologias dos espaços abertos que emergiram do anterior e mais recente espaço com características de rossio.

As tipologias encontradas expressam alguma diversidade e apresentam uma ocorrência isolada ou simultânea num mesmo espaço. Praças, jardins públicos, recintos expectantes e áreas de enquadramento a equipamentos, essencialmente aos escolares e desportivos, constituem as ocorrências dominantes (Fig. 32).

Assim, e iniciando pelos exemplos em que a qualidade espacial do rossio ainda subsiste e, de alguma forma, também o seu carácter, temos os recintos expectantes dos rossios de Estremoz e Évora - locais ainda significativamente livres, objectos de planos nunca concretizados pelos municípios - e o campo da feira de Ponte-de-Sor. Um pouco à semelhança destes, mas já com mais significativa redução do recinto - dada a implantação de mercados fixos e equipamentos nos domínios do recreio e actividades dos tempos livres - encontram-se os rossios de Vila Viçosa e de Nisa e a devesa de Alpalhão.

Dentro dos que foram objecto de tipologias de espaços abertos mais específicas encontram-se, com a utilização dominante de recreio activo e/ou passivo, os rossios das Alcáçovas, Grândola, Crato, Cabeço de Vide e de Portalegre - anteriores locais de feira, actualmente jardins públicos ou simplesmente espaços abertos ajardinados. Nestes o coreto constitui uma presença frequente devido a nele se realizarem os espectáculos musicais e, em seu torno, os bailes populares. O que reafirma a anterior função desses locais, ou seja, importantes pontos de animação

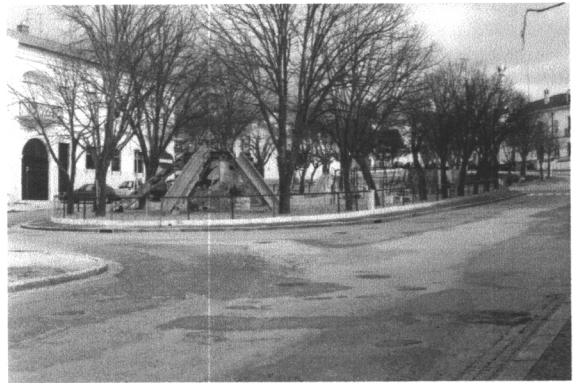


Praça Vasco da Gama na Vidigueira e Praça D. Sacho II em Elvas; Largo 25 de Abril em Veiros.



Jardins públicos em Portalegre e em Grândola.

Figura 32 - As distintas tipologias de espaços abertos públicos que resultaram a partir do mais recente rossio dos aglomerados (continua na página seguinte).



Áreas de equipamentos em Arronches e Arraiolos.



Recintos expectantes do rossio de S. Brás em Évora,
campo de feira em Ponte de Sor e devesa em
Alpalhão.

pública. Na situação de dominante presença de equipamentos desportivos e escolares encontram-se os rossios de Arronches, Vila Nova de S. Bento, Montemor e o rossio de S. Paulo, em Fronteira.

Por fim resta-nos constatar que a toponímia “rossio” mantém-se nalguns dos casos analisados. Tendo-se observado, no entanto, uma grande maioria que viu alterados os seus topónimos tradicionais. A substituição contemplou, quase sempre, outros relacionados com ideais políticos mas, em geral, estes espaços continuam a ser conhecidos por “rossios”.

A importância dos recintos abertos e livres, especialmente aptos ao desenvolvimento de actividades comerciais, permanece ainda hoje nos nossos espaços urbanos. Isso o denota a recente tendência de construção de recintos, igualmente periféricos ao aglomerado e apropriados à realização de feiras e outras actividades mais excepcionais que exijam grandes espaços abertos. Situação retomada que exhibe, mais recentemente, a inovação de se tratarem de espaços bem delimitados e vedados e de apresentarem algumas estruturas fixas de apoio a essas actividades. Tomam agora a designação de “Campos de Feira”, como constituem exemplos os Campos da Feira de Redondo, Arronches, Mourão, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Portalegre, Beja, Sousel e Cuba (Fig. 33).



Figura 33 - Os mais recentes recintos de feiras.
Redondo, Cuba e Arronches.

CAPÍTULO III

**CASO ESTUDO
ROSSIO DE ÉVORA**

DA URBE

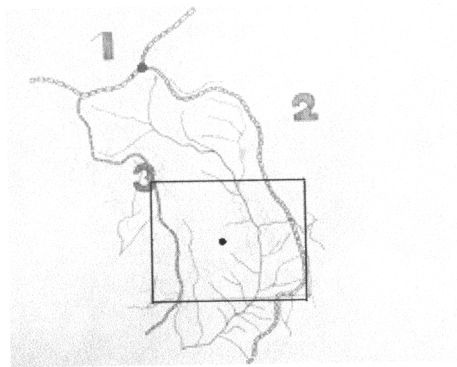
CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO ONDE SE INSCREVE O AGLOMERADO

A escolha do sítio pode relacionar-se, como nos diz T. SALGUEIRO, com as funções de troca e vida de relação desempenhadas pela cidade de Évora. J. ALARCÃO fala-nos da função de cidade encruzilhada das rotas romanas o que lhe determinou, certamente, essa troca e vida de relação e a fez transformar num centro agrícola e mercantil muito importante na região¹. No entanto, esta escolha não foi certamente alheia às características naturais do território. Implantada a poucos quilómetros a Sudeste do ponto de separação das bacias hidrográficas dos rios Tejo, Guadiana e Sado, a sua situação relaciona-se, também, com a existência de água nesse local, presença que é atestada por nascentes e água à superfície² (Fig. 34).

O Centro Histórico de Évora localiza-se numa pequena colina que domina, a Sul e a Norte, zonas planas ou levemente onduladas e a Este e Oeste áreas de relevo mais vigoroso (Fig. 34). Esta situação fisiográfica, criteriosamente escolhida, apresenta evidentes potencialidades no que se refere ao domínio estratégico do

¹ SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, «Cidade em Questão», 2ª ed., n.º 8, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992, p. 125; ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, Lisboa, Edições Verbo, 1974, p. 40.

² Rios Degebe, afluente do Guadiana, Xarrama, afluente do Sado e ribeira do Divor, afluente do Tejo. Nas proximidades da colina onde se implantou o aglomerado desenvolve-se o rio Xarrama (desde Norte passando por Nascente até Sul) e a ribeira da Torujela (a Poente).



Bacias Hidrográficas

1 - Tejo (Divor)

2 - Guadiana (Degebe)

3 - Sado (Xarrama)

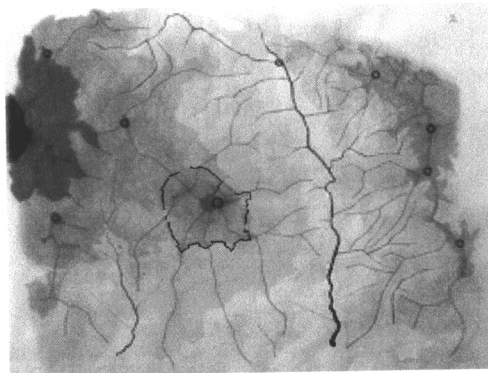


Figura 34 - A situação fisiográfica do local de implantação da cidade de Évora.

território onde se inscreve. Outra das razões de implantação neste local relaciona-se, certamente, com a fertilidade do solo que se associa à já referida relativa abundância de água. Recursos que consideramos como muito significativos ao necessário abastecimento da cidade.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA E CRESCIMENTO URBANO

O crescimento da cidade foi efectuado naturalmente a partir da área mais alta da colina para a sua base e, só posteriormente, para as áreas aplanadas do território que a envolve.

Como cidade romana obedeceu à organização segundo os pontos cardeais e apresentava um recinto muralhado, que delimitava uma área de 10 ha, na parte mais alta da colina. As portas da muralha - localizadas a Sul, Norte, Nascente e Poente -, as vias que se cruzam segundo um ângulo recto nessas orientações e o *forum*, no ponto de intercepção de ambas, são disso testemunho³.

A cidade medieval constrói-se segundo um plano radio-concêntrico que apresenta como pólo organizador o núcleo urbano preexistente. Nesta estrutura os elementos públicos essenciais, como ruas e praças, encontram-se devidamente

³ RIBEIRO, Orlando, *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*, Lisboa, FCG, 1968, pp. 117 e segs.; BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, p. 11; MASCARENHAS, José M.; BARATA, Filipe, *O Território de Évora, e a Organização e Ordenamento da Paisagem Envolvente* in "Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora", Évora, Câmara Municipal de Évora, 1997, pp. 61-70.

hierarquizados em função desse centro⁴. A demonstrá-lo encontram-se, a partir das portas da cerca romano-goda, a estruturação radial de extensas vias principais - que se ligam com as posteriores portas da muralha medieval e se articulam com ruas secundárias - e a individualização de espaços abertos públicos, com funções e características espaciais das tipologias de praça ou largo. A localização destas tipologias evidencia, à semelhança do analisado sobre a estruturação viária centrada nas portas da muralha, uma mesma atractibilidade desses pontos, uma vez que predominantemente se vêm localizados nessas situações. Disso são exemplo, o Largo das Portas de Moura e a Praça do Giraldo, junto à cerca velha, e o Largo das Alterações de Évora e Largo de Avis, junto à cerca nova.

A construção de uma nova cerca no século XIV, concretizando o encerramento de uma área superior a 50 ha, prende-se, essencialmente, com o facto da existente ser pequena para abrigar a população da cidade que vivia nos arrabaldes e, também, com a importância da cidade a nível nacional⁵. A localização das portas que se abriram nesta muralha pode relacionar-se, devido à sua posição, com as estradas regionais principais e eventualmente ainda, com a presença e importância de alguns elementos urbanos. Isso o parece sugerir a abertura da Porta do Rossio, ainda que se possa colocar a hipótese desta abertura resultar da presença da Rua da Corredoura (segundo BEIRANTE, já existente no séc. XIII) a que corresponde o conhecido eixo viário, provavelmente de direcção a Beja, como já tivemos oportunidade de referir⁶.

⁴ Estruturação onde, também, terá sido decisiva a função desempenhada por estes elementos urbanos.

⁵ BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, p. 46.

⁶ *Ibidem*, p. 51.

Igualmente como importantes elementos da estrutura da cidade consideram-se os seus espaços abertos, interiores ao recinto muralhado. Neles se incluem, para além dos espaços públicos anteriormente referidos, os muitos espaços abertos privados de que são exemplo, as hortas, pomares e quintais, principalmente no interior dos quarteirões e almuinhas, ferragiais, currais, e também hortas, na área não ocupada por construções dentro da nova muralha (Fig. 35). Segundo A. CARAPINHA *“Hortas, pomares, vergéis e quintais distribuem-se aleatoriamente pelo miolo das construções, embora se note uma maior densidade de quintais e vergéis - espaços mais confinados -, no interior das cercas velhas, do que no espaço delimitado pelas cercas novas, onde um espaço mais amplo proporciona uma maior expressão dos elementos vegetais(...)Hortas e almuinhas distribuem-se sobretudo nos recintos delimitados pelas cercas novas”*⁷.

A circundar o recinto urbano encontrava-se, como nos diz a mesma autora, uma utilização agrícola do solo que desenhava zonas agrícolas, concêntricas, de produção distinta. A *“(...)periférica, ocupada pela vinha, por vezes associada à oliveira; outra, (envolvida por esta) de almuinhas, cortinhais, ferragiais, hortas, pomares e vergéis, contíguos à cintura das muralhas”*⁸.

O processo de crescimento urbano manteve-se dentro das muralhas até ao início do século, sendo observável o respeito pela estruturação radio-concêntrica e

⁷ CARAPINHA, Aurora, *Da Essência do Jardim Português*, Tese de Doutoramento, vol. I, Universidade de Évora, 1995, pp. 37-40 (policopiado); Cf. ainda BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, pp. 59 e 116-117.

⁸ *Ibidem*, p. 36.

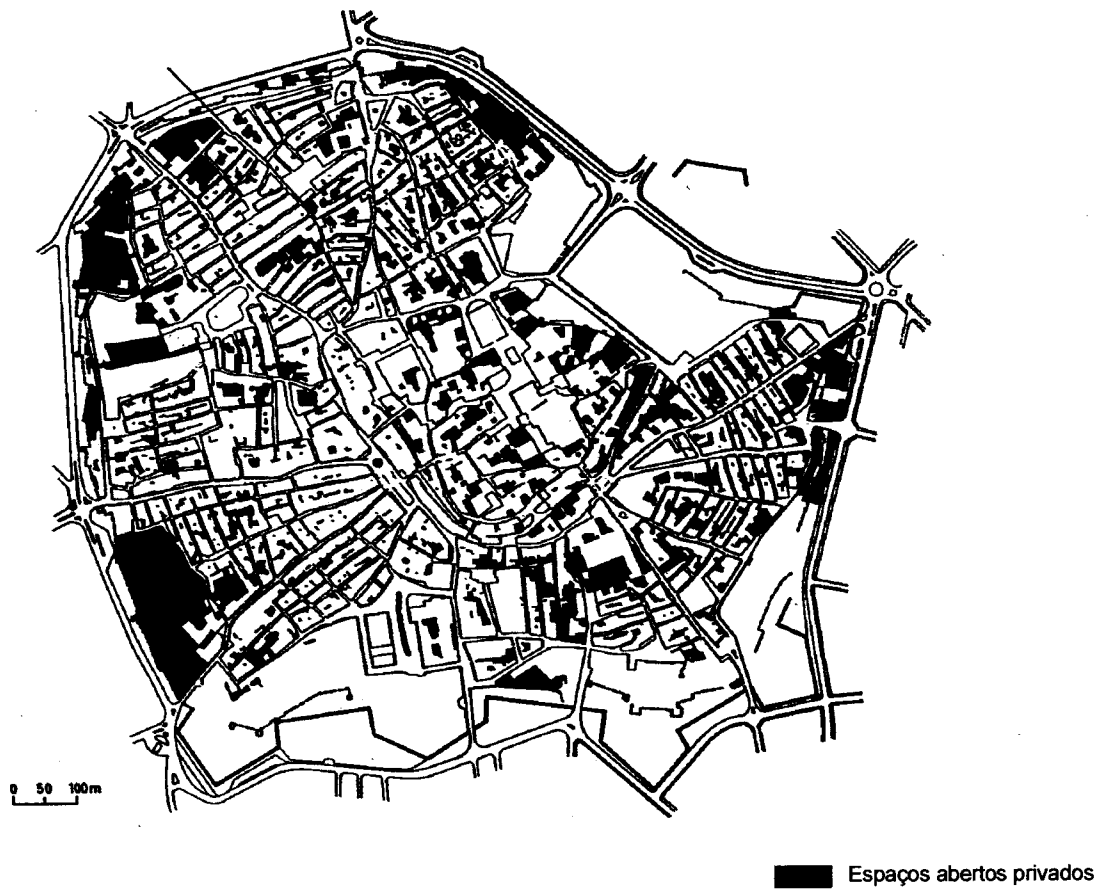


Figura 35 - Planta da cidade intra-muros. Os espaços abertos públicos e privados.

desenvolvimento geometrizado de malhas urbanas. Quanto ao desenvolvimento urbano extra-muros, deve-se à construção do caminho-de-ferro, obra do fim do século XIX. Na direcção da estação, portanto a Sul do recinto urbano, surgem então, ao longo das primeiras décadas, novos bairros e estruturam-se novas vias⁹.

DOS ROSSIOS

O PRIMEIRO ROSSIO

A actual Praça do Giraldo foi certamente o primeiro rossio da cidade. Anterior espaço periférico da urbe, nele se realizaram mercados, feiras, espectáculos e cerimónias variadas (festas, procissões, corridas de touros, entradas e recepções régias, autos-de-fé) e de lá saía o caminho, em direcção a Sul, designado por *corredoura*, “(...)a *corredoira* era o caminho que saía da Porta de Alconchel em direcção a Sul, correspondendo parcialmente às actuais Praça do Giraldo - Rua de Republica”¹⁰. As designações por que foi conhecido justificam-lhe as referidas utilizações, a importância que apresentava no espaço urbano e a evolução tipológica que sofreu, como o ilustram os principais topónimos ou designações conhecidas: «*arravalde apres dhu fazem a feyra*», *Terreiro*, *Praça de Alconchel* e *Praça da Porta de Alconchel*, *Praça do Pão*, *Praça Maior*, *Praça Grande* e *Praça do Giraldo* (desde 1869)¹¹.

⁹ A partir da década de 40 teve início o desenvolvimento de bairros, com ocupação dispersa, na envolvente do centro histórico. A cidade cresceu entretanto em todas as direcções.

¹⁰ BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, p. 51.

¹¹ *Ibidem*, pp. 51, 116 e 129-132; BARBOSA, José M., *Da Praça Pública em Portugal*, Tese de Doutoramento, vol. II, Universidade de Évora, 1993, p. 224 (policopiado).

No período de ocupação romana foi edificado, próximo do lugar onde se encontra hoje a fonte, um pórtico romano¹². Esta edificação traduz-nos a importância já desempenhada por este local neste período e, ainda, nos períodos subsequentes, dado o mesmo lá ter perdurado até ao século XV.

Localizado junto à antiga Porta de Alconchel ou da Selaria da cerca romano-goda, foi pólo de atracção do arrabalde que se desenvolveu ao longo da encosta na direcção Poente¹³ (Fig. 36). No período que sucede a perda de funções da cerca, dá-se a ocupação dos terrenos que lhe eram próximos e expande-se, na direcção da Porta de Alconchel, o arrabalde de S. Francisco¹⁴. Inicia-se, assim, o processo de organização espacial e de significado funcional daquela que foi, e ainda é actualmente, a principal praça da cidade.

A configuração deste espaço urbano foi ocorrendo de forma progressiva. Primeiramente, por iniciativa real, os terrenos próximos à cerca velha foram ocupados com construções de que resultaram as casas sobre arcarias do século XIV e, posteriormente, surgem outros edifícios que foram definindo os limites da praça e assim a sua forma (Fig. 37). De entre estes elementos morfológicos, que caracterizaram este espaço colectivo de grande significado na cidade, destacavam-se os edifícios do Paço dos Estaus, Açougue, Igreja de S. Antão, Cadeia e Paços

¹² "(...)este pórtico converteo, e transformou D. João em fonte(...)"; FONSECA, P.^o Francisco, *Évora Gloriosa*, 1728, p. 107; Cf. ainda RIBEIRO, Orlando, *Évora. Sítio, Origem, Evolução e Funções* in "Estudos de Homenagem a Mariano Feio" (Coord. Raquel Soeiro), Lisboa, INIC e Outros, 1986, p. 382.

¹³ Este arrabalde foi conhecido por arrabalde de Alconchel, dada a proximidade da porta com esse nome.

¹⁴ O convento de S. Francisco foi implantado no «*arrabalde circa corredeira*», numa propriedade à altura suburbana, doada à ordem em 1250. E o arrabalde de S. Francisco, já conhecido em 1280, apresenta como núcleo central o mosteiro dos franciscanos; Cf. BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, pp. 51-52 e 91.

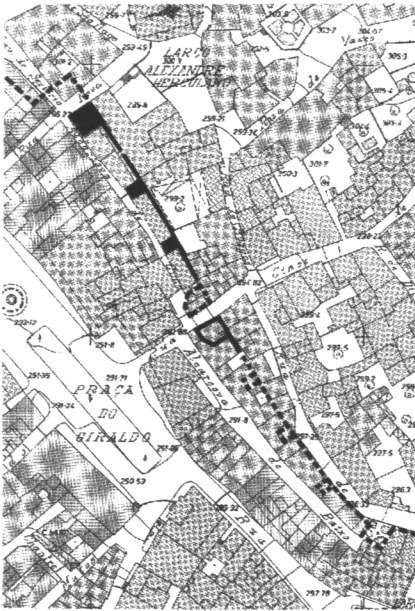


Figura 36 - Troço da muralha romano-goda junto à Praça do Giraldo e Porta de Alconchel ou da Selaria. (M. Lima, 1996)

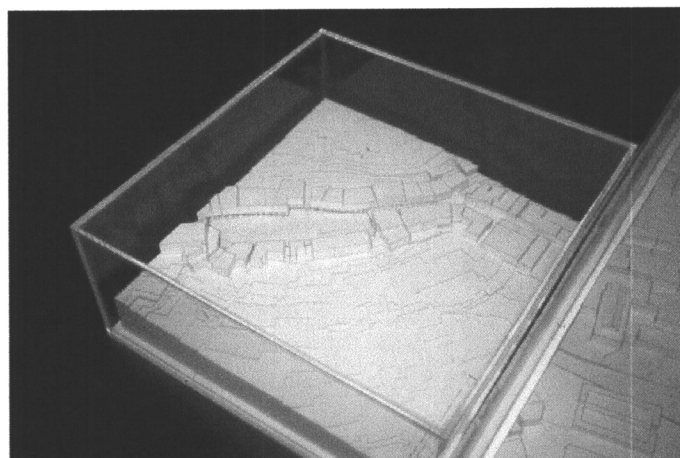


Figura 37 - Maqueta da Praça do Giraldo.

do Concelho, mas também, alguns elementos simbólicos ou utilitários, como o chafariz, a fonte, o pelourinho e o arco. De todos eles, os únicos que permanecem são a igreja e a fonte (ambas do século XVI). Actualmente coexistem elementos arquitectónicos de diferentes épocas, como constituem exemplos: a Oeste da praça, o edifício do século XIX que substituiu os antigos Paço dos Estaus e edifícios de habitação e comércio; a Sul, o Banco de Portugal do início do século XX, construído no lugar dos antigos Paços do Concelho e Cadeia¹⁵.

O ROSSIO DE S. BRÁS

No século XIV, a cidade desenvolveu um novo rossio. Angariação que se enquadra nas competências do concelho, como o comprova A. BEIRANTE, através da carta de D. Dinis de 1311, onde se fica a saber que as obras de utilidade pública como fontes, carreiras e rossios estavam a cargo do concelho, portanto competia ao mesmo o desenvolvimento destas tipologias de espaço ou construção de elementos¹⁶.

Sucedâneo do anterior, localizou-se na periferia urbana a Sul, numa área conhecida por Várzea dos Freires comprada pelo concelho à Ordem de Avis em

¹⁵ Cf. BARBOSA, José M., *Da Praça Pública em Portugal*, Tese de Doutoramento, vol. II, Universidade de Évora, 1993, p. 226 (policopiado); SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, «Cidade em Questão», 2ª ed., n.º 8, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992, p. 388; FONSECA, P.^{de} Francisco, *Évora Gloriosa*, 1728, p. 87.

¹⁶ BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, p. 443.

1319¹⁷. Propriedade que havia sido doada (em 1181) por D. Afonso Henriques ao mestre e Freires de Évora e, em data desconhecida, a doação terá sido revogada e herdada pela Ordem.

O rossio apresentava como limites “(...)o outeiro da corredoura(...)a casa da horta da Ordem de Avis, a Sul, o poço dos freires, a regueira da água e o Outeiro da Vila Nova com suas casas que pertencia à ordem, a Norte”¹⁸.

A aquisição, em particular da Várzea dos Freires, encontra razões nas reivindicações efectuadas pelo concelho, as quais resultaram da Ordem deixar de utilizar esses terrenos, por se ter instalado entretanto em Avis, mas também, devido aos mesmos terem passado a ser utilizados pelo povo¹⁹. Como descreve A. BEIRANTE, o concelho “(...)alegava ter aí servidões de colher palha, erva, correr e fazer alardo [dando] origem a um litígio, entre este e a ordem, que pretendia tapar e valar este herdamento. D. Dinis interveio, em 1299, a favor da ordem, mas a pressão da cidade junto do rei, quexando-se de estar privada de rossio, fez com que o mestre de Avis, em 1319, vendesse ao concelho a sua várzea pelo preço de 2000

¹⁷ Segundo T. ESPANCA, o local teria sido primeiramente designado por «Curral do Concelho» e depois por «Outeiro da Corredoura»; ESPANCA, Túlio, *Património Artístico Municipal. Imóveis*, in “A Cidade de Évora”, n.º 3, Ano I, Junho 1943, p. 80. As designações mais conhecidas são as de Rossio da Várzea dos Freires, Rossio da Corredoura e, mais tarde, tendo perdurado até aos nossos dias a de Rossio de S. Brás (denominação naturalmente posterior à implantação da ermida de S. Brás; desconhece-se, porém, a altura em que assim passou a ser nomeado).

¹⁸ BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, pp. 20,83 e 87.

Os outeiros da Vila Nova, referidos na descrição, correspondem à zona dos actuais Largo dos Castelos e Ruas do Cicioso e Rampa; MONIZ, Manuel, *As Feiras de Évora*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 1, Câmara Municipal de Évora, 1997, p. 77.

¹⁹ MONIZ, Manuel, *As Feiras de Évora*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 1, Câmara Municipal de Évora, 1997, p. 77.

*libras. À Ordem de Avis continuaram a pertencer os foros das casas de vila Nova, bem como os ferragiais e vinhas a Sul do rossio*²⁰.

Assim, a área adquirida para o rossio da cidade não correspondeu à totalidade da grande propriedade da Várzea dos Freires. A aquisição englobou, como seria natural dadas as funções que caracterizam o rossio, a área mais próxima ao núcleo urbano.

Nesta altura a paisagem que se colhia na propriedade era resultado da utilização agrícola do solo que lá ocorria. Vinhas e hortas desenhavam uma paisagem, certamente, compartimentada e fértil²¹.

Próximo e fazendo parte da paisagem que caracterizava o local, no limite Sul da propriedade, localizava-se uma pequena elevação conhecida por «Outeiro da Corredoura». A este lugar associaram-se algumas utilizações específicas como sejam:

- Local de treinos para os cavaleiros, conforme refere M. MONIZ, “(...)os cavaleiros Freires vinham correr e treinar os seus cavalos para estarem aptos a participar nas velozes «algáras» e correrias nos territórios mouriscos ainda não conquistados”²²;
- Vazadouro público, conforme o denunciam as Posturas Antigas, datadas do último quartel do século XIV, ao advertirem os eborenses para que “(...)em todo o rossyo nom lancem esterquo salvo se for em cima do

²⁰ BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, pp. 83-84.

²¹ Cf. *Ibidem*, p. 20.

²² MONIZ, Manuel, *As Feiras de Évora*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 1, Câmara Municipal de Évora, 1997, p. 75.

outeiro da corredoura". A selecção desta elevação como esterqueira encontra, provavelmente, justificações no maior afastamento que esta zona do rossio apresentava relativamente ao núcleo urbano, mas também, na possível associação das actividades que lá se desenvolviam;

- Local de comércio de gado. A este propósito lembremos o significado que a corredoura apresenta no Alentejo - onde se comercializa o gado - donde, a designação que o local toma e as funções que apresenta confirmam-nos esse desempenho particular.

A mencionada utilização agrícola do solo por que se caracterizava a propriedade permanece após a sua aquisição para rossio da cidade. Segundo M. MONIZ "(...)em Junho de 1498, existiam uns ferragiais, localizados a par de S. Brás(...) também um pedaço do Rossio «à mão direita da Porta» foi aforado(...)". A. BEIRANTE, pelo inventário do Tombo Quinhentista, regista-nos a existência do ferragial do chafariz do Rossio e assim, essa utilização agrícola do solo²³. Utilização que terá sido suprimida, em finais do século XV, início do seguinte, resultado do interesse manifestado por D. Manuel em transformá-lo num lugar espaçoso totalmente livre. M. MONIZ ilustra-nos o processo dessa transformação, em "(...)Dezembro de 1498 numa carta dirigida ao Concelho o rei aprova que o terreno que está aforado fique despejado de todos, não se lavre mais, por o mesmo ser necessário à servidão da cidade"; posteriormente em "(...)Agosto de 1505 [o mesmo rei] se regozija pelo o que a Câmara tem feito(...)no rossio, de forma a que este se conserve limpo. Acrescenta que «não consintam que ali façam eiras, nem se lavre

²³ *Ibidem*, p. 78; BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, Lisboa, 1995, p. 289.

nenhum ferragial porque quer que tudo seja limpo, despejado e sem nenhum valado»²⁴. Posteriormente o rossio terá voltado a exercer essas funções agrícolas, como o demonstram os aforamentos do século XVIII, referidos por M. MONIZ, que concretizavam áreas cultivadas em parte do rossio²⁵.

Dentro das funções agrícolas desempenhadas pelo rossio destacam-se ainda as actividades ligadas à pecuária. Nele se localizou o «Curral do Concelho», estrutura constituída por três construções distintas e implantada na zona mais a Nascente do rossio²⁶; pelo Tombo Municipal de 1651, conhece-se o local onde este foi posicionado “(...)junto á estrada que vai entre elle e os castellos para a porta do Rocio e fica da banda do Sul defronte dos dittos Castellos(...)”²⁷.

Igualmente relacionado com a utilização pecuária, encontram-se referências aos vários animais que pastavam, circulavam ou eram criados no rossio como patos, porcos e bestas. Pelas disposições das *Postura Antigas e Regimento da Cidade* sabe-se que os patos, que se criavam em redor da cidade, danificavam os rossios do concelho e tiravam o espaço às bestas que lá pastavam, donde cada morador só podia trazer no rossio duas patas, os porcos encontravam-se proibidos de foçarem no rossio e as bestas travadas podiam lá pastar²⁸.

²⁴ *Ibidem*, pp. 78-79.

²⁵ *Ibidem*, p. 82.

²⁶ Essas três estruturas são: o curral onde permaneciam os gados (encontrados a danificar culturas), o curral redondo onde se matava o gado dos carneiros e a casa do curraleiro; BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, p. 289.

²⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Fors e Próprios do Concelho. Tombo Municipal de 1651*, in “A Cidade de Évora”, n.º 13-14, Ano V, Junho – Setembro 1947, p. 278.

²⁸ BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, pp. 384, 386 e 387.

A função comercial foi, e continua a ser actualmente, de grande importância e significado neste espaço.

O rossio é local de feiras, provavelmente desde meados do século XIV, altura em que a Feira de Santiago²⁹ foi transferida da Praça da Cidade para o rossio de S. Brás e, mais recentemente, local de mercados semanais e mensais. A feira mais conhecida, a de S. João, nele ocorre desde 1563 e ainda hoje lá se realiza. Outras, de importância mais reduzida e data posterior, acentuam esta função comercial como a dos Ramos a de N.ª Sr.ª das Candeias³⁰.

As feiras e mercados exclusivamente de gado também lá ocorreram até 1940, altura em que se passaram a realizar no local conhecido por Chafariz das Bravas.

O rossio desempenhou ainda outras funções muito variadas e distintas, o que lhe comprova o tantas vezes referido carácter plurifuncional. Utilizado como local propício às actividades mais utilitárias, às de defesa, culto, justiça, políticas e às de recreio, o rossio foi palco ou agente das seguintes práticas ou acontecimentos que exemplificam essas utilizações: vazadouro público; paiol de pólvora; ensaios de práticas militares e local de reunião de exércitos (Fig. 38); recepções régias; execução de autos-de-fé; “campo de batalha” durante os assédios de 1663 das guerras da Restauração (o que se justifica pela proximidade que apresentava

²⁹ Inicialmente feira anual, no final do século XIV é semanal onde, para além dos produtos de abastecimento não diário, se vendia gado. Na altura o abastecimento quotidiano era feito no açougue e no mercado ao ar livre que se efectuava no primeiro rossio da cidade; *Ibidem*, pp. 456-457.

³⁰ A feira dos Ramos (desde 1839) destinava-se principalmente aos criadores de gado; a de N.ª Sr.ª das Candeias (franca desde o século XVI) ou feira dos Pucarinhos, apresentou primeiro uma função mais religiosa ligada à ermida de S. Brás e, depois, foi local de venda de loiças de barro e de gado; Cf. MONIZ, Manuel, *As Feiras de Évora*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 1, Câmara Municipal de Évora, 1997, pp. 49, 65 e segs.



Figura 38 - O rossio de S. Brás em 1889.
Local de ensaios e outras práticas militares. (T. Espanca, 1953)

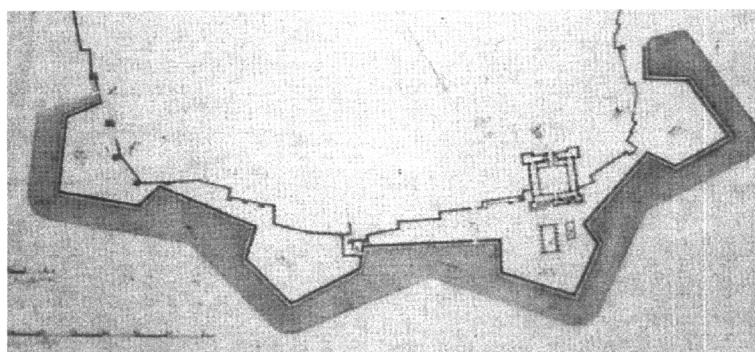


Figura 39 - A muralha medieval e as fortificações modernas a Sul da cidade.
(Extracto do doc. "Planta das Muralhas de Évora, de 1806"; M. Lima, 1996)

relativamente ao castelo e a três portas da cidade); festas, como a Batalha da Flores (século XVIII), da malha e do carnaval; espectáculos de companhias ambulantes de teatro e das primeiras projecções cinematográficas, de circo e, mais recentemente, de música; conferências da Reforma Agrária; eventos desportivos, etc.

Relativamente às características espaciais do rossio, com base em documentos históricos referentes às medições efectuadas no século XVI, obtivemos alguns dados acerca da sua forma e dimensão. Com cerca de 22 ha, portanto significativamente extenso, apresenta uma forma tendencialmente rectangular, ainda que irregular, pelas dimensões conhecidas - no sentido Norte/Sul aproximadamente 333 m e no sentido Oeste/Este cerca de 665 m ³¹. Desenvolvia-se desde toda a frente Sul da muralha medieval, numa extensão que incluía a ermida de S. Brás e proximidades do chafariz D'el Rei; nesta última direcção era "(...)como uma lingoa muito estreita com pouca largura(...)" que ligava à muralha, junto ao Castelo³².

Ainda no século XVII o rossio vê suprimida, na zona mais a Norte, uma faixa de terreno mais ou menos irregular. Responsável por essa redução encontrou-se a construção dos baluartes do Príncipe, Lippe e do Picadeiro³³ (Fig. 39). O baluarte do

³¹ "(...)303 varas no sentido Norte-Sul e 604,5 varas no de Oeste-Leste na sua maior largura"; BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNIC, 1995, p. 87.

³² CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Foros e Próprios do Concelho. Tombo Municipal de 1651*, in "A Cidade de Évora", n.º 13-14, Ano V, Junho - Setembro 1947, pp. 275-278.

A fundação da muralha medieval, durante o segundo quartel no século XIV, definiu o limite Norte do espaço rossio. Não existem provas documentais da data precisa do seu início sendo geralmente aceite a fundação durante o reinado de D. Afonso IV (1325 a 1357); LIMA, Miguel, *O Recinto Amuralhado de Évora*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, Estar Editora, 1996, pp. 39 e 50.

³³ A data de construção desses baluartes corresponde aproximadamente ao terceiro quartel do século XVII: Príncipe e Lippe (1651) e Picadeiro (1680); *Ibidem*, pp. 62-64.

Lippe construído no local da Porta do Rossio, assegurou a continuidade desta abertura através da construção uma nova porta que se abriu no baluarte. Esta segunda porta, igualmente denominada por Porta do Rossio, localizou-se nas proximidades da primeira.

Quanto aos elementos morfológicos do espaço rossio, encontram-se alguns de grande significado e importância, nomeadamente os edifícios religiosos e ainda os elementos tipológicos inertes.

A ermida de S. Brás, fundada em finais do século XV, no lugar conhecido por «Outeiro da Corredoura», ocupou o local onde anos antes se havia instalado um hospital provisório, para refúgio e tratamento das vítimas da peste³⁴. À construção da ermida associaram-se outras edificações no local. Em frente à fachada principal encontravam-se edificadas as conhecidas «casas do ermitão de S. Brás», que se localizaram a Poente do caminho que se desenvolvia em direcção a Beja³⁵. Igualmente fazendo parte do património religioso ocorreu, sobre a torre da muralha medieval junto à Porta do Rossio, uma capela fundada em 1623 pelos mordomos de Nossa Senhora da Alegria.

Os elementos tipológicos inertes correspondem essencialmente a elementos utilitários, como sejam os poços, a fonte e o tanque. Os poços, determinantes para o desenvolvimento da actividade agrícola, são uma presença constante durante todo o período em que o espaço assumiu funções produtivas. No Tombo Municipal

³⁴ Cf. ESPANCA, Túlio, *Património Artístico Municipal. Imóveis. A Ermida de S. Brás*, in "A Cidade de Évora", n.º 1, Ano 1º, Dezembro 1942, p. 81.

³⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Foros e Próprios do Concelho. Tombo Municipal de 1651*, in "A Cidade de Évora", n.º 15-16, Ano VI, Março - Junho 1948, p. 310.

de 1651, na referência das coisas que existiam no rossio, acusa-se a existência de um poço “(...)que fica da entrada que vai da Cidade para a Igreja de São Bras á banda poente ao qual se sobe por dous degraos(...)este poso tem agoa bastante e não se seruem delle posto que se entende que antigamente seruia de darem de beber aos gados(...)”³⁶. A fonte e o tanque foram construídos no decorrer da chegada de água à cidade, portanto, com a construção do aqueduto da Água da Prata³⁷. O tanque, que ficou sobranceiro ao chafariz no lado Oriental, foi destruído nos primeiros anos deste século e a fonte ainda lá permanece. Conhece-se ainda, pelo citado Tombo, um elemento simbólico “(...)sahindo della [Porta do Rossio] á mão direita tem este caluraio quatro degraos de pedraria e no simo della huma Coluna de pedra marmor, e no remate della huma Cruz com hum Christo(...)”³⁸.

Os elementos vivos presentes, essencialmente resultado da utilização agrícola de que o rossio era alvo, formalizavam um espaço eventualmente algo compartimentado e diversificado.

Conhece-se, no entanto, a presença de vegetação utilizada com outros objectivos, nomeadamente os que se prendem com a valorização deste espaço público. As alamedas demonstram essas preocupações, não só porque qualificam os percursos a que se associam, mas principalmente, devido ao facto de reforçarem os principais eixos que se estabelecem no espaço. Uma dessas alamedas foi plantada por determinação régia, ao longo dos fossos e barbacã do castelo, em

³⁶ *Ibidem*, p. 307.

³⁷ Em 1592 “(...)Filipe I de Portugal ordenou ao Senado a construção do Chafariz e tanque do Rocio”; ESPANCA, Túlio, *Património Artístico Municipal. Imóveis. A Ermida de S. Brás*, in “A Cidade de Évora”, n.º 1, Ano 1º, Dezembro 1942, p. 80.

³⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Foros e Próprios do Concelho. Tombo Municipal de 1651*, in “A Cidade de Évora”, n.º 15-16, Ano VI, Março - Junho 1948, p. 303.

inícios do século XVII, e outras, de desenvolvimento mais central e em articulação com as portas da muralha, formalizaram os eixos de circulação mais importantes³⁹ (Fig. 40 e 41). Pela forma isolada como as alamedas se dispõem no rossio, conclui-se tratar-se de intervenções pontuais de ornamentação e de ensombramento, que visam uma maior apazibilidade do espaço, como o comprovam as plantações ao longo dos principais percursos e ao longo dos fossos e barbacã que se localizaram junto ao castelo. Nesta última situação, a intervenção justifica-se certamente como operação de valorização estética do castelo, podendo ainda corresponder a uma tentativa de obstrução ao vazadouro frequente nestas áreas.

Relativamente à estruturação viária que se estabeleceu no rossio, adivinha-se uma situação de reduzida organização e expressão com caminhos principais e secundários. Aos primeiros correspondem os percursos que estabeleciam a ligação da cidade com a região mais a Sul, atravessando ou delimitando parcialmente o espaço, e aos segundos, correspondem os percursos que colocavam em comunicação directa áreas distintas do mesmo. São exemplos, nomeadamente, os caminhos que das Portas do Rossio, da Mesquita e da Rampa se direccionam a Beja ou a Viana do Alentejo e os caminhos que ligavam a Porta da Mesquita com a ermida de S. Brás e a Porta do Rossio com o curral do concelho. No Tombo Municipal de 1651 alguns desses caminhos são referidos a propósito dos bens próprios do concelho ou nas medições do rossio: a *“(...)Igreja de São Brás que está neste Rocio quazi no fim delle entre os dous caminhos que vão para Beja(...)”* ;

³⁹ ESPANCA, Túlio, *Património Artístico Municipal. Imóveis. A Ermida de S. Brás*, in “A Cidade de Évora”, n.º 1, Ano 1º, Dezembro 1942, pp. 80-81.

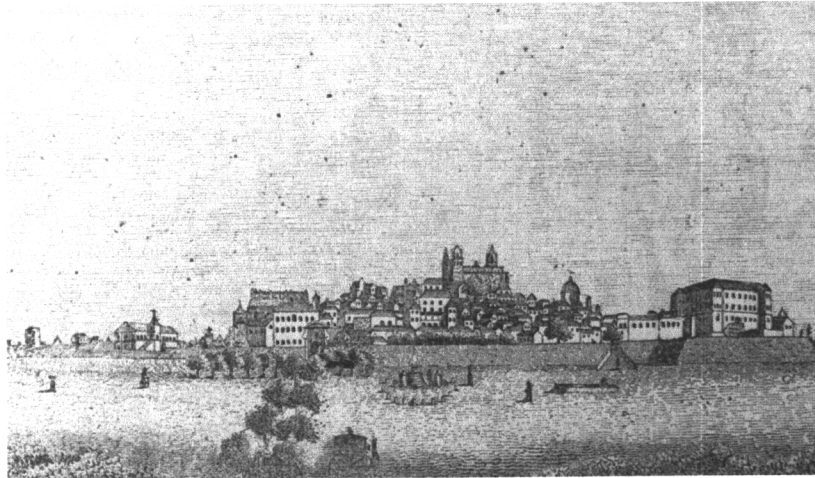


Figura 40 - Imagem do rossio de S. Brás em 1844.
(segundo desenho de Esquível; J. Rosa, 1926)

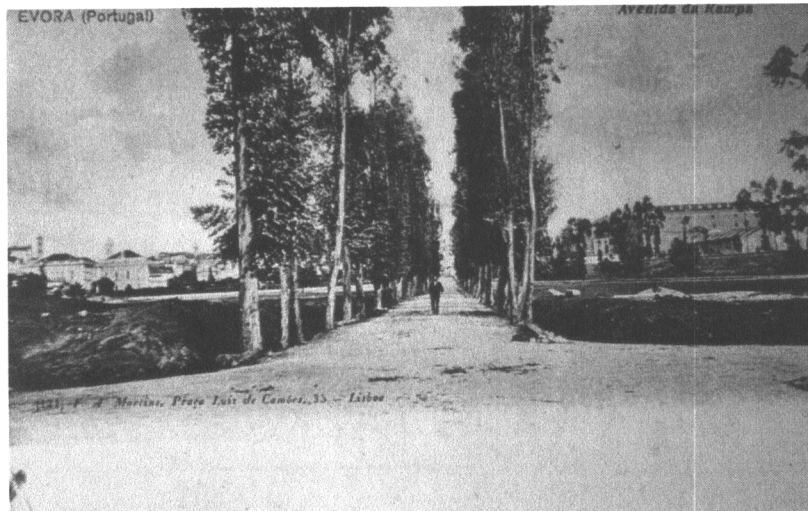


Figura 41 - Uma das alamedas do rossio. A Avenida da Rampa.
(imagem reproduzida a partir de slide da CME)

“(...)e medindo(...)athe o canto da caza do Irmão de são Bras sempre com a cara no nascente atraessando a estrada que vay para Vianna(...)”;

o “(...)Curral do Concelho(...)o qual está junto á estrada que vai entre elle e os Castelos para a porta do Rocio(...)”⁴⁰.

Procurámos, até aqui, ilustrar as características espaciais, funções e apropriações ocorridas no rossio, na generalidade, até ao século XIX, altura em que teve início a configuração de um espaço, em tudo distinto do até aqui analisado. É sobre este novo período que centraremos, de seguida, a nossa atenção de forma a que possamos analisar as mais recentes apropriações espaciais e funcionais e as repercussões espaciais que estas concretizaram.

Conforme já tivemos oportunidade de referir, foi com a construção do caminho-de-ferro (1863) e a localização da estação à margem da cidade, que teve início, na direcção Sul, o desenvolvimento da cidade extra-muros (Fig. 42). O Rossio de S. Brás viu-se, então, envolvido nesse crescimento dada a localização que apresentava entre o centro urbano e o novo pólo de atracção - símbolo do progresso. A proposta aprovada, mas não concretizada, de alteração da designação de Porta do Rossio para «Porta do Progresso» confirma-nos a importância e simbologia desse novo pólo⁴¹.

⁴⁰ Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Foros e Próprios do Concelho. Tombo Municipal de 1651*, in “A Cidade de Évora”, n.º 13-14, Ano V, Junho - Setembro 1947, pp. 275-278; *Idem, Foros e Próprios do Concelho. Tombo Municipal de 1651*, “A Cidade de Évora”, n.º 15-16, Ano VI, Março - Junho 1948, pp. 305-314.

⁴¹ MONIZ, Manuel, *As Feiras de Évora*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 1, Câmara Municipal de Évora, 1997, p. 84.



Figura 42 - A localização do caminho-de-ferro a Sul da cidade.

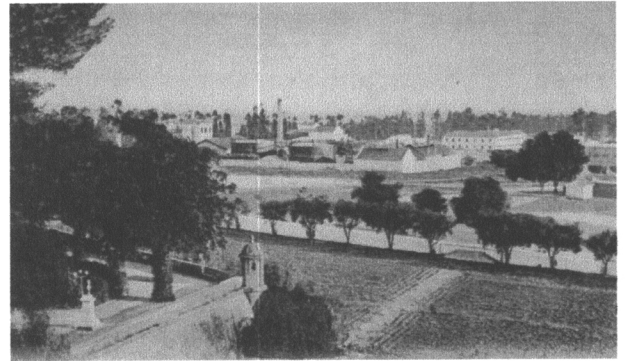
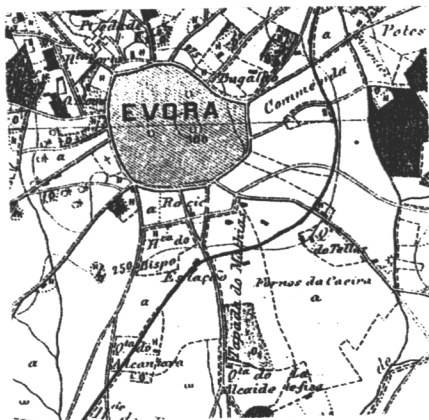


Figura 43 - O jardim público e uma horta no primeiro plano, no plano intermédio o rossio e a unidade industrial. (imagem reproduzida a partir de slide da CME)



0 500 m

Figura 44 - Planta Corográfica, 1892.



Figura 45 - O nivelamento do solo efectuado no rossio. (imagem reproduzida a partir de slide da CME)

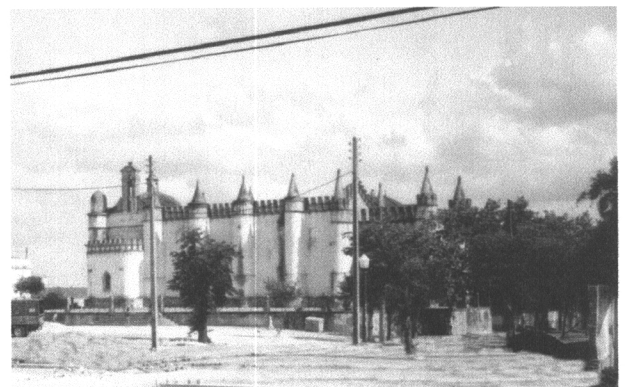


Figura 46 - A situação de sobreelevação da ermida de S. Brás

O referido envolvimento inicia-se com a construção da denominada «Avenida da Estação». Avenida a que corresponde um eixo, implantado entre a Porta do Rossio e a estação, que assim estabeleceu a imprescindível, e mais directa, ligação da cidade com o novo meio de transporte.

Consequentemente a Avenida da Estação e o rossio da cidade passam a constituir um pólo de atracção urbano. O que se comprova pelas apropriações de que foram alvo (como veremos mais à frente) e pela ideia, por essa altura manifestada pela Câmara, de expansão da cidade nessa direcção, onde o município “(...)pode ter na concessão de terrenos próprios d’aquelle local uma boa receita(...)”⁴². Gera-se, então, a nova fase de apropriação espacial, desta vez predominantemente centrada em novas funções, sejam as residenciais e industriais ou ainda outras como as culturais (Fig. 43).

Aliada à mais recente aptidão do espaço, e com a sua concretização, teve início o desenvolvimento de uma estruturação viária mais complexa (Fig. 44). Nesta estruturação, onde se asseguraram as principais ligações no interior do espaço e deste com a periferia urbana em expansão, a estação constituiu o grande elemento impulsionador da maioria dos traçados. A divisão de novos cantões de estradas, efectuada pela Câmara no final do século passado, dá-nos uma ideia das principais estradas existentes no rossio e suas proximidades: “5º cantão - Porta de Alconchel à Porta do Rocio(...) de S. Braz à Fonte Nova(...)6º cantão - Porta do Rocio à ponte da Caura [?], adicionando-se os lanços de S. Braz à estrada do chafariz de El-Rei(...)”. Mais tarde, no início do século, confirma-se a existência de outros troços pelo lançamento de um concurso para reparação da estrada da circunvalação nos

⁴²

LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1893 (em 20 de Março), p. 131.

seguintes trechos: Porta de Avis / Rocio de S. Brás; Porta do Rocio / Moinho do Cutorto; Porta do Rocio / Capela de S. Brás e da Rampa à mesma capela⁴³.

Dadas as funções que tiveram continuidade no rossio e as mencionadas mais recentes apropriações, que concretizaram a redução da sua área, justificam-se as intervenções efectuadas no decorrer do século XIX, que tiveram como propósito a obtenção de mais espaço. Referimo-nos às operações de nivelamento do solo e de eliminação de elementos arbóreos⁴⁴ (Fig. 45). O nivelamento terá dado origem à situação de sobrelevação em que se encontram actualmente a ermida de S. Brás (e moradia que a ladeia a Sul) concretizando, portanto, a eliminação do «outeiro da corredoura» (Fig. 46).

A ocupação desta recente área de expansão com edifícios residenciais foi concretizada, essencialmente, no segundo quartel deste século, ainda que as intenções de edificação por parte de particulares e do próprio município tenham tido início no final do século XIX⁴⁵. A ocupação foi efectuada, primeiramente, ao longo da

⁴³ LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Anos 1873 (em 21 de Julho) e 1912 (em 1 de Fevereiro).

⁴⁴ As primeiras grandes obras de nivelamento do rossio e artérias adjacentes ocorreram em 1827 e posteriormente em 1878; Cf. ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, n.º VII, Lisboa, Academia Nacional de Belas - Artes, 1966, p. 13; Cf. ainda LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Anos 1878 (em 23 de Dezembro) e 1899 (em 22 de Junho e 12 de Outubro).

Os elementos arbóreos a que nos referimos correspondem às arborizações com amoreiras e choupos (efectuadas em 1870 na extremidade Ocidental do rossio) e às, já mencionadas, alamedas que se estabeleceram desde a Porta da Rampa à ermida e as que se desenvolviam a partir da Porta do Rossio; Cf. LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1889 (em 15 de Abril), p. 20.

⁴⁵ Conhecem-se algumas propostas de venda de terrenos para edificação na parte Ocidental do rossio e na proximidade da ermida de S. Brás. Mais tarde, igualmente para a parte mais Ocidental, um vereador propõe a construção de um bairro aristocrático que designa por Bairro do Cenáculo. A proposta foi aprovada ainda que, pela descrição do projecto, não tenha sido concretizada. Posteriormente a Câmara adquire terrenos ao longo da Av. Barahona (anterior Av. da Estação) para construção de habitações; LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Anos 1890 (em 28 de Abril), 1893 (em 27 de Março, 22 de Maio e 14 e 24 de Julho) e segs., 1909 (em 16 de Dezembro) e 1919 (em 18 de Novembro).

Avenida da Estação e no limite Oriental do rossio (Bairro do Chafariz D'el Rei), posteriormente, na parte Ocidental do mesmo (Bairro do Rossio Ocidental - com traçado que parece ter sido planeado), e por último, já na década de 50, na parte Oriental do rossio e ao longo da segunda via que se estrutura em direcção à estação (Av. dos Combatentes G. Guerra) (Fig. 47).

Relativamente à ocupação do espaço com edifícios industriais estes localizaram-se, por motivos de maior proximidade ao novo meio de transporte, ao longo dos eixos viários que ligam a cidade à estação, portanto, sempre a Sul do rossio. No entanto a primeira unidade industrial, implantada em finais do século XIX neste sector, foi localizada na extremidade Sul do rossio, junto à ermida de S. Brás, logo, num local excepcionalmente bem localizado⁴⁶ (Fig. 48).

Os equipamentos culturais, de educação e de recreio localizaram-se obviamente em zonas de maior proximidade ao núcleo urbano. Dentro destes equipamentos encontra-se a Praça de Touros, edificada ainda no final do século passado, próximo do Baluarte do Príncipe, a Escola Primária e o Parque Infantil, construídos aproximadamente em meados deste século, nomeadamente, junto ao Baluarte do Picadeiro e entre os Baluartes do Príncipe e do Conde de Lippe⁴⁷ (Fig. 49). Incluídos ainda dentro desses equipamentos encontram-se, dada a ocupação

⁴⁶ A unidade industrial a que nos referimos é a indústria da Companhia de Iluminação de Gás (de 1889). Indústria que foi substituída na década de 30 por uma fábrica de Cortiça, esta última funcionou até 1975.

⁴⁷ A aptidão do espaço para localização de equipamentos de educação já havia sido notada, anos antes, com a aprovação de cedência de terrenos para implantação da Escola Industrial e Comercial de Évora - equipamento que não foi construído. Ao que parece, foi nesse mesmo local que se implantou, em 1948, a escola primária.

O Parque Infantil foi construído em 1963 no espaço conhecido por Horta dos Soldados, conforme proposta do Plano de Urbanização de Gröer.



Figura 47 - Fotografia aérea da cidade de Évora em 1949. (M. Feio, 1983)

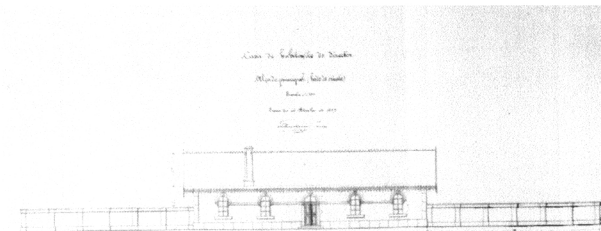
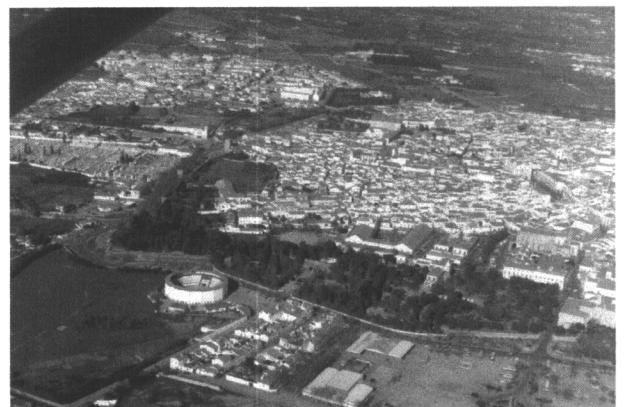


Figura 48 - Alçado principal da casa de habitação do director da unidade industrial implantada no rossio. Edifício localizado no espaço fronteiro à ermida de S. Brás, entre esta e a referida indústria.

Figura 49 - Vista aérea da parte ocidental do rossio. O jardim público nos baluartes do Príncipe e do Conde de Lippe e o parque infantil entre ambos - verde urbano que limita o rossio a Norte. Ainda visíveis, a praça de touros e o "monte alentejano". (imagem reproduzida a partir de slide da CME)



preferencial a que foram e são sujeitos, o «Monte Alentejano» (construído pelo Grémio da Lavoura na década de 60) e as estruturas provisórias, que ainda hoje lá permanecem, designadas por «pavilhões» (da década de 70). Conhece-se também a existência de um primeiro equipamento hoteleiro (do início do século), o que não se estranha, dada a localização do rossio na proximidade do novo meio de transporte que ligava a cidade a outras regiões; desconhece-se, porém, a localização deste equipamento⁴⁸. A oferta deste serviço teve continuidade com a recente unidade hoteleira implantada, no espaço fronteiro à ermida de S. Brás, no local onde se havia localizado a já referida unidade industrial.

Todas estas mais recentes apropriações do espaço rossio (local de residência, de industria e de equipamentos) que se caracterizam por apresentar funções de carácter marcadamente urbano, foram mantidas em simultâneo, ainda durante algum tempo, com algumas das conhecidas utilizações “especiais” que o rossio apresentava. Referimo-nos à sua manutenção como local de vazadouro público e de apascentamento e venda periódica de gados, utilizações que ocorreram até próximo de meados do século⁴⁹.

⁴⁸ A referência encontrada corresponde a uma estalagem designada por «Estalagem Bacharel»; Cf. LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1929 (em 14 de Março), p. 81.

⁴⁹ A utilização do rossio como vazadouro público só termina em 1940, contudo, em 1945 ainda se tomavam providências para evitar que fossem apascentados gados no rossio; LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1945 (em 23 de Fevereiro), p. 138v.

As feiras e mercados de gado foram transferidos, como já referimos, em 1939 para o lugar conhecido por Chafariz das Bravas por “(...)razões de higiene, visto o Rossio ficar à entrada da cidade e da estética do mesmo(...)hoje um dos pontos mais interessantes de Évora”; LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Anos 1938 (em 29 de Junho e 23 de Setembro), p. 54 e 75.

Conhece-se ainda a existência de um paiol de pólvora, na zona Ocidental do rossio junto às muralhas, o qual lá terá permanecido, pelo menos, até 1926; LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1924 (em 13 de Dezembro), p. 32.

A qualificação do espaço aberto que entretanto se configurava, foi efectuada somente ao longo do eixo concretizado pela Av. da Estação, posteriormente designada por Av. Barahona.

A intervenção contemplou para além da implantação de uma alameda - que acentuou assim a estruturação espacial - a pavimentação da via, a colocação de mobiliário urbano e, mais tarde, a implantação e enquadramento do Monumento aos Mortos da Grande Guerra. O monumento, inaugurado em 1933, apresenta uma localização que respeita e reforça a importância do eixo e acentua ainda a zona central do rossio, dado o posicionamento centralizado em que ocorre. Bancos, iluminação e quiosques públicos serviam, na zona da avenida que atravessa o rossio, o importante eixo pedonal e acusavam, sobretudo, devido a essa localização, a importância do local e sua aptidão ao convívio e lazer da população⁵⁰ (Fig. 50).

Admite-se ainda que na intervenção de valorização desse eixo se tenha procurado estabelecer uma ligação física e visual e, eventualmente, alguma continuidade funcional com o grande espaço exterior público da cidade intra-muros, que desde a década de 60 do século passado, confronta com o rossio. Referimo-nos naturalmente ao Jardim Público, espaço público que na altura desempenhava importantes funções sociais, devido ao facto de no mesmo se proporcionarem diversificadas actividades lúdicas⁵¹.

⁵⁰ Os já inexistentes candeeiros de iluminação pública datam de 1863, os bancos oferecidos por um particular de 1893 e os quatro quiosques, dos quais um ainda lá permanece, do primeiro quartel do século.

⁵¹ O Jardim Público foi implantado no espaço onde fora localizado o Paço Real e seu horto, portanto, em parte da área da antiga cerca do Convento de S. Francisco.



("A Cidade de Évora", n.º 65, 66.)

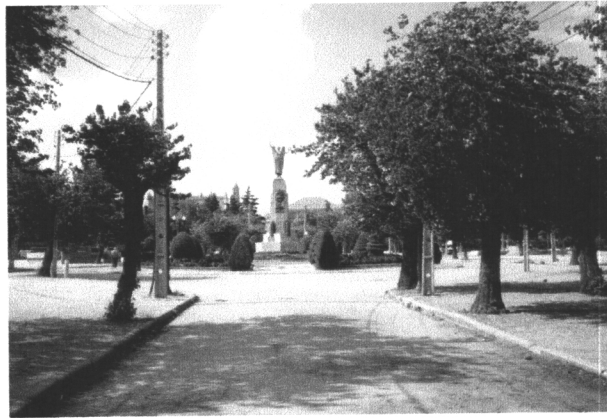


Figura 50 - A Avenida da Estação. Os quiosques, a alameda e o monumento.

A apropriação do espaço rossio que temos vindo a referir concretiza, por um lado, a redução substancial da sua área e, por outro, a regularização da sua forma. O espaço aberto que entretanto se configura, fica compreendido entre a muralha e a ermida de S. Brás, na extensão menor, e entre os Baluarte do Lippe e do Picadeiro, na extensão maior.

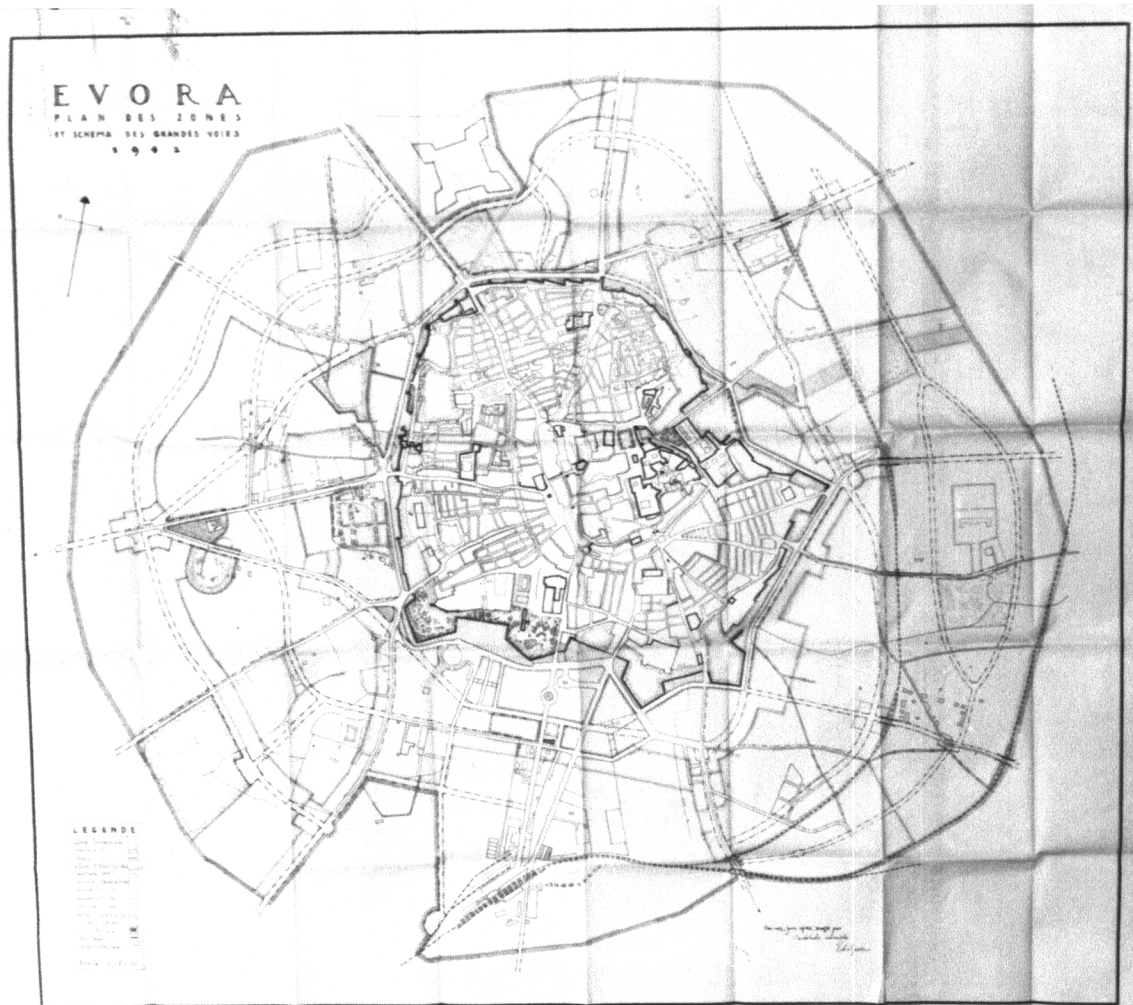
Dada a definição do espaço aberto, agora apresentada, parece-nos conveniente destacar uma particularidade que se relaciona com a parte que apresenta na proximidade das muralhas. Trata-se de uma área livre, isenta de quaisquer edificações, a que correspondem os anteriores fossos, assim deixada à semelhança do ocorrido com a grande parte da envolvente exterior ao recinto muralhado. A manutenção deste espaço livre justifica-se, provavelmente, pelo facto de só recentemente o município ficar com a posse dos terrenos que incluíam a muralha e fossos adjacentes⁵². Ainda que livres, estas áreas no rossio não foram, no entanto, sempre mantidas como espaço público, como o comprova a venda e posterior retoma ao município da área conhecida por Pomar das Laranjeiras⁵³ (Fig. 51). Esta circunstância deve-se, provavelmente, ao facto do município ter considerado na sua posse esses terrenos, simplesmente porque incluídos no espaço público rossio.

⁵² O Município iniciara em meados do século XIX tentativas para obtenção da concessão das fortificações (muralhas e fossos) à cidade. Transferência só conseguida em 1946, com o encargo do município manter as fortificações como logradouros públicos; Cf. LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1946 (em 4 de Janeiro e 8 de Novembro), pp. 60 e 177. Entretanto já havia ocorrido a classificação das muralhas como Monumento Nacional (Dec. 29/Set/1921 n.º 11.773 de 23/Jun/1909).

⁵³ Um particular adquiriu o referido terreno (na década de 60 do século passado) - localizado entre a Porta do Rossio e a Rampa na zona anexa às muralhas - com o fim da sua utilização para logradouro do palácio Barahona. Recentemente o terreno foi readquirido pelo município; Cf. LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1864 (em 14 de Janeiro); CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Carta ao Eng. António Pinto Basto*, Informação n.º 1877/71, em 22.04.1971.



Figura 51 - O Pomar das Laranjeiras.



**Figura 52 - Plano de Urbanização de cidade de Évora, "Plan des Zones", 1942.
(E. Gröer, 1942)**

Por último, e com o intuito de analisar o que os diversos planos municipais de ocupação do solo definiram para o rossio e zonas envolventes, procuraremos sistematizar as ocupações, usos e transformações, estabelecidas e concretizadas.

No primeiro Plano de Urbanização da cidade de 1941/45 (Fig. 52), só aprovada a fase de Ante-Plano, previa-se a manutenção do rossio como “(...)praça destinada às feiras(...)” e considerava-se que a cidade extra-muros não necessitava de mais espaços públicos, dada a existência do vasto rossio, do campo da feira de gado (Chafariz das Bravas) e de outros terrenos livres pertencentes ao município⁵⁴.

A acompanhar a proposta encontravam-se as seguintes intenções de intervenção pontual na zona do rossio: ampliação do jardim público pela construção do parque infantil, a efectuar no fosso compreendido entre os baluartes do Príncipe e Lippe; plantação de árvores de alinhamento para assegurar sombra; e desenvolvimento de um eixo viário de circulação periférica à cidade, próximo do seu limite Sul⁵⁵.

Com o Plano Director Municipal⁵⁶, concluído em 1979, classifica-se o rossio como «área afecta a equipamento» e como «área de arborização de enquadramento da rede viária» nomeadamente nas cartas de Uso do Solo e da

⁵⁴ GRÖER, Étienne, *Ante-Projecto de Urbanização da Cidade de Évora. Relatório*, in “A Cidade de Évora”, n.º 39-40, Anos 14-15, Janeiro - Dezembro 1957-58, pp. 222-223; *Idem, Plau D'aménagement D'extension et D'embellissement de la Ville de Évora*, (Esquisse), Câmara Municipal de Évora, «s/d.».

Étienne de Gröer não chegou a apresentar a fase final do Plano de Urbanização da cidade o que significa inexistência de um plano aprovado, porque não concluído. Este plano foi antecedido por outro, elaborado pelo município mas não aprovado pelo Ministério das Obras Públicas; LIVRO DE ACTAS das sessões da Câmara Municipal de Évora, Ano 1941 (em 30 de Maio), p. 5.

⁵⁵ O eixo viário que, infelizmente, acabou por ser construído na década de noventa, concretiza a fragmentação do espaço devido à divisão física que estabelece entre as duas partes que formaliza.

⁵⁶ Plano Director Municipal (PDM) que inclui o Plano Concelhio e o Plano Geral de Urbanização da cidade de Évora.

Estrutura Verde Principal. E, com o Plano Geral de Urbanização (Fig. 53), definem-se as seguintes propostas: manutenção do rossio como local de realização de feiras, mercados e reuniões; estudo da pavimentação no sentido de garantir uma melhor drenagem e estabilização da superfície, devendo ser evitada a impermeabilização do solo; o estudo da instalação de edifícios para actividades de convívio e culturais; a construção de um parque de estacionamento para cerca de 110 viaturas; e a transferência do estacionamento de viaturas pesadas para outros locais. Para as áreas ainda livres que se localizavam na parte Sudoeste do rossio: zona verde de enquadramento paisagístico, no espaço fronteiro à ermida de S. Brás, e a expansão de áreas habitacionais de alta densidade onde se admitiam outras funções, desde que compatíveis com a predominantemente habitacional.

Tendo em conta o determinado nos referidos instrumentos de ordenamento do território, podemos concluir que estes foram genericamente respeitados como o comprova a situação actual do rossio, espaço de feira, de mercados e de reuniões e a recente, e única, localização de equipamentos na sua extremidade Sudoeste⁵⁷. Quanto às propostas pontuais que envolviam, não foram, na generalidade, consumadas. As excepções correspondem, como já vimos, à construção do parque infantil e da nova circular à muralha.

⁵⁷ É só na presente década que surge o debate público sobre a alteração da localização da Feira de S. João, o que se deve à dimensão do rossio já ser desajustada à realização da actual feira. Esta intenção de realocação da feira já havia sido levantada, em 1970, pela equipa que trabalhou na realização de um primeiro Plano Director da cidade - plano antecessor do anteriormente referido, não aprovado, realizado pela equipa Prof. Jorge Gaspar, Arq. Conceição Silva e Arq. Tomás Taveira; Cf. SILVA, Conceição, *Carta à Câmara Municipal de Évora, em 04.02.1970*.

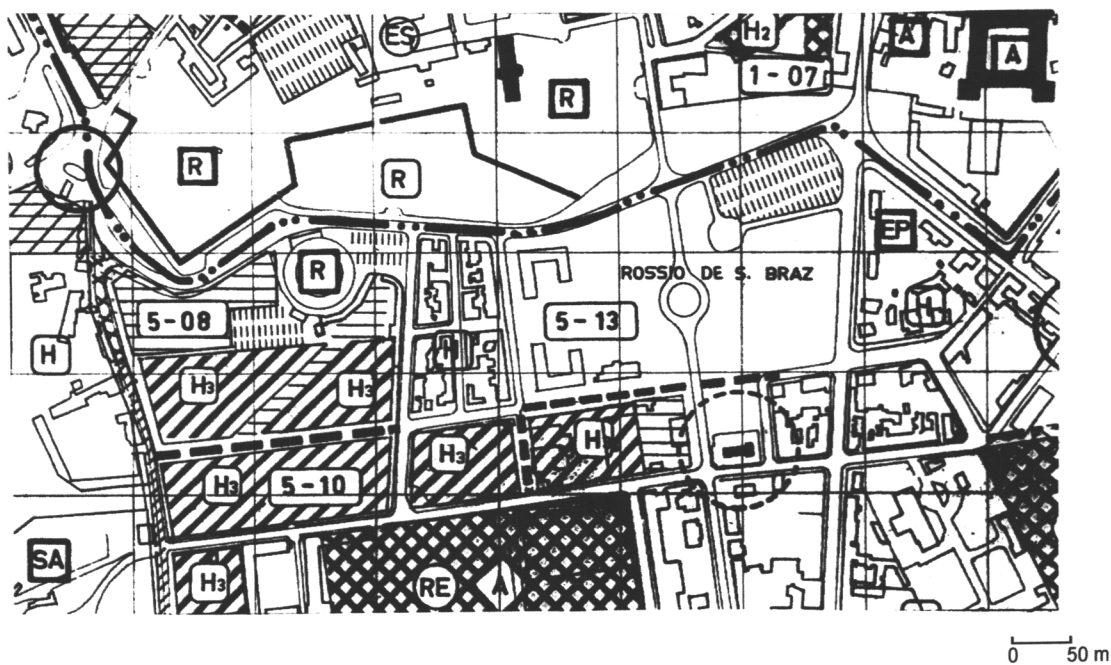


Figura 53 - Plano Geral de Urbanização, "Área Urbana. Plano de Uso de Solos", 1979.

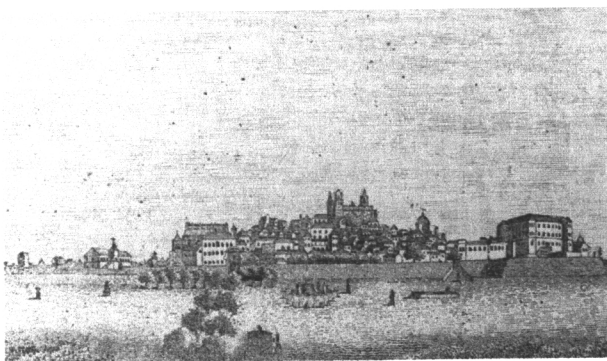


Figura 54 - A manutenção da imagem do rossio. Imagens de finais dos séculos XIX e XX.

Em suma, as alterações espaciais que se concretizaram no rossio apresentaram, numa primeira fase, uma preferência pela ocupação das áreas mais periféricas ao recinto verificando-se, nesse processo, uma substancial redução de área e a tendência para a delimitação e regularização do espaço central. Estas alterações, que lhe advêm sobretudo das apropriações a que foi sujeito, sublinham o contexto urbano em que o espaço rossio foi perpetuado. Imagem que foi posteriormente assumida com o estabelecido nos instrumentos de ordenamento e que não foi substancialmente alterada com o decorrer do tempo. Consideramos, mesmo, que as alterações introduzidas respondem a essa continuidade, devido à redução - cada vez mais significativa - do espaço aberto, ao reforço da delimitação do mesmo com edificado e, também, à sua regularização (Fig. 54).

Por último há a referir que as distintas definições espaciais concretizadas nos planos perpetuaram, directa ou indirectamente, a tipologia de espaço aberto rossio. Facto que denota assim, dadas as preocupações na sua manutenção e valorização, o enraizamento da tipologia na nossa cultura.

O ROSSIO ACTUAL

Para terminarmos a caracterização da evolução desta unidade morfológica urbana resta-nos efectuar uma breve análise das actuais características espaciais do rossio, dos usos e funções associados e ainda da mais recente proposta de ordenamento e repercussão desta na recente revisão do Plano de Urbanização de Évora.

Com cerca de 7 ha e uma forma algo irregular, o rossio constitui ainda hoje um dos maiores espaços abertos públicos da cidade de Évora (Fig. 55 e 56).

A indissociação do espaço aberto da sua envolvente conduz-nos, necessariamente, à caracterização dos seus limites - recentemente redefinidos com a localização dos equipamentos hoteleiros e de serviços e com o traçado do novo eixo viário⁵⁸. A envolvência a que nos referimos é pautada por algum equilíbrio, seja ao nível do volume dos elementos edificados, seja pela continuidade espacial que apresentam em torno do espaço aberto.

A estrutura viária principal desenvolve-se a acompanhar os limites construídos (edifícios habitacionais, equipamentos e muralha), que se localizam nas extremidades do espaço. No seu interior acresce a secundária, através da manutenção do já referido eixo Norte/Sul, em direcção à estação, e das vias que acedem à fonte.

Exclusivamente a acompanhar a estruturação viária, encontra-se toda a vegetação existente no rossio, ou seja, árvores de arruamento. Em muito mau estado de conservação, mélias, olaias e plátanos apresentam uma distribuição que parece, nalgumas situações, acusar a hierarquia das vias que enquadram - os plátanos, árvores de grande dimensão, ao longo da circular à muralha; as olaias, árvores de pequena dimensão e com interesse ornamental (principalmente devido à floração), a definirem uma alameda ao longo do eixo principal que atravessa o

⁵⁸ Os equipamentos, Hotel D. Fernando e Estação dos Correios, localizaram-se na extremidade Sudoeste do rossio após a implantação da Nova Circular às Muralhas.



Figura 55 - Fotografia aérea do rossio, 1995.



Figura 56 - Vista aérea do rossio, 1995.

rossio; e predominantemente mélias, árvores de pequena a média dimensão, ao longo da Av. dos Combatentes da Grande Guerra e do eixo que se estabelece desde esta até à fonte.

Pela organização destes elementos e dos edificados que compõem as massas volumétricas, podemos concluir tratar-se de um recinto aberto contido por limites edificados, os quais são reforçados pelos alinhamentos de árvores mais permeáveis, que os acompanham. Distribuição que acusa alguma compartimentação espacial, dada a existência dos planos verticais que os alinhamentos de árvores concretizam e disposição que apresentam no interior do espaço, mas onde, ainda assim, permanece o sentimento de abertura espacial.

Nesta leitura da forma do espaço é ainda de extrema importância a superfície onde se enquadram os volumes, a que corresponde uma área plana com dominante ausência de revestimento do solo. A superfície, só exclusivamente pavimentada (cubos de granito) nas vias que estruturam o espaço, garante a dominância de áreas permeáveis sobre as semi-permeáveis e, conseqüentemente, a importante manutenção de um espaço permeável nesta zona baixa da cidade.

Relativamente aos usos actualmente associados ao rossio encontram-se as seguintes utilizações: diária, como local de estacionamento; semanal e mensal, como lugar de mercados vários; ocasional, devido à ocorrência de feiras e festas; e excepcional, uma vez que é receptáculo de acontecimentos mais extraordinários como concertos musicais, circo, eventos desportivos, etc.

Excluindo a apropriação diária e utilização excepcional do rossio, podemos concluir que o espaço é utilizado cerca de 76 dias/ano, valor que nos ilustra a

elevada capacidade atractiva que apresenta e a dinâmica comercial perpetuada até à actualidade, pelas feiras e mercados semanais e mensais⁵⁹. Continuidade funcional que não é de estranhar, dada a dimensão que o rossio ainda apresenta e localização excepcional relativamente à cidade actual - características que lhe garantem a manutenção das aptidões que envolvem grandes aglomerações de mercadorias e de consumidores.

A mais recente proposta de ordenamento do espaço rossio data de 1995⁶⁰. A sua elaboração teve por base o objectivo do município transformar o local numa "(...)Grande Praça da Cidade deixada neste fim de século ao século XXI" e o seguinte programa especificado pelo mesmo⁶¹:

"- Criação de zona de recepção turística com serviços de apoio ao turista individual ou a grupos, pequenos comércio, delegações de operadores turísticos, aluguer de automóveis, partidas para excursões, etc.;

⁵⁹ A referida utilização distribui-se da seguinte maneira: 12/15 dias de feiras (S. João e Ramos) + 11 dias de mercados mensais + 48 dias de mercados semanais (dos produtores rurais) + 2 dias de mercados comemorativos (25 de Abril e 1º de Maio). O que traduz uma ocupação de 20% durante o ano.

⁶⁰ O projecto realizado pelo Arqº. Álvaro Siza Vieira, a convite da Câmara Municipal de Évora e apresentado ao nível de Anteprojecto, não correspondeu ao primeiro plano de intenções para o local. Na década de 20 foram apresentados e não concretizados, igualmente ao nível de Anteprojecto, pelo Eng. Municipal Arthur Schiappa, os seguintes planos de intenções:

- O primeiro propunha a ocupação da parte central do rossio com construções para habitação, espaços abertos (que parecem enquadrar-se na tipologia de terreiro e jardim) a Nascente e Poente e áreas de indústria nas extremidades Sul, portanto em áreas periféricas. A proposta concretizava assim uma forte fragmentação espacial e reforçava o eixo em direcção à estação (Av. Barahona) prevendo, ainda, a realocação da feira em local próximo pela aquisição de terrenos existentes a Sudeste do rossio;
- O segundo projecto, por oposição ao anterior, centrou a proposta em toda a extensão da faixa Sul do rossio e no traçado de um novo eixo viário de ligação à estação (Av. dos Combatentes da Grande Guerra) que, pelo perfil previsto (duas vias de 5m cada e um separador de 1m) se assumia como a nova via de ligação da cidade à estação. Nele eram contempladas somente áreas de construção para habitação e uma pequena área de enquadramento paisagístico junto à frente Norte da ermida de S. Brás, deixando-se assim livre grande parte do espaço rossio.

Cf. SCHIAPPA, Arthur, Anteprojecto de Modificação do Rocio (escala 1: 1 000), Câmara Municipal de Évora, 1991; *ibidem*, 1992.

⁶¹ Conforme Proposta Convite efectuada pela Câmara ao Arqº. Álvaro Siza Vieira; Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Carta ao Arqº Álvaro Siza Vieira «Proposta Convite para Elaboração do Estudo de Reordenamento e Requalificação do Rossio de S. Brás»*, Informação n.º 329/92, em 12.10.1992.

- *Instalação de programas mistos de equipamento, comércio, serviço e habitação (esta 30% do total do STP a criar);*^[62]

- *Instalação de equipamentos como galerias de exposições municipais, alternativas ao actual Monte Alentejano, palco para espectáculos de exterior;*

- *Criação de parques de estacionamento subterrâneos que respondam aos programas a instalar bem como aos quantitativos definidos pelo SITE [Sistema Integrado de Transportes de Évora]; Criação de zonas de estacionamento em superfície para autocarros de turismo;*

- *Definição de esquema de circulação do conjunto de áreas envolventes nomeadamente a ligação do novo traçado da circular às muralhas e à Rua da República.”*

A este programa acrescentou-se a construção de um Centro de Congressos, equipamento que se enquadrou dentro da categoria daqueles que apresentam “(...)interesse cívico indiscutível, capaz de constituir o elemento catalisador(...) indispensável para a prossecução dos objectivos requeridos”, conforme proposta do autor do projecto.

Resultado desses objectivos e programa, a proposta apresentada concretiza a construção de uma praça e a redefinição das áreas envolventes ao anterior recinto⁶³ (Fig. 57).

⁶² Por STP (Superfície Total de Pavimentos) entende-se a soma das superfícies brutas de todos os pisos, acima e a baixo do solo incluindo estacionamento, conforme definição no Regulamento do Plano de Urbanização de Évora.

⁶³ A intervenção abrange o Bairro do Baluarte, com uma proposta de nova ocupação (edifícios de habitação com dois pisos), e a extremidade Sudoeste do rossio, com a proposta de ampliação da unidade hoteleira e regularização do traçado viário.

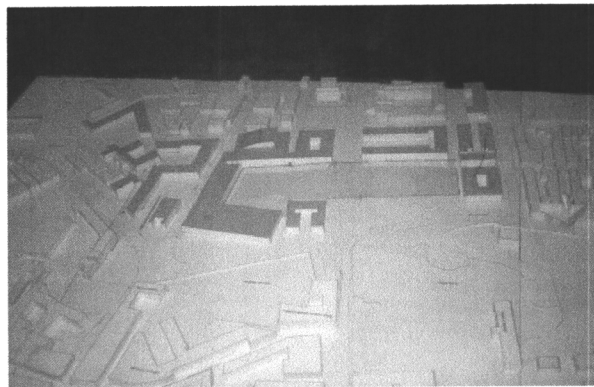
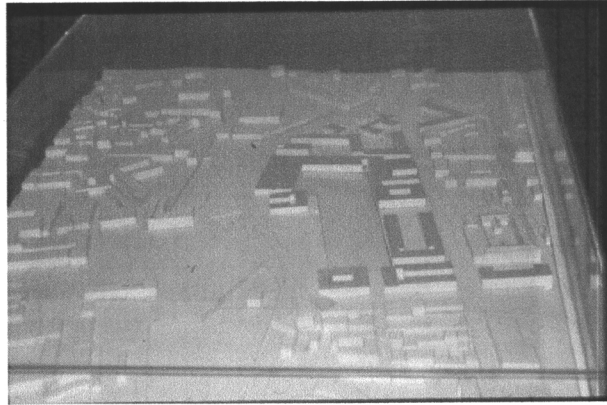
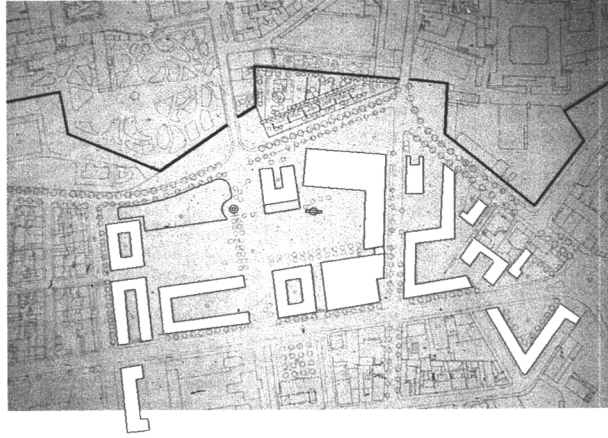


Figura 57 - Planta e maquete da proposta apresentada pelo Arqº. Álvaro Siza Vieira, 1995.

A praça, com forma rectangular e grandes dimensões (200x70 m), é delimitada por edifícios de dois a três pisos em quase toda a extensão. A abertura que a mesma concretiza a Noroeste, à muralha e ao jardim público, relaciona-se com a defendida penetração da estrutura verde neste local⁶⁴. Nela foram ainda relocados os existentes, monumento aos Mortos da Grande Guerra e fonte. Pela forma como no local se organizam os novos e diversos elementos morfológicos o antigo eixo, concretizado pela Av. Barahona, aparece-nos reforçado.

Quanto ao programa de ocupação especificado distribui-se habitação, comércio e escritórios em toda a envolvente Poente e Sul da praça, o centro de congressos a Nascente e um edifício de turismo, comércio e escritórios com palco aberto à praça, como remate Norte do conjunto. Igualmente nessa direcção, no local do Pomar das Laranjeiras, uma área de serviço de recepção ao turista. No subsolo, áreas de estacionamento.

Após este excuro de intenções, definidas pelo município e pelo plano, orientaremos a nossa atenção no sentido do que consideramos ser o tema central da discussão duma qualquer intervenção no espaço da tipologia de rossio.

Porém, antes de abandonarmos a anterior abordagem gostaríamos de referir alguns aspectos que se prendem com as valências e problemas que o plano envolve:

- Como valências: a definição de um núcleo organizativo de uma nova área urbana; o auto financiamento do projecto; o reforço do eixo da Av. Barahona que sublinha o acesso ao centro histórico e torna legível o

⁶⁴

O que se encontra justificado com a proposta de um espaço da tipologia de "jardim".

prolongamento da cidade para Sul; a pluralidade do programa proposto; a definição de estacionamento subterrâneos; e a tentativa de implantação de um equipamento motor (Centro de Congressos) ainda que de necessidade e urgência questionáveis;

- Como problemas: o desrespeito pelo estatuto conferido pela legislação em vigor para a zona envolvente à ermida de S. Brás, ou seja da Zona Especial de Protecção e da Zona *Non Aedificandi* (M.N., Decreto de 16-6-1910 e Z.E.P., D.G. 2º Série, n.º 248 de 20-10-1952). Do perímetro de protecção, nomeadamente ao nível da zona de protecção, onde segundo o artigo 23º/1 da Lei 13/85 “*As zonas de protecção(...)são servidões administrativas, nas quais não podem ser autorizadas (obras...) sem prévia autorização do M. C. [Ministério da Cultura]*” -, e da zona *non aedificandi*, onde se veda a construção; a realocação da fonte seiscentista, actualmente em processo de classificação como Imóvel de Interesse Público; e a descaracterização total do rossio pela ocupação, de grande parte do espaço, com construção (Fig. 57).

A importância deste espaço aberto - desde a sua génese de carácter público, periférico ao núcleo muralhado e com grandes dimensões - relaciona-se com a valorização do conjunto urbano a que era periférico dado constituir, como já analisámos, uma parte do todo que é a cidade muralhada com as suas envolvências livres, importante ponto de contacto entre o núcleo muralhado e o campo envolvente. Donde se conclui tratar-se de uma unidade urbana, pertença indissociável desse conjunto urbano, pelo que deveria ser incluída na área

classificada como Património Mundial e, assim, objecto de intervenção nesse contexto.

Salientam-se ainda, dadas as suas características e posicionamento na cidade actual, a potencial capacidade que apresenta na participação da atenuação da descontinuidade vivencial e física, entre o espaço intra e extra-muros.

É nesta contextualização que defendemos a perpetuação das suas características espaciais, nomeadamente a grande dimensão, a permeabilidade do solo, a dominante ausência de vegetação, a não fragmentação do espaço e a manutenção da polivalência que sempre o caracterizou. Estes pressupostos - para nós necessariamente subjacentes a qualquer intervenção no espaço rossio, porque privilegiam as suas características espaciais e simbólicas - permitem, por um lado, uma grande abertura de intenções e, por outro, uma eventual continuidade da sua tradicional aptidão como local de feira e de mercados. Continuidade que suscita, no entanto, a revisão do tipo de actividades, dadas as exigências espaciais necessárias à concretização das actuais feiras e mercados. A permanência da feira de S. João no local obriga, assim, à revisão das suas características e temáticas associadas ou à sua realocação. A manterem-se as suas actuais características, justifica-se a pretensão da Câmara Municipal de proceder à sua realocação⁶⁵.

⁶⁵ O local previsto para essa deslocação corresponde a uma área situada na extremidade Sul do perímetro urbano, próximo da Nova Variante à cidade.

Conhecidas que estão as características do espaço actual e as intenções do município para o mesmo, resta-nos abordar o que se encontra previsto na revisão do Plano de Urbanização de Évora⁶⁶ (Fig. 58).

A área mais a Norte do rossio, entre a muralha e a antiga circular à mesma, encontra-se classificada na categoria de espaço «Zona Verde Urbana» e incluída na Unidade Operativa «Área Envolvente à Muralha» onde se preconizam os seguintes objectivos nas intervenções a realizar (artigo 83º do Regulamento):

“1. Atenuar a descontinuidade urbanística e vivencial entre o interior e o exterior da Muralha;

2. Valorizar a Muralha, integrando-a na vivência da Cidade, tornando-a mais acessível e permeável ao peão;

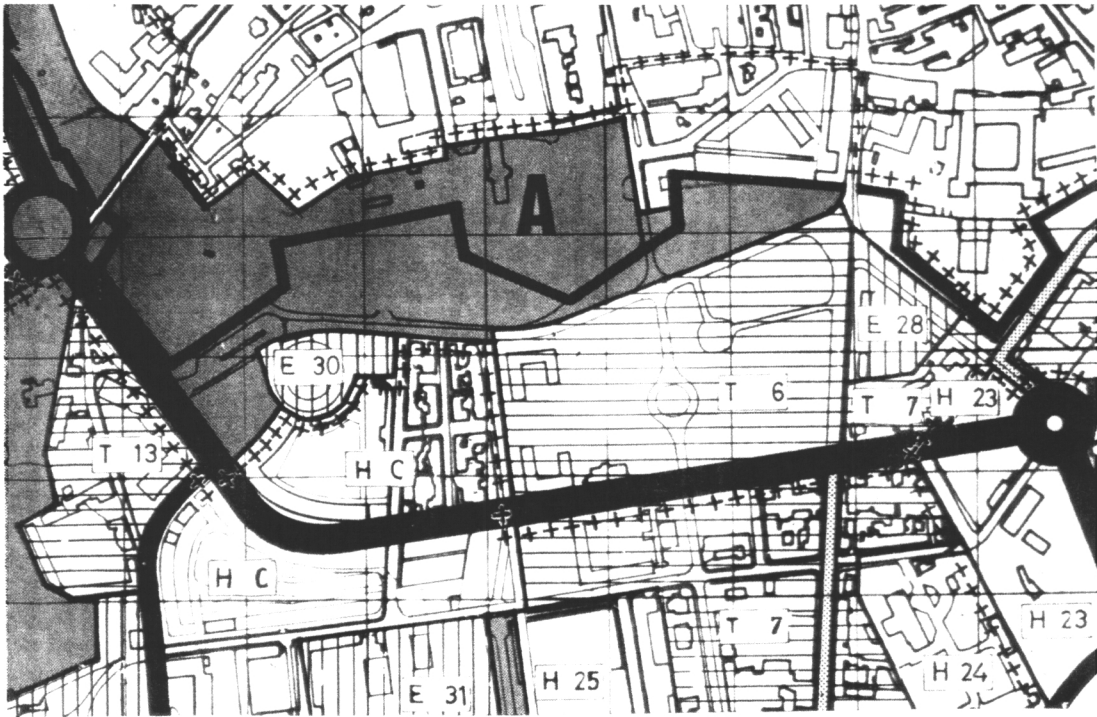
3. Estender o conceito de área histórica a revitalizar e valorizar a toda a envolvente exterior da Muralha;

4. Acentuar a imagem urbana da envolvente exterior à Muralha”.

Para a área compreendida entre as circulares à muralha e Bairros do Rossio Ocidental e Oriental, a categoria de espaço é «Zona de Equipamentos» para onde se efectua a seguinte consideração (artigo 46º do Regulamento):

“T₆. Rossio, actualmente ocupado por estacionamento e terceiro pouco qualificado e com área parcialmente afectada por servidão non aedificandi relativa à ermida de S. Brás. Para esta área dever-se-á estudar eventual alteração da servidão existente com vista a ocupação terciária e grande terreiro que dialogue com as muralhas”.

⁶⁶ O Plano já mereceu parecer favorável do Instituto Português do Património Arquitectónico e da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, encontrando-se em fase final para ratificação.



0 50 m

Figura 58 - Plano de Urbanização de Évora, "Planta de Zonamento", 1998.

Na envolvimento do espaço rossio, a definição da ocupação contempla a manutenção das existentes funções habitacionais, terciárias e de equipamento, prevendo-se mesmo o seu reforço e o abandono das industriais ainda existentes a Sul.

Pelo exposto, conclui-se que a generalidade dos princípios que se preconizam para a envolvente exterior à muralha se revelam próximo do que defendemos anteriormente para a totalidade do espaço rossio - unidade pertença do conjunto Património Mundial. No entanto, o zonamento previsto, ao concretizar a subdivisão do rossio em duas partes distintas, torna explícita a atitude do seu não reconhecimento dentro desse conjunto. À inevitável desvirtuação do espaço aberto prescrita acresce, ainda, a ideia de uma possível ocupação terciária, o que, forçosamente, conduzirá a uma destruição significativa do grande espaço livre.

CAPÍTULO IV

**A IMPORTÂNCIA
DO ESPAÇO ABERTO ROSSIO
NA CIDADE ACTUAL**

ENSAIO CONCLUSIVO

Se anteriormente procurámos compreender as características espaciais e funcionais dos rossios, bem como, o papel que desempenhou como elemento estruturador do tecido urbano ocupar-nos-emos, agora, na procura dos princípios que permitam sustentar estes espaços abertos na cidade actual.

ESPAÇO ABERTO DE VALOR PATRIMONIAL DA CIDADE HISTÓRICA

Caracterizada por distintos espaços edificados e não edificados - ambos de grande significado na construção desses lugares - e por diversos tecidos urbanos, a cidade histórica representa, no seu conjunto, uma importante amostra do nosso património urbano. F. CHOAY, assim o expressa, ao defender a apreensão desses tecidos urbanos "*(...) como entidades autónomas, objectos específicos não redutíveis à soma dos seus componentes mas caracterizados pelo modo de articulação e de diferenciação dos seus constituintes cheios e vazios*"¹. Parece-nos, pois, que esta noção de património urbano deixa explícita a importância do espaço aberto no processo de conservação urbana, atitude com a qual concordamos e que nos importa no âmbito desta dissertação. O que nos permite, assim, avançar com um

¹ CHOAY, Françoise, *L'Invention du Patrimoine Urbain. Quel Patrimoine Aujourd'hui?*, citada por José AGUIAR, *Sedenta da Cadeira «Metodologias de Reabilitação de Edifícios e Conjuntos»* do Mestrado de Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995 (policopiado).

pressuposto, que consideramos básico a qualquer intervenção de salvaguarda do património urbano - o da percepção do espaço não edificado como elemento de continuidade urbana. Suporte de elementos e unidades urbanas, o espaço não edificado é, por excelência, a grande base da continuidade física, funcional e ambiental do espaço urbano colectivo e, por conseguinte, um sistema muito significativa na salvaguarda desse património.

É neste espaço aberto colectivo que se inclui, como o demonstrámos no primeiro capítulo, o nosso objecto de estudo - tipologia urbana, cuja contribuição importa avaliar na caracterização do sector da cidade histórica e consequentemente, na cidade actual.

Dadas as óbvias relações que se estabelecem entre a consolidação ou transformação dos espaços abertos urbanos e o contexto em que se encontram, parece-nos importante que na presente abordagem, tenhamos presente o actual contexto em que se encontram os nossos espaços urbanos. Procurando sistematizar a dinâmica urbana por que se caracterizam, concluí-se a existência das seguintes situações²:

- Aglomerados com sectores urbanos antigos que acusam algum dinamismo devido à permanência de funções centrais;

² Não esquecendo as tendências evolutivas urbanas e as políticas urbanísticas e de salvaguarda que, neste século, se vêem aplicando ao nosso espaço urbano.

- Aglomerados com sectores urbanos antigos desertificados, sem qualquer dinâmica urbana, com ou sem áreas de desenvolvimento marginal ao mesmo onde se desenvolvem as funções centrais do aglomerado.

Donde se depreende que as situações encontradas se relacionam com o tipo de desenvolvimento urbano - se exclusivamente por expansões ou se a este se associa, também, a reutilização da cidade histórica. Trata-se, afinal, de contextos urbanos diversificados que prescrevem o processo de valorização dos nossos espaços urbanos e que, conseqüentemente, influenciam o processo de consolidação/transformação do espaço rossio nos nossos aglomerados.

Após um alerta para a noção de património urbano e o contexto urbano em que esse se inscreve actualmente nos nossos espaços urbanos, debruçemo-nos sobre a questão da salvaguarda desse património.

Por tudo o que foi referido, pensamos encontrar-nos em posição de defender como obrigatórios, pressupostos de intervenção que contemplem o todo que constituem esses sectores antigos, pelo que defendemos a sua classificação como conjuntos - conforme definição da Lei do Património Cultural Português³. Esta

³ O conceito de conjunto - introduzido com a Carta de Atenas (1933), reconhecido com a Carta de Veneza (1964) e reforçado com a Carta Europeia do Património (1975) - encontra-se presente na legislação Portuguesa (desde 1985), através da Lei do Património Cultural Português (Lei n.º 13/85 de 6 de Julho, art.º 8), segundo a qual são:

"a) Monumentos: obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante dessas obras bem como as obras de escultura ou de pintura monumental.

b) Conjuntos: agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.

classificação é justificável pela suficiente coesão que esses sectores apresentam - conforme o reflectem unidades urbanas distintas, em franca articulação entre si e com grande vínculo ao sítio, o que é indicador do espírito e da coesão desses antigos lugares urbanos.

A referida classificação suscita, conseqüentemente, a procura de critérios adequados à delimitação desses conjuntos, para que possam ser convenientemente valorizados na cidade actual⁴. A partir da valoração dos principais elementos morfológicos urbanos, consideram-se imprescindíveis os seguintes critérios:

- O sítio onde se implanta o aglomerado;
- Os espaços abertos urbanos, públicos e privados, que se desenvolveram ao longo do tempo (as diferentes tipologias e hierarquizações);
- Os espaços edificados, desde elementos isolados a conjuntos, que se desenvolveram ao longo do tempo (também as diversas tipologias);
- Os edifícios singulares, nomeadamente, monumentos que pelo seu significado, posicionamento e configuração, constituam uma persistência;
- Os elementos vegetais isolados ou em conjunto com interesse paisagístico.

c) Sítios: obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogêneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social."

⁴ A justificar essa necessidade veja-se, a título de exemplo, a conhecida demarcação da área dos Centros Históricos dos nossos aglomerados. Na maioria dos casos, sem critérios adequados a essa delimitação, ocorre uma definição de perímetros segundo estruturas físicas facilmente identificáveis (como sejam as muralhas, sempre que presentes). Portanto, delimitações inadequadas devido ao facto do reconhecimento desse centro como unidade autónoma, onde nunca se vêem contempladas áreas, elementos e mesmo ambientes que constituem pertença indissociável desse núcleo.

Na sequência da aplicação destes critérios o espaço rossio apresenta-se assim como uma unidade urbana naturalmente incluída nesse conjunto patrimonial, e por isso, um valor patrimonial da cidade histórica. Presença que é naturalmente imprescindível, não só para a caracterização da referida cidade - dada a sua importância no processo de consolidação, transformação e de expansão urbana ao longo do tempo - mas também, para a cidade actual, dadas as potencialidades urbanas inerentes a um espaço público com tais características.

Desta forma considera-se um espaço importante no necessário processo de integração da cidade histórica na cidade contemporânea, - dado o grande potencial que manifesta ao nível de receber e sugerir actividades variadas e pela localização que apresenta - unidade que importa estabelecer, dadas as rápidas transformações e acentuadas fragmentações que se observam na cidade actual.

A presença e valorização do rossio pode constituir ainda um importante elemento de caracterização da imagem da cidade histórica, sobretudo ao nível da figura que se relaciona com o recinto urbano muralhado e suas envolventias livres. Trata-se de uma imagem quase irreversivelmente perdida que deve, em nossa opinião, ser simbolicamente recuperada através da manutenção de alguns espaços abertos envolventes às muralhas. A presença destes espaços abertos - importante testemunho do contexto urbano/rural em que se desenvolveram os nossos aglomerados - liga-se, sobretudo, a autenticidade do espaço envolvente à cidade histórica. Salienta-se, desta forma, a relação que se estabelecia entre esse conjunto e o contexto onde o mesmo se inscrevia - todo que deve ser preservado, qualquer

que seja o processo de valorização do património arquitectónico e paisagístico. Entenda-se que, com a aplicação desta noção, não se pretende desprezar as contribuições de outras épocas subsequentes à da génese da referida imagem, procura-se, simplesmente, ilustrar aquela que representa a relação primordial que se estabeleceu entre o conjunto urbano e o território onde fora implantado⁵.

Assim, dadas as características que apresenta e significado de que é portador, como temos vindo a demonstrar, o rossio surge-nos como um espaço potencial na reprodução desse anterior conjunto inter-relacionado que caracterizava o espaço urbano e o mundo rural envolvente.

O valor patrimonial daquele que pode ser considerado o maior e mais polivalente espaço aberto público dos nossos aglomerados liga-se, também, à nossa identidade cultural. Pelo que a sua valoração sai, conseqüentemente, mais reforçada.

Elemento essencial das nossas estruturas urbanas, dada a sua continuidade temporal e espacial, o rossio constitui uma referência urbana fundamental nos nossos aglomerados, aspecto que lhe reforça o valor patrimonial.

Em conclusão, esta unidade urbana representa um importante indício do percurso histórico da cidade, das sociedades e povos que nela viveram e uma presença essencial para a leitura clara da evolução dos nossos espaços urbanos.

⁵ Sobre a temática da autenticidade do espaço envolvente veja-se, HENRIQUES, Fernando, *A Conservação do Património Histórico Edificado*, in "Memória n.º 775", Lisboa, LNEC, 1991, pp. 9-10.

Desta forma, e dado o valor patrimonial que apresentam, os rossios devem ser objecto de preservação e valorização urbana. Contudo, o diferente contexto em que estes se encontram determina naturalmente o tipo de intervenção. As situações encontradas traduzem bem essas diferenças de contexto e, também, de significado urbano:

- Rossios em áreas urbanas consolidadas.

Ao espaço aberto persistente corresponde uma área que tende a ser delimitada fisicamente com edifícios, ou seja, um espaço muito encerrado sobre si mesmo, susceptível de se enquadrar dentro da tipologia de praça, dada a centralidade que apresenta e funções urbanas que tende a assegurar.

- Rossios em áreas urbanas fragmentadas.

Ao espaço aberto que perdura associa-se a falta de legibilidade das qualidades espaciais implícitas a esta tipologia de espaço, conseqüentemente da sua identidade. À semelhança da área urbana em que se inscrevem, estes espaços caracterizam-se por um conjunto de áreas intersticiais ou, se quisermos, residuais, deixadas pela ocupação com volumes edificados e estruturação viária associada. Trata-se afinal de uma situação em que a tipologia de rossio se encontra irremediavelmente perdida. Nestas circunstâncias, ao referido processo de transformação urbana associa-se uma total falta de estruturação - quer do espaço edificado quer do não edificado - o que implica, desde logo, o estabelecimento de conceitos de hierarquia e continuidade, ao nível da definição das emergentes tipologias de espaço aberto.

- “Rossios” peri-urbanos. A que correspondem os espaços que considerámos dentro da tipologia de terreiros.

Ao espaço aberto existente associa-se a ausência de limites, a polarização efectuada por elementos do património religioso e uma total integração na paisagem rural. A estes lugares associam-se ainda algumas práticas religiosas, mas também outras, resultado da capacidade diversificada de recepção de acontecimentos que apresentam. Tratam-se, portanto, de lugares que servem alguns particulares interesses da vida urbana, que não devem nunca perder as características que lhe são próprias.

Independentemente do tipo de intervenção que se possa associar ao rossio – variável, como ilustrámos, em função do contexto onde se inscreva - consideram-se imprescindíveis os, já enunciados, princípios que se ligam às suas características espaciais e funcionais, nomeadamente à manutenção da dimensão, da permeabilidade do solo, da dominante ausência de vegetação, da não fragmentação do espaço e da sua polivalência⁶. Persistências que se justificam designadamente nos seguintes aspectos:

- Na importância vital que os espaços abertos de maiores dimensões apresentam no contexto dos espaços abertos da cidade;
- No significado que uma área permeável apresenta na situação fisiográfica em que se encontram os rossios;
- Na imprescindível diversidade funcional que os espaços abertos públicos devem apresentar, a que se associam espaços abertos, predominantemente

⁶ Princípios definidos no capítulo anterior, a propósito da valorização do Rossio de S. Brás.

livres. Igualmente devido à necessidade de recriar a fundamental sensação de espaço aberto nos nossos aglomerados.

Pensamos, contudo, que a referida valorização dever-se-á integrar num estudo mais abrangente a efectuar à escala da cidade - o do espaço público urbano. As razões desta inserção prendem-se com a urgente revitalização do espaço aberto público onde o rossio constitui, ainda que uma pequena parte, uma importante tipologia dadas as características que o particularizam.

Discordamos da opinião de J. BARBOSA, quando considera que na preservação destes espaços dever-se-iam manter reminiscências dos antigos usos, dado considerarmos que nessa atitude se desconsideram as características do espaço que defendemos como principais, ou seja⁷:

- A grande versatilidade funcional, ao que se associam usos muito distintos ao longo de todo o seu percurso urbano, resultado da polivalência que sempre o caracterizou;
- A excepcional capacidade na articulação de distintos sectores urbanos.

Atitude que, imediatamente, nos denuncia o não reconhecimento do valor patrimonial do espaço rossio.

O facto de não se reconhecer o valor patrimonial do rossio, é agravado com a forma como se valorizam alguns dos elementos patrimoniais lá presentes. Ao fácil reconhecimento, defesa e valorização dos objectos, associa-se uma total

⁷ Cf. BARBOSA, José M., *Da Praça Pública em Portugal*, vol. I, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 1993, p. 313 (policopiado).

desconsideração pelo espaço onde estes se inscreviam, ou que de alguma forma ainda se inscrevem, portanto, com total desprezo pela autenticidade do espaço em que se enquadram.

À referida prática é acrescida ainda a incapacidade de entendimento do significado e importância dos espaços abertos – na sua globalidade e em particular no caso específico rossio - nos nossos aglomerados.

Em nossa opinião, o não reconhecimento do valor patrimonial do rossio encontra justificações nas actuais filosofias/políticas de intervenção no património, onde ainda prevalece a salvaguarda do objecto em detrimento do espaço.

No rossio de Évora estas questões estão presentes, pelo que se conclui a necessidade de revisão dos seguintes aspectos:

- A classificação do património existente é exclusiva para os Monumentos (“Muralha e Fossos de Évora”⁸ e “Ermida de S. Brás”), sendo ausente a classificação do Conjunto Urbano que constitui a Cidade Histórica⁹; classificação que, em nosso entender, urge estabelecer de acordo com os critérios que definimos anteriormente.

A reforçar o que temos vindo a sustentar encontra-se a recente situação da «Fonte» – monumento em vias de classificação – logo, a classificação de mais um monumento no espaço patrimonial que constitui o rossio. Processo que não foi certamente alheio à recente Proposta de Ordenamento do Rossio de S. Brás que,

⁸ A classificação da muralha como Monumento Nacional é efectuada através de dois decretos: o primeiro (Decreto n.º 8229 de 04.07.1922), classifica as Muralhas de Évora sem que inclua a totalidade da cerca nova e muralha seiscentista; o segundo (Decreto n.º 11773 de 26.06.1926), classifica a Muralha e Fossos de Évora englobando todas as muralhas e fossos que, à data deste decreto, ainda não estavam classificados.

⁹ Lembremos, contudo, que a área considerada como Centro Histórico (o interior do recinto muralhado) se encontra classificado pela UNESCO, desde 1986, como Património Mundial.

lembramos, prevê a realocização da fonte na praça que desenvolve. Este acrescido reforço no processo de inviabilização do plano denuncia, mais uma vez, o já referido desviar da questão central que se relaciona com uma qualquer intervenção no Rossio de S. Brás¹⁰.

- A necessidade de revisão das Zonas de Protecção Tipo (ZPT) e das Zonas Especiais de Protecção (ZEP) desse património classificado porque desactualizadas¹¹;

Delimitações que não se baseiam, em nosso entender, nos critérios mais adequados aos objectivos de salvaguarda e valorização do património, como constitui testemunho a Ermida de S. Brás. Admite-se, porém, que na definição da ZEP da mesma se possa observar alguma intencionalidade de manutenção da imagem do terreiro adjacente à igreja, e assim, de parte do grande espaço livre em que esta se inscreveu, dada a extensão da ZEP, na zona que confronta com o espaço livre do rossio, a Norte (*Vidé Anexo*).

A recente construção do Hotel no espaço fronteiro à ermida, não terá levantado qualquer problema por não colidir com a faixa *non aedificandi* incluída na zona de protecção. Lembremos, porém, que essa definição perimétrica teve por base a ocupação espacial concretizada pela unidade industrial, que então se localizava nas imediações da ermida. Uma vez extinta esta unidade parece-nos óbvio não se voltarem a permitir novas ocupações nesse mesmo local; as alterações das circunstâncias justificam, assim, a alteração da zona *non aedificandi*.

¹⁰ Veja-se capítulo anterior - Caso Estudo. Rossio de Évora.

¹¹ Todos os imóveis classificados dispõem sempre de uma ZEP. Enquanto esta não se encontra fixada os imóveis beneficiam de uma ZPT, faixa definida com 50m a partir dos seus limites exteriores .

Colocando de parte este quadro de condicionantes, não encontramos, mais uma vez, justificações para a falta de coerência urbanística que se encontra associada à construção do referido equipamento turístico. Evidenciamos a falta de articulação deste volume com o grande recinto, seja pela subdivisão que acentua o seu posicionamento, seja pela orientação que toma em relação ao mesmo, mas também, pela não adequação da sua volumetria à escala do conjunto.

Também a recente implantação da Nova Circular à muralha, situada na zona mais a Sul do rossio, se pode traduzir num bom exemplo das questões agora levantadas. A concretização da via separou, definitivamente, a ermida do espaço onde esta se inscrevia, portanto, do rossio. Logo, foram desrespeitados os princípios que deveriam estar subjacentes à protecção ao monumento naquele local. Este tipo de construção não é infelizmente considerado dentro das obras que se classificam como construções, mais concretamente edificações, portanto, não se inclui naquelas impossíveis de efectuarem na área *non aedificandi*. Exemplo que nos revela assim a necessidade de alteração do que se entende, ou deve ser entendido, por área *non aedificandi*.

Pelo referido perguntamo-nos, afinal, em que se baseia a actual política de salvaguarda do património? Na aplicação de leis já desajustadas aos princípios que se teorizam, e que não se aplicam devido à inércia ou conformismo das autoridades competentes?

- A necessidade de, em função das diferentes situações, se ponderarem as atitudes mais adequadas à valorização do património.

A lei privilegia um espaço aberto, perimetral ao objecto (ZPT ou ZEP), cuja definição assegura, na maior parte dos casos, uma valorização unicamente visual do mesmo. Valorização que é frequentemente acompanhada pela fragmentação espacial, resultado da permitida definição de novos traçados viários, conforme já tivemos oportunidade de ilustrar para o espaço envolvente à ermida de S. Brás. O resultado é obviamente negativo visto desprezar-se, por completo, a autenticidade do espaço e ambiente envolventes, mas também, devido ao facto de se excluir, de imediato, qualquer intervenção a uma escala mais abrangente.

Através dessa definição perimétrica dá-se continuidade a um pressuposto totalmente errado de intervenção no espaço exterior público - a concepção em "ilhas"; atitude que reforça o estado de fragmentação em que se encontra actualmente o nosso espaço urbano.

A zonagem estabelecida na revisão do Plano de Urbanização ilustra muito bem esta questão, ao criar duas partes distintas – uma, a que corresponde a zona de protecção da muralha e a outra, que engloba todo o espaço central do rossio. As partes que concretiza reforçam a fragmentação daquele que deveria ser assumido como um todo a valorizar. Com efeito, nesta acção de transformação urbanística, as referidas zonas de protecção não podiam ser conciliáveis, pelo que deveriam ter sido ultrapassadas como unidades sectoriais e, conseqüentemente, ao espaço rossio deveria ter sido atribuída uma única unidade espacial.

ESPAÇO ABERTO PÚBLICO PARA FRUIÇÃO DA COMUNIDADE ACTUAL

Estudos recentes sobre a morfologia da paisagem apontam para a necessidade de se considerar o espaço exterior como o fio condutor de uma qualquer intervenção. Objectivo que determina, segundo M. MAGALHÃES, a recuperação de escalas humanas de percepção, inclusivamente através de tipologias tradicionais, quer do espaço edificado, quer do não edificado¹².

A abordagem que se efectuou anteriormente já apontava neste mesmo sentido. Directriz que terá, agora, continuidade dado considerarmos o objecto de estudo uma tipologia especialmente apta à concretização de determinadas exigências comunitárias, o que procuraremos demonstrar em seguida.

As sociedades mais recentes tendem, como já o analisaram vários autores, a desprezar o espaço exterior público como local de convívio e lazer¹³. Nessa perspectiva veja-se o estado actual de degradação em que o mesmo se encontra nos nossos aglomerados. Cada vez mais evidentes desertos de gentes e de actividades, estes espaços comunitários não tiveram capacidade de se adaptarem às mais recentes transformações - sejam as que se relacionam com o aumento do tempo livre, com o encurtamento da vida activa, com a satisfação de necessidades

¹² MAGALHÃES, Manuela, *Morfologia da Paisagem*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa / ISA, 1996, p. 15 (policopiado).

¹³ Sobre este assunto vejam-se, entre outros autores, DEWITTE, Jacques, *Éloge de la Place. Camillo Sitte ou L'agoraphilie* in "Le Temps de la Réflexion", n.º 8, Paris, Gallimord, 1987, pp. 150-177; GASPAR, Jorge, *Do Pelourinho ao Centro Comercial* in "A Cidade em Portugal: onde se vive", n.º 2, Universidade Católica, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, pp. 243-260; SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, 2ª ed., n.º 8, «Cidade em Questão», Lisboa, Edições Afrontamento, 1992, pp. 377-378.

recentemente valoradas como básicas, ou ainda, com as exigências de uma sociedade que se desenvolve rapidamente em termos económicos, tecnológicos e culturais¹⁴.

Alterações do significado colectivo de certas actividades, a especialização e expansão de outras e a fácil acessibilidade à informação conduziram ao encerramento de muitas em recintos especializados e mais restritos. J. GASPAR exemplifica-nos estas alterações através da interpretação das antigas práticas, a que se ligam funções colectivas, que ocorriam nas praças. Desde os actos de justiça às festas e outras manifestações culturais, até ao comércio, todos recolheram a locais fechados e especializados para o efeito ¹⁵.

Dentro das referidas actividades as lúdicas foram as que mais se expandiram e especializam. O teatro e o cinema, o circo, a dança, os jogos, a tourada e outras mais recentes actividades festivas e culturais, requerem recintos com características especiais, que se individualizam, fecham e especializam. O interesse pelo desporto foi crescendo e surgem práticas desportivas diversificadas e, ainda, o desporto espectáculo. Todos, mais uma vez, requerendo recintos específicos de acordo com as práticas que desenvolvem. O passeio e o convívio - em espaços abertos urbanos, que facultam o contacto com os fenómenos naturais, e em zonas urbanas

¹⁴ Como o analisa T. SALGUEIRO, uma vez satisfeitas as carências básicas (habitação, saúde, infraestruturas) tende-se a exigir mais, ou a alargar o conceito de necessidade básica. Surgem, então, o aumento da escolaridade obrigatória, o apoio à terceira idade, os jardins de infância e uma maior preocupação com os tempos livres; Cf. SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, «Cidade em Questão», 2ª ed., n.º 8, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992, p. 377.

¹⁵ Cf. GASPAR, Jorge, *Do Pelourinho ao Centro Comercial* in "A Cidade em Portugal: onde se vive", n.º 2, Universidade Católica, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, p. 247; sobre este assunto veja-se ainda, DEWITTE, Jacques, *Éloge de la Place. Camillo Sitte ou L'agoraphilie* in "Le temps de la Réflexion", n.º 8, Paris, Gallimord, 1987, pp. 150-177.

comerciais - e o desporto ao ar livre, perdem importância resultado das mutações anteriormente enunciadas.

Também as práticas de sociabilidade religiosa no exterior, como procissões e romarias e, ainda, as que se associam às festividades dos santos populares e às feiras perderam importância na actual sociedade citadina. A evolução tende a acompanhar a tendência que tanto se generalizou - a comunicação social, o grande vínculo de ligação ao indivíduo e o encerramento de actividades e práticas específicas em recintos cada vez mais especializados.

Julga-se, no entanto, que aquele que pode ser considerado hoje o maior espectáculo público - a televisão - restringiu e segregou, em muito, a multiplicidade das práticas de tempos livres no espaço exterior sendo assim uma das principais causas de todas estas alterações.

As actividades comerciais tradicionais como as feiras e os mercados perderam, desde há algumas décadas, importância face ao comércio sedentário, tendência que continua a manifestar-se e que se acentua, ainda, com a perda de originalidade comum a ambos. Produtos iguais aos oferecidos pelo comércio fixo - em particular os que se vendem nos super e hipermercados - penetraram neste tipo de comércio e assim perderam-se os produtos que tradicionalmente lá se vendiam e que reflectiam as actividades agrícolas e artesanais da região.

Com esta alteração perde-se, também, a ludicidade que essas ofereciam. Mais do que simples lugares de comércio, as feiras simbolizavam o encontro, o

convívio, o passeio, a diversão e, também, o acesso à informação¹⁶. Estas importantes componentes que complementavam a actividade comercial foram, de alguma forma, sacrificadas pela já mencionada multiplicação e especialização das actividades de lazer e pelos novos mercados e feiras urbanas, recentemente, em franca explosão. Assim o interpreta J. GASPAR aquando da sua abordagem relativamente à criação dos hipermercados - os mais recentes espaços de troca, locais fechados e especializados, *“Assim como a cidade não cresce, antes se prolonga no subúrbio, também o espaço de troca se desurbana, no regresso à feira, que de facto é o hipermercado”*¹⁷.

Observa-se, porém, a persistência de algumas práticas tradicionais e uma predisposição crescente para as recuperar. Esta atitude encontra, provavelmente, fundamento na procura de alusões a tempos passados e, assim, na dinamização de acções que se justificam ao nível da recuperação de uma provável memória colectiva que a actual sociedade reconhece não poder perder.

Todavia, a anteriormente referida evolução urbana, no sentido da desertificação do espaço exterior, é ainda acompanhada por uma outra que, apesar de incipiente, começa a ser representativa e que nos suscita preocupações acrescidas. Referimo-nos à interiorização do mundo exterior, que recentemente se

¹⁶ Conforme o confirmam alguns autores, veja-se: GASPAR, Jorge, *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, «Espaço e Sociedade», n.º 5, Livros Horizonte, 1986 (1ª ed. 1970); MONIZ, Manuel, *As Feiras de Évora*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 1, Câmara Municipal de Évora, 1997; VASCONCELOS, A. Cristina; PAIXÃO, Célia, *As Feiras Medievais Portuguesas* in “A Cidade”, n.º 52, Fevereiro 1983, pp. 63 e segs.

¹⁷ GASPAR, Jorge, *Do Pelourinho ao Centro Comercial* in “A Cidade em Portugal: onde se vive”, n.º 2, Universidade Católica, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, p. 255.

tem explorado no interior de grandes edifícios públicos. A toponímia com que se referenciam espaços (desde a Praça à Avenida e à Rua) e os ambientes pseudo naturais que se criam (com plantas e animais artificiais), ilustram bem essa tentativa. Esta situação adverte-nos, portanto, para a necessidade de recondução do Homem para o espaço exterior. Processo em que será, certamente, imprescindível a valorização das vivências e valências que são realmente e exclusivamente potenciadas por esse, bem como uma urgente qualificação do espaço exterior urbano.

Importa, então, perceber qual é a importância da tipologia rossio no interior dos espaços abertos da cidade contemporânea.

Ao conjunto de espaços abertos urbanos corresponde diversos sistemas estruturadores urbanos, com significado e expressão diferenciada, de acordo com as características tipológicas desses espaços e com as do suporte urbano em que se inscrevem. Subjacente aos mesmos encontram-se, ou deveriam encontrar-se, os impreteríveis fundamentos que se relacionam com a estrutura ecológica urbana, com os valores culturais e paisagísticos e com a morfologia urbana.

Dada a significação atribuída ao sistema global de espaços abertos urbanos, interessa-nos referenciar os aspectos ou contributos que se relacionam exclusivamente com o subsistema público, porque nele se inclui o nosso objecto de estudo.

Considera-se que o espaço aberto público constitui um elemento importantíssimo na articulação das partes de que se compõe actualmente os conjuntos urbanos - espaços predominantemente fragmentados e desarticulados, onde o espaço aberto se vê completamente anulado pela edificação. O espaço aberto público representa a continuidade física e funcional urbana, acrescentando-lhe, também, o significado de elemento unificador e integrador das suas distintas partes homogéneas. O grande significado urbano do espaço público advém, assim, do facto de ser nele que a população vive em comunidade e através dele que se vive a cidade¹⁸.

Desta forma, ao sistema de espaços abertos públicos consideram-se exigíveis os seguintes aspectos¹⁹:

- A acessibilidade.

Através do desenvolvimento de circuitos funcionais e pedonais, de relações de encadeamento físico e visual entre espaços e da hierarquização de circuitos;

- A satisfação das necessidades sociais e culturais.

Através do estabelecimento de espaços para o recreio, lazer e contemplação;

- A capacidade de resposta a diversas funções, actividades e usos associados.

¹⁸ C. N-SCHULZ, citada por Manuela MAGALHÃES, *Morfologia da Paisagem*, Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa / ISA, 1996, p. 160 (policopiado).

¹⁹ Apresenta-se aqui alguma da bibliografia consultada onde se aborda o tema do espaço público urbano e onde se sintetizam algumas posições teóricas (as que mais se destacaram nas últimas décadas) que se associam ao espaço urbano em geral; GUILHERME, Pedro, *Qualidade no Espaço Urbano*, Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1996 (policopiado); MAGALHÃES, Manuela, *Morfologia da Paisagem*, Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa / ISA, 1996 (policopiado); LAMAS, José, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNICT, 1993.

Através da introdução de diferentes tipologias de espaços abertos urbanos e da persecução de tipologias tradicionais, nomeadamente as que envolviam uma menor especialização de actividades e funções. Mas também, pela adequabilidade formal dessas tipologias para receber actividades e desempenhar certas funções;

- O contacto com fenómenos naturais.

Facultado pela presença da natureza, através dos espaços verdes urbanos e das superfícies de água;

- O conforto físico e psicológico.

Através do uso da vegetação e da recuperação de escalas mais humanas. A vegetação apresenta especial importância ao nível da amenidade climática, sensitiva, e do conforto acústico e atmosférico. A agradabilidade que proporciona e o valor estético que apresenta, transformam-na num elemento indispensável à qualidade do ambiente urbano. A recuperação de escalas mais humanas através da recuperação de tipologias tradicionais e da utilização de referências no espaço - aspectos que produzem um efeito benéfico sobre a sensibilidade do Homem;

- A integração social.

Facultada por espaços que proporcionem actividades em que os utentes sejam intervenientes e, ainda, através da sua possibilidade de apropriação por diferentes grupos etários e socioculturais. Os espaços polivalentes são, naturalmente, os mais capazes de proporcionarem essas interligações;

- A capacidade de evolução e adaptação.

Característica imprescindível devido ao facto de se relacionar com as mudanças e evoluções dos indivíduos e das sociedades. Importam, assim, espaços

com capacidade de evolução e de adaptação constante às necessidades de um dado momento. Locais onde se facultam diversas oportunidades de apropriação espacial e, também, temporal;

- As referências históricas e culturais.

Componente extremamente importante na cultura e vivência de uma dada sociedade, a que se associa a componente pedagógica e a identidade cultural de um povo. Referências históricas e culturais a que se associam objectos, elementos e espaços, que foram criados ao longo de gerações pelo homem, marcas no espaço urbano que, segundo M. MAGALHÃES, “(...)podem e devem ser recuperadas e reintegradas numa Estrutura que podemos designar por *Estrutura Cultural da Paisagem*”²⁰.

Dada a incursão já efectuada nos atributos do espaço rossio e dadas as exigências agora perfiladas para o sistema dos espaços públicos, concluí-se a importância desta tipologia na cidade actual. Para tal contribuem:

- A actualidade que apresentam algumas das suas características espaciais e funcionais. Espaços amplos, predominantemente livres, e com grande capacidade de adaptação a múltiplas actividades e funções, especialmente, às que envolvem grandes aglomerações de gentes ou que necessitem de áreas amplas para a sua concretização;

²⁰ MAGALHÃES, Manuela, *Morfologia da Paisagem*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa / ISA, 1996, p. 292 (policopiado).

- O valor patrimonial que lhe atribuímos, que se justifica, como já analisámos, no facto de se tratar de um elemento pertença da cidade histórica e no significado que apresenta ao nível da nossa identidade cultural;
- O papel de unidade integradora urbana, suscitado pela sua localização. Qualquer que seja o contexto urbano em que se inscreva o rossio, constitui uma unidade determinante na articulação entre a cidade histórica e as expansões mais recentes, ou entre essa e a paisagem envolvente, conforme a situação por que se caracteriza o aglomerado.

No essencial, os factores dimensão, localização e polivalência determinam-lhe a sua particular distinção no conjunto dos espaços abertos públicos urbanos. Factores que lhe justificaram ou fundamentaram as apropriações espaciais que protagonizou e, conseqüentemente, as evoluções espaciais que desenvolveu, que se expressam na redução significativa da sua área e na fragmentação do espaço. Processo em que ainda foram determinantes - como o alegámos anteriormente - a expansão, especialização e encerramento de actividades lúdicas e o alargamento do conceito de necessidade básica. A expressarem-no encontram-se os múltiplos e variados equipamentos, que num processo continuado se vão localizando nos nossos rossios. Ocupação em que teve continuidade o carácter público do espaço rossio, que se justifica, não tanto na tentativa de manutenção desse carácter, mas essencialmente, no facto dos terrenos serem do município, portanto, aos quais correspondem equipamentos economicamente mais fáceis de implementar.

No rossio de Évora os supracitados factores - localização, dimensão e polivalência - expressam muito bem a referida distinção deste espaço aberto público no contexto global dos espaços abertos da cidade e, também, no contexto global de organização física da cidade. Trata-se afinal, como tantas vezes referimos, do maior espaço público urbano existente na cidade actual, de um lugar com uma excelente localização e de uma área com total abertura a múltiplas actividades a funções.

Nos rossios em que ainda subsiste alguma espacialidade, portanto, os que podem vir a ser objecto de intervenção no sentido da sua requalificação urbana, encontram-se locais inóspitos, de reduzida ou nula atractibilidade para a população. Autênticos desertos humanos e consequentemente urbanos que urge requalificar.

A sublinhar a situação referida e a denotar uma preocupação coerente em adequar o espaço rossio à nova realidade social, económica e urbana da cidade, encontra-se o inquérito realizado pela Câmara Municipal de Estremoz sobre o Rossio Marquês de Pombal²¹. De acordo com os resultados do inquérito, que seguidamente se apresentam, salientam-se os aspectos que se relacionam, ou mesmo justificam, algumas das considerações que temos vindo a efectuar (o sublinhado é nosso) ²²:

"1) Num espaço com as dimensões do rossio de Estremoz, a estrutura viária não corresponde a um impedimento do usufruto do espaço;

²¹ O inquérito, realizado em 1995, tinha por objectivo servir de base à formulação de um programa de intenções a efectuar para o rossio.

²² Sobre os resultados do inquérito Cf. GUILHERME, Pedro, *Qualidade no Espaço Urbano*, Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1996, pp. 201-203 (policopiado).

2) A centralidade do espaço rossio em relação à dinâmica de uso que este envolve é básica no entendimento das acessibilidades e dos usos a propor;

3) A espaciosidade do rossio comporta necessariamente características de multiusos ou multiactividade, sendo imperativo proporcionar espaços adequados a vários tipos de utentes e proporcionadores de vários tipos de apropriações;

4) A capacidade de influência do rossio não se esgota no seu limite edificado, integrando subespaços com ele conectados por acessos(...);

5) Há uma identificação muito grande entre espaço e uso, sendo os inquiridos capazes de estruturar o espaço em hierarquias(...);

6) Há uma capacidade de identidade e criação de referências entre o espaço e o uso, sem a necessidade de estruturas rígidas de suporte;

7) Verifica-se que o rossio tem uma capacidade elevada de suportar usos diferentes, mas que nem todos se encontram adequados às características do espaço, constituindo por vezes não-qualidades perante os utentes”.

Perante a situação em que se encontram actualmente os subsistentes espaços rossios, parece-nos inquestionável a necessidade - urgente - de criação de situações de estímulo - múltiplas e variadas - que atraiam os utentes a estes locais e que proporcionem actividades humanas, com o objectivo da sua revitalização urbana. Postura evidenciada por J. GEHL quando defende que “(...)a atracção dos utentes é directamente proporcional à geração de actividade, assim pessoas e

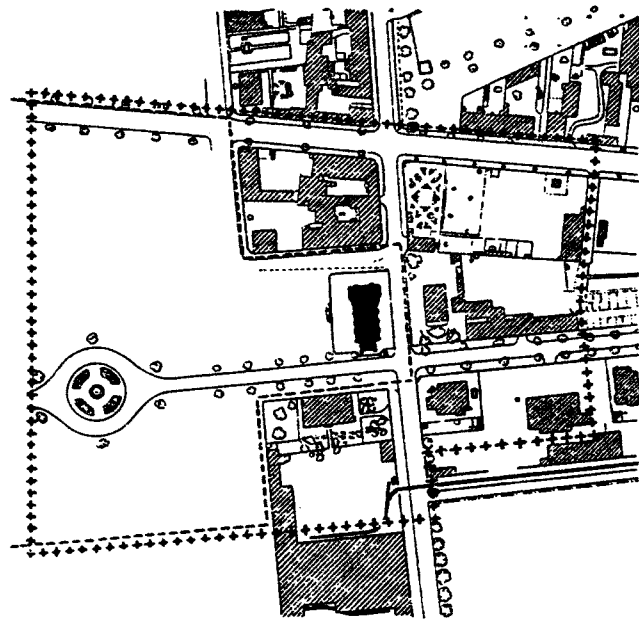
actividade humana atraem outras pessoas e actividades, num incessante processo de evolução”²³.

A concretização dos referidos objectivos passa por se determinar uma linguagem - transmissora de evocações, de sentimentos e de sugestões de intervenção aos seus utentes - que permita que as pessoas se possam sentir identificadas com o espírito deste lugar urbano. Para tal, considera-se indispensável a aplicação dos princípios de intervenção anteriormente referidos. A essas necessárias persistências - a que não correspondem necessariamente sequências miméticas das suas características espaciais - liga-se a versatilidade que sempre o caracterizou, ou seja, a constante capacidade de adaptação à mudança e, assim, às alterações de conteúdo que permanentemente se desenvolvem neste espaço público urbano. Consideramos ser esta a linguagem que melhor traduzirá o espírito desses lugares urbanos, dado a mesma encerrar significados culturais que sintetizam e representam a situação existencial deste lugar, portanto, a sua essência.

²³ GHIL, Jan, *Life Between Buildings: Using Public Space*, citado por Pedro GUILHERME, *Qualidade no Espaço Urbano*, Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1996, p. 98 (policopiado).

As múltiplas actividades que se desenvolveram no rossio proporcionaram sempre a sua grande vitalidade, como o confirmámos ao longo do presente estudo.

ANEXO



LIMITE DA ZONA DE PROTECÇÃO + + + + +
LIMITE DA ZONA VEDADA À CONSTRUÇÃO - - - - -

Anexo - Zona de protecção da Ermita de S. Brás, Évora.

BIBLIOGRAFIA

_____, "A Cidade de Évora", " n.º 65 e 66, Ano 39-40, 1982-83, pp. 204-205.

ABEL, António, *Vilas de Fundação Medieval no Alentejo. Contributos para o estudo da morfologia urbana*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995 (policopiado).

AGUIAR, José, *Sebenta da Cadeira «Metodologias de Reabilitação de Edifícios e Conjuntos» do Mestrado de Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico*, Universidade de Évora, 1995 (policopiado).

ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, Lisboa, Edições Verbo, 1974.

ARAÚJO, Ilídio, *Problemas da Paisagem Urbana*, Lisboa, DGSU/CEU, 1961.

AVIAL, Luis, *Zonas Verdes y Espacios Libres en la Ciudad*, Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1982.

BALBÁS, Leopoldo, *Plazas, Zocos y Tiendas de Las Ciudades Hispanomusulmanas in "AL-Andalus"*, vol. XII, 1947, pp. 437-476.

BAPTISTA, João M., *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, vol. V, Lisboa, 1876.

BARBOSA, José M., *Da Praça Pública em Portugal*, Tese de Doutoramento, vol. I e II, Universidade de Évora, 1993 (policopiado).

BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/JNICT, 1995.

CAEIRO, Elsa, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995 (policopiado).

- CAETANO, Marcelo, *A Administração Municipal de Lisboa Durante a Primeira Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Horizonte, 1990.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Foros e Próprios do Concelho. Tombo Municipal de 1651*, in "A Cidade de Évora", n.º 13-14, Ano V, Junho - Setembro 1947, pp. 263-278.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Foros e Próprios do Concelho. Tombo Municipal de 1651*, in "A Cidade de Évora", n.º 15-16, Ano VI, Março - Junho 1948, pp. 305-314.
- CARAPINHA, Aurora, *Da Essência do Jardim Português*, Tese de Doutoramento, vols. I e II, Universidade de Évora, 1995 (policopiado).
- CARDOSO, P.^{de} Luís, *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica de Todas as Cidades e Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nellas se encontram, assim antigas como modernas*, Tomo I e II, Lisboa, Regia Silviana e da Academia Real, 1747.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1957.
- CASTILHO, Júlio, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. X, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1937.
- COROMINAS, J.; PASCUAL J. A., *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, Madrid, Editorial Gredos, 1989.
- COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, 12 vols., Porto, Livraria Civilização, 1948.
- CUNHA, A. Geraldo, *Dicionário Etimológico. Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

- DEWITTE, Jacques, *Éloge de la Place. Camillo Sitte ou L'Agoraphilie* in "Le Temps de la Réflexion", n.º 8, Paris, Gallimord, 1987, pp.151-177.
- Dicionário da História de Portugal* (Dir. Joel Serrão), vols. I a IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971.
- Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, «s/d.».
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*, vols. n.º VII, VIII, IX, Academia Nacional de Belas - Artes, Lisboa, 1966, 1975, 1978.
- ESPANCA, Túlio, *Miscelânea Histórico-Artística*, in "A Cidade de Évora", n.º 33-34, Ano X, Julho – Dezembro 1953, pp. 389-459.
- ESPANCA, Túlio, *Património Artístico Municipal. Imóveis*, in "A Cidade de Évora", n.º 3, Ano I, Junho 1943, pp. 80-84.
- ESPANCA, Túlio, *Património Artístico Municipal. Imóveis. A Ermida de S. Brás*, in "A Cidade de Évora", n.º 1, Ano I, Dezembro 1942, pp. 80-81.
- FALCÃO, José, *Património Construído e Urbanístico de Santiago do Cacém. Subsídios Para um Ensaio de Enquadramento Histórico*, 1991 (policopiado).
- FEIO, Mariano, *Le Bas Alentejo et L'Algarve*, INIC/Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, Évora, 1983 (1ª ed. 1949).
- FERNANDES, José M., *O Lugar da Cidade Portuguesa* in "A Cidade em Portugal: onde se vive", n.º 2, Universidade Católica, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, pp. 79-111.
- FIGUEIREDO, Cândido, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vols. I e II, Lisboa, Bertrand, 1973.
- FONSECA, P.º Francisco, *Évora Gloriosa*, 1728.

- FRAZÃO, A. Amaral, *Novo Dicionário Corografico de Portugal*, Porto, Domingos Barreira, «s.d.».
- GASPAR, Jorge, *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, «Espaço e Sociedade», 2ª ed., n.º 5, Livros Horizonte, 1986 (1ª ed. 1970).
- GASPAR, Jorge, *Do Pelourinho ao Centro Comercial in "A Cidade em Portugal: onde se vive"*, n.º 2, Universidade Católica, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1987, pp. 243-260.
- GASPAR, Jorge, *Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*, in "Finisterra", vol. X, n.º 19, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1975, pp. 107-152.
- GASPAR, Jorge, *et al.*, *Quatro Ensaios Sobre a Geografia em Portugal*, Lisboa, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, CEG/INIC, 1980.
- GIRÃO, Amorim, *Atlas de Portugal*, 2ª ed., Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, 1958.
- GRÖER, Étienne, *Ante-Projecto de Urbanização da Cidade de Évora. Relatório*, in "A Cidade de Évora", n.º 39-40, Anos 14-15, Janeiro-Dezembro, 1957-58, pp.205-224.
- GUILHERME, Pedro, *Qualidade no Espaço Urbano*, Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1996 (policopiado).
- HENRIQUES, Fernando, *A Conservação do Património Histórico Edificado*, in "Memória n.º 775", Lisboa, LNEC, 1991.
- LAMAS, José, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Lisboa, FCG/JNICT, 1993.

- LIMA, Miguel, *O Recinto Amuralhado de Évora*, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, Estar Editora, 1996.
- LOPES, J. Baptista, *Diccionário Postal e Chorographico do Reino de Portugal*, Lisboa, 3 vols., Imprensa Nacional, 1891.
- MACHADO, José P., *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª ed., 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- MACHADO, José P., *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vol., Lisboa, Editorial Confluência, «s/d.».
- MACHADO, José P., *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 6 vol., Círculo de Leitores, 1991.
- MAGALHÃES, Manuela, *Morfologia da Paisagem*, Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa / ISA, 1996 (policopiado).
- MARQUES, A. Oliveira, *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa* in “Bracara Augusta”, Braga, vol. 35, n.º 92-93, Janeiro - Dezembro 1981, pp. 367-387.
- MARQUES, A. Oliveira, *Novos Ensaios da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.
- MASCARENHAS, José M.; BARATA, Filipe, *O Território de Eborá, e a Organização e Ordenamento da Paisagem Envolvente* in “Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora”, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1997, pp. 61-70.
- MATTOSO, José, *História de Portugal*, vols. II, III e V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- MONIZ, Manuel, *As Feiras de Évora*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 1, Câmara Municipal de Évora, 1997.

- MORAIS, João S., *Metodologia de Projecto em Arquitectura. Organização Espacial na Costa Vicentina*, «Referência», n.º 16, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- MORAIS, João, *A transumância de Gados em Portugal: enquadramento histórico e a sua possível importância epidemiológica na difusão de certas antropozoonoses de/e para o Alentejo*, in "Anais da Universidade de Évora", n.º 6, Évora, 1996, pp. 133-162.
- MORAIS, João, *A Transumância de Gados Serranos e o Alentejo*, «Novos Estudos Eborenses», n.º 3, Câmara Municipal de Évora, 1998.
- OLIVEIRA, Eduardo F., *Elementos Para a História do Município de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1942 (1ª ed. 1882).
- PEREIRA, Luís, *Transformações Urbanísticas em Vila Viçosa* in "Monumentos", n.º 6, Março 1997, pp. 54-57.
- PORTAS, Nuno, *A Formação Urbana de Vila Viçosa. Um ensaio de interpretação* in "Monumentos", n.º 6, Março 1997, pp. 58-63.
- RIBEIRO, Orlando, *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo, segundo A. Silbert.*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1970.
- RIBEIRO, Orlando, *Évora. Sítio, Origem, Evolução e Funções* in "Estudos de Homenagem a Mariano Feio" (Coord. Raquel Soeiro), Lisboa, INIC e Outros, 1986, pp. 371-390.
- RIBEIRO, Orlando, *Las Ciudades Ibericas Tradicionales y su Expansion Por el Mundo* in "I Colóquio Ibérico de Geografia", Universidade de Salamanca, 1981.
- RIBEIRO, Orlando, *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*, Lisboa, FCG, 1968.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, «Nova Universidade», 5ª ed., n.º 13, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1987.

- RICARD, Robert, *Apuntes Complementarios Sobre la Plaza Mayor Espanhola y el Rossio Português*, in "Estudios Geográficos", vol. 47, Madrid, I.J.S.E., Maio 1952, pp. 229-237.
- ROSA, João, *Iconografia Artística Eborense*, Lisboa, 1926.
- SALGUEIRO, Teresa, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, «Cidade em Questão», 2ª ed., n.º 8, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992.
- SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I a IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971.
- SERRÃO, Joel (Dir.); MARQUES, A. Oliveira, *Nova História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Presença, 1887.
- SILVA, António M., *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., vol. IX, Editorial Confluência, 1956.
- TORRES, João R., *Portugal. Dicionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Nunismatico e Artistico*, vol. VI, Lisboa, 1912.
- VASCONCELLOS, J. Leite, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980.
- VASCONCELOS, A. Cristina; PAIXÃO, Célia, *As Feiras Medievais Portuguesas* in "A Cidade ", n.º 52, Fevereiro 1983.
- VIEIRA, Frei Domingos, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 5 vol., Porto, Editores E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874.
- VITERBO, Frei Joaquim, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que hoje Regularmente se Ignoram*, Edição Crítica por Mário Fiúza, vols. I e II, Porto, Civilização Editores, 1983.

Outros documentos

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Carta ao Arqº Álvaro Siza Vieira «Proposta Convite para Elaboração do Estudo de Reordenamento e Requalificação do Rossio de S. Brás»*, Informação n.º 329/92, em 12.10.1992.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Carta ao Eng. António Pinto Basto*, Informação n.º 1877/71, em 22.04.1971.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, *Plano de Urbanização*, Câmara Municipal de Évora, 1998.

CIPRO Atelier 2, *Plano Director do Concelho de Évora*, Câmara Municipal de Évora, 1979.

CIPRO Atelier 2, *Plano Geral de Urbanização*, Câmara Municipal de Évora, 1979.

DIRECÇÃO DOS TRABALHOS DA CARTA AGRÍCOLA, *Folha Corográfica n.º 29* (escala 1: 50 000), 1892.

DIRECÇÃO GERAL DO PLANEAMENTO URBANO, *Cartas do Levantamento Aerofotogramétrico* (escala 1: 5 000), «data variável, entre as décadas de 70 e 80».

GRÖER, Étienne, *Plau D'aménagement D'extension et D'embellissement de la Ville de Évora*, (Esquisse), Câmara Municipal de Évora, «s.d.».

GRÖER, Étienne, *Relatório do Plano de Urbanização da Cidade*, Câmara Municipal de Évora, 1942.

LEI do Património Cultural Português, n.º 13/85, de 6 de Julho.

LIVRO DE ACTAS das Sessões da Câmara Municipal de Évora.

Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Estremoz, GTL, Câmara Municipal de Estremoz, 1993.

PORTARIA (Zona de Protecção da Ermida de S. Brás, em Évora), D.G., 2ª Série, n.º 248, de 20.10.1952.

Posturas Municipaes do Conselho D' Évora, (Postura N.º 29), Câmara Municipal de Évora, 1836.

Reportórios Toponímicos de Portugal. Continente, vol. I, II e III, Ministério do Exército. Serviços Cartográficos do Exército, 1967.

SCHIAPPA, Arthur, *Anteprojecto de Modificação do Rocio* (escala 1: 1 000), Câmara Municipal de Évora, 1920.

SCHIAPPA, Arthur, *Anteprojecto de Modificação do Rocio* (escala 1: 1 000), Câmara Municipal de Évora, 1921.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE, *Atlas do Ambiente. Divisão em folhas das cartas nas escalas 1/25 000; 1/100 000; 1/250 000* (escala 1: 1 000 000), Serviço Cartográfico do Exército e Instituto Geográfico e Cadastral, 1976.

SILVA, Conceição, *Carta à Câmara Municipal de Évora*, em 04.02.1970.

SIZA VIEIRA, Álvaro, *Plano de Pormenor do Rossio de S. Brás* (escala 1: 2 000), Câmara Municipal de Évora, 1995.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Portalegre e Évora Monte. Aglomerados implantados em sítios proeminentes, com consequente desenvolvimento do rossio na zona menos declivosa da encosta ou na sua base	26
Figura 2 – Leiria e Ponte de Lima. Aglomerados implantados em sítios próximos a uma superfície de água, com consequente desenvolvimento do rossio na sua proximidade e, também, da porta e/ou ponte que nessa direcção se desenvolvia	26
Figura 3 – Évora. A integração dos rossios em posições centrais; o mais antigo a Poente da primeira cerca e o sucedâneo a Sul da Segunda	28
Figura 4 – As características da forma. Espaços amplos e livres. Distintos tipos de delimitações espaciais	30
Figura 5 – Rossio de Estremoz. O processo de delimitação do espaço com edificações	33
Figura 6 – Os edifícios religiosos que pontuam o espaço rossio	34
Figura 7 – Rossio do Alandroal. A localização do rossio junto a uma porta do recinto amuralhado..	36
Figura 8 – Os elementos vivos que pontuam o espaço rossio	36
Figura 9 – A atenuação da imagem de aridez; o uso de vegetação ornamental	39
Figura 10 – Os elementos tipológicos que polarizam o espaço rossio	39
Figura 11 - Criação e comércio de gado. Áreas importantes de criação de gado e feiras importantes de bovinos, porcos e lã	56
Figura 12 – Centros urbanos analisados no Alentejo	61
Figura 13 – O novo espaço público que surge a partir do primeiro rossio das urbes	66
Figura 14 – Os rossios mais recentes de Évora e de Elvas. Unidades resultantes da definição dos perímetros urbanos concretizados pelas muralhas medievais e modernas	68
Figura 15 – O campo da feira em Campo Maior. Tipologia que, à semelhança do rossio, foi localizado extra-muros, junto à cerca nova e próximo a uma porta	68
Figura 16 – Rossio das Freiras em Viana do Alentejo. Actualmente um espaço totalmente ocupado e descaracterizado	68
Figura 17 – Rossio de Nisa. A localização periférica ao recinto amuralhado, junto a uma porta, e a área ocupada pela expansão arrabaldina do século XVI	69
Figura 18 – Imagens da situação actual do rossio de Nisa	69
Figura 19 – Rossio de Vila Viçosa. Planta de 1892	71
Figura 20 – Imagens da situação actual do rossio de Vila Viçosa	71

Figura 21 – A implantação dos conventos no espaço rossio. O rossio de Estremoz: conventos de S. Francisco, de S. João da Penitência e da Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri	75
Figura 22 - Rossio de S.º António em Fronteira. Provável anterior terreiro do convento que apropriações posteriores terão justificado aquela designação tipológica	75
Figura 23 - Rossio da Sr.ª da Piedade em Elvas e o lugar da Sr.ª de Aires em Viana do Alentejo..	77
Figura 24 – Rossio de Monforte	77
Figura 25 – Rossio de Castro Verde	77
Figura 26 – Rossio de Marquês de Pombal em Estremoz	80
Figura 27 - Rossio de Avis. Espaço totalmente urbanizado	82
Figura 28 – Rossio de Montemor. A ocupação gradual do espaço	85
Figura 29 – Rossio de Arraiolos. A ocupação gradual do espaço	87
Figura 30 – A permanência das feiras e mercados semanais e/ou mensais. Rossios de Veiros e do Alandroal	92
Figura 31 – A presença de mercados fixos. Rossio de Vila Viçosa e devesa de Alpalhão	92
Figura 32 – As distintas tipologias de espaços abertos públicos que resultaram a partir do mais recente rossio dos aglomerados	94 95
Figura 33 – Os mais recentes recintos de feiras. Redondo, Cuba e Arronches	97
Figura 34 – A situação fisiográfica do local de implantação da cidade de Évora	100
Figura 35 – Planta da cidade intra-muros. Os espaços abertos públicos e privados	104
Figura 36 – Troço da muralha romano-goda junto à Praça do Giraldo e Porta de Alconchel ou da Selaria	107
Figura 37 – Maqueta da Praça do Giraldo	107
Figura 38 – O rossio de S. Brás em 1889. Local de ensaios e outras práticas militares	114
Figura 39 – A muralha medieval e as fortificações modernas a Sul da cidade	114
Figura 40 – Imagem do rossio de S. Brás em 1844	119
Figura 41 – Uma das alamedas do rossio. A Avenida da Rampa	119
Figura 42 – A localização do caminho-de-ferro a Sul da cidade	121
Figura 43 – O jardim público e uma horta no primeiro plano, no plano intermédio o rossio e a unidade industrial	121

Figura 44 – Planta Corográfica, 1892	121
Figura 45 – O nivelamento do solo efectuado no rossio	121
Figura 46 – A situação de sobrelevação da ermida de S. Brás	121
Figura 47 – Fotografia aérea da cidade de Évora em 1949	125
Figura 48 – Alçado principal da casa de habitação do director da unidade industrial implantada no rossio. Edifício localizado no espaço fronteiro à ermida de S. Brás, entre esta e a referida industria.....	125
Figura 49 – Vista aérea da parte ocidental do rossio. O jardim público nos baluartes do Príncipe e do Conde de Lippe e o parque infantil entre ambos - verde urbano que limita o rossio a Norte. Ainda visíveis, a praça de touros e o “monte alentejano”	125
Figura 50 – A Avenida da Estação. Os quiosques, a alameda e o monumento	128
Figura 51 – O Pomar das Laranjeiras	130
Figura 52 – Plano de Urbanização de cidade de Évora, “Plan des Zones”, 1942	130
Figura 53 – Plano Geral de Urbanização, “Área Urbana. Plano de Uso de Solos”, 1979	133
Figura 54 – A manutenção da imagem do rossio. Imagens de finais dos séculos XIX e XX	133
Figura 55 – Fotografia aérea do rossio, 1995	136
Figura 56 – Vista aérea do rossio, 1995	136
Figura 57 – Planta e maquete da proposta apresentada pelo Arqº. Álvaro Siza Vieira, 1995	140
Figura 58 – Plano de Urbanização de Évora, “Planta de Zonamento”, 1998	145

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Espaços equivalentes	47
Quadro 2 – Distribuição de topónimos por regiões	52